



ISPA | Instituto Superior de Psicologia Aplicada

**Na Origem do Mau – Trato:
Estudo exploratório sobre a transmissão
intergeracional de tipologias de maus-tratos
à criança**

Raquel Lara Velez Oliveira, N.º.17906

Orientador de Dissertação:

PROF. DOUTORA LÚCIA G. PAIS

Coordenador do Seminário de Dissertação:

PROF. DOUTORA LÚCIA G. PAIS

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de:

MESTRE EM PSICOLOGIA

Especialidade em Psicologia Clínica

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação de Prof. Doutora Lúcia Pais, apresentada no Instituto Superior de Psicologia Aplicada para obtenção de grau de Mestre na especialidade de Psicologia Clínica conforme o despacho da DGES, nº 19673 / 2006 publicado em Diário da Republica 2ª série de 26 de Setembro, 2006.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à Prof. Doutora Lúcia Pais pela orientação, sugestões e ajuda prestadas ao longo da realização deste trabalho.

Ao Hospital de Santa Maria, em particular à Prof. Doutora Luísa Vicente, por me permitirem o acesso a participantes deste estudo e pela ajuda disponibilizada.

Ao agrupamento de escolas básicas do Alto do Lumiar e vários professores, por me permitirem acesso a participantes e me disponibilizarem toda a informação necessária a este estudo.

À Zu, à Ana e ao João pelos momentos partilhados, pelo companheirismo, ajuda e optimismo.

À Vera, por toda a ajuda, capacidade crítica e diálogos, que foram fonte de coragem nos momentos mais difíceis.

À minha família, em particular aos meus pais, irmã e avó por todo o apoio, confiança e suporte ao longo do caminho, pela fé e orgulho no meu trabalho.

Ao João, companheiro de todas as horas, por toda a ajuda, apoio, incentivo e paciência ao longo deste tempo, pela confiança e por todo o amor.

A todos um muito obrigado...

RESUMO

A forma como os maus-tratos à criança são vistos e abordados tem-se modificado ao longo dos tempos, actualmente são um fenómeno de grande importância e divulgação social, sendo alvo de muitas investigações e de acções de protecção. Após revisão da literatura científica sobre o tema, surgiu o problema de investigação que está na base do desenvolvimento deste trabalho: será que, nos casos em que há transmissão intergeracional dos maus-tratos, ocorre também transmissão da tipologia de agressão? Para o desenvolvimento desta investigação optou-se pela realização de um estudo exploratório, utilizando como instrumento de recolha uma entrevista semi-estruturada, elaborada concretamente para este estudo, e como instrumento de análise a análise de conteúdo. O *corpus* foi obtido através de entrevistas realizadas a oito participantes, que foram identificados como pais maltratantes e vítimas de maus-tratos na sua própria infância, sendo estas posteriormente transcritas e submetidas a análise de conteúdo. Os resultados apontam para uma possível transmissão intergeracional dos maus-tratos, uma vez que esta ocorreu na maioria dos casos observados (oito de dez casos). Nota-se também uma diferença entre os sujeitos que infligem maus-tratos físicos e os que são negligentes, na medida em que, de uma forma geral, além dos maus-tratos físicos serem transmitidos e a negligência não, ocorrem diferenças entre as características do ambiente familiar, das relações extra-familiares estabelecidas e do auto-reconhecimento enquanto agressores. Observou-se, ainda, uma relação entre a desculpabilização do agressor e a auto-culpabilização pelos maus-tratos sofridos, e entre o reconhecimento do agressor como figura de identificação e o auto-reconhecimento como agressor.

Palavras-chave: maus-tratos, agressores, intergeracionalidade

ABSTRACT

The way child maltreatment is seen and dealt with has changed through time. Now, it's a phenomenon of great importance and social recognition, being target of many studies, and giving origin to several protection measures. The investigation problem, that originated this study, was elaborated after reading literature and articles on the subject: does a transmission of maltreatment typologies occur, in the cases that intergenerational transmission of maltreatment is observed? In this specific case, we developed an exploratory study, using a semi-structured interview, developed specifically for this investigation, as a data collection instrument, and content analysis as an analysis instrument. The sample was formed by eight participants, identified as child aggressors and also victims of maltreatment during their own childhood, whom we interviewed. After recording the interviews they were transcript and content analyzed. The results show a tendency for the transmission of typologies of maltreatment in most of the cases observed (eight out of ten). There were also found differences between the cases where participants inflict physical maltreatment and those who are negligent, physical maltreatment is transmitted in most cases and negligence isn't, besides this, there were found differences in the quality of family environment, outside family relationships and self-recognition as aggressors. A relation between excusing the aggressor and self-guilt for the maltreatment suffered, and between identifying the aggressor as the identification figure and self-recognition as an aggressor.

Key-words: maltreatment, aggressors, intergenerational

ÍNDICE

Introdução.....	1
Parte Teórica.....	3
1. Introdução Histórica sobre a evolução do conceito de criança e dos maus-tratos	3
2. Conceito de Maus-Tratos	12
3. Tipologia dos Maus-Tratos	15
3.1 Maus-Tratos Físicos.....	15
3.2 Maus-Tratos Psicológicos	15
3.3 Maus-Tratos por Abuso Sexual.....	16
3.4 Maus-Tratos por Negligência.....	16
3.5 Maus-Tratos Pré-Natais	17
3.6 Síndrome de Munchausen por Procuração	17
3.7 Maus-Tratos Institucionais	17
4. Etiologia dos Maus-Tratos: Principais Formulações Teóricas.....	18
4.1 Modelo Centrado na Criança.....	18
4.1.1 A idade da criança	18
4.1.2 Aspecto e condição física da criança.....	19
4.1.3 O comportamento da criança	19
4.2 Modelo Psicológico ou Psiquiátrico Centrado no Agressor.....	19
4.3 Transmissão Intergeracional dos Maus-tratos à Criança.....	20
4.4 Modelo Sociológico	21
4.4.1 Qualidade das relações familiares e conjugais.....	21
4.4.2 Rede social de apoio	22
4.4.3 Aceitação social da violência	23
4.4.4 Factores económicos	23
4.5 Perspectiva Ecológica.....	24
4.5.1 Modelo ecológico de Belsky.....	24
4.5.2 Modelo transaccional e Cicchetti e Rizley	25
4.5.3 Modelo ecológico-transaccional de Cicchetti e Lynch	26
4.6 Influência Cultural.....	26
5. Consequências dos Maus-Tratos.....	28

5.1	Impacto Fisiológico.....	28
5.2	Perturbações na Vinculação.....	28
5.3	Perturbações Emocionais e Afectivas	30
5.4	Criação de um “falso-self”	31
5.5	Problemas ao Nível do Comportamento e das Relações Interpessoais	32
5.6	Problemas Cognitivos e de Rendimento Escolar	33
5.7	Perturbação de Stress Pós-Traumático (PTSD).....	34
6.	Problema de Investigação.....	36
	Método.....	38
1.	Participantes.....	38
2.	Corpus	38
3.	Instrumentos	39
4.	Procedimento	43
	Resultados.....	46
	Discussão.....	50
	Conclusão	57
	Referências	61
	Anexos	69

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Ocorrências das u.r. nas pré-categorias	46
Tabela 2. Ocorrências das u.r. nas categorias	47
Tabela 3. Maus-tratos sofridos e infligidos pelos participantes.....	49

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo A - Caracterização dos participantes.....	69
Anexo B - Guião de Entrevista aos Agressores.....	71
Anexo C - Carta de Consentimento Informado.....	74
Anexo D - Categorias de Análise.....	75
Anexo E - Grelha de Análise.....	81
Anexo F - Exemplos das Entrevistas Codificadas	82
Anexo G - Tabela de ocorrências das u.r. nas pré-categorias, categorias e sub-categorias	99

INTRODUÇÃO

“Eis a primeira coisa
Que compreendi:
O tempo é o eco de um machado
No interior de um bosque”
(Philip Larkin, 1945)

E foi de facto o que se compreendeu, que tudo ecoa no tempo: o que acontece nos primórdios da vida, seja bom ou mau, vai influenciar o indivíduo, de formas muitas vezes irreversíveis. Foi com esta realidade que me deparei desde o início do estágio académico ao observar casos de crianças vítimas de maus-tratos, mas também ao observar agressores, eles próprios vítimas na sua infância. Foi no contacto com esta realidade que a possibilidade de realizar o trabalho monográfico, na área dos maus-tratos à criança, surgiu.

Assim, este trabalho inicia-se, antes de mais, com uma revisão histórica acerca da criança e dos maus-tratos à mesma, um olhar sobre o passado que permite ver a imensa evolução que a humanidade sofreu, desde o ter a criança como um objecto ou propriedade, até à actualidade, a “era da criança”, em que as crianças são vistas como tesouros. No entanto, a violência para com elas continua presente de uma forma dura e cruel no quotidiano de muitas. “Como?”, “Porquê?” foram algumas das questões levantadas. Para obter respostas aprofundou-se o estudo começando pelas tipologias de maus-tratos. O estudo destas permite não só compreender o tipo de maus-tratos que surgem como, também, aqueles a que as crianças são submetidas com maior frequência na actualidade. No entanto, as tipologias, ainda que importantes, não fornecem uma visão alargada acerca do fenómeno dos maus-tratos, mas influenciam a forma como estes podem ser definidos. Com o passar do tempo e um aumento da complexidade dos maus-tratos, a procura de uma definição tornou-se cada vez mais complexa. Olhando apenas para um dos aspectos dos maus-tratos como sejam as tipologias, a sua variedade é tal (maus-tratos físicos, psicológicos, negligência, abuso sexual, síndrome de Munchausen por procuração, institucionais, pré-natais) que só com este elemento a heterogeneidade do conceito torna-se evidente. Apesar das dificuldades em obter uma definição que não colidisse ou excluísse elementos importantes, os maus-tratos podem definir-se no geral como qualquer acto ou omissão intencional, executada pelos pais, outros adultos, ou pela sociedade, que impeçam a satisfação das necessidades físicas e/ou emocionais do menor, ou da execução dos seus direitos (Azevedo & Maia, 2006; Oliveira-

Formosinho & Araújo, 2002; Palacios, Moreno & Jiménez, 1995; Palacios, Jiménez, Oliva & Saldaña, 1998).

Após a compreensão das várias tipologias de mau-trato surge como questão óbvia a sua origem, a sua causa, a sua etiologia. Neste ponto existem muitas teorias e propostas de compreensão, que vão desde a proposta inicial de Kempe (in Azevedo e Maia, 2006; Bagley & King, 1990; Machado, 1996; Goodman et al., 1998; Radbill, 1987; Rogosch et al., 1995; Silva, 1995) de psicopatologia por parte do agressor, a uma panóplia de propostas que passam pela influência de aspectos da criança na ocorrência dos maus tratos, influências sociais, problemáticas familiares, transgeracionalidade dos maus-tratos, até modelos mais recentes, como sejam o modelo ecológico ou o transaccional, que procuram uma integração de vários aspectos como potenciadores dos maus-tratos. Destes, o modelo da transgeracionalidade assume-se como importante neste trabalho, não por ser considerado o mais adequado, mas por ser aquele que se adapta aos casos que se observaram ao longo do estágio académico. A partir deste modelo, da revisão literária realizada e da observação dos vários casos no Hospital de Santa Maria, surgiu a questão que motivou este estudo: será que nos casos em que existe transmissão intergeracional do mau-trato, também há transmissão das tipologias de agressão? Esta questão tornou-se ainda mais evidente quando se procedeu ao estudo das consequências, na medida em que, esta transmissão das tipologias, também não era referida entre as inúmeras consequências, como sejam o impacto fisiológico que as agressões podem ter no organismo da criança, as perturbações de vinculação que surgem nos casos de mau-trato, perturbações emocionais, falso-*self*, problemas comportamentais e nas relações interpessoais, perturbações cognitivas e no rendimento escolar, ou perturbações de *stress* pós-traumático. Para responder ao problema de investigação optou-se pela realização de um estudo exploratório, que utiliza como instrumento de recolha a entrevista e como instrumento de análise a análise de conteúdo. Assim, prosseguiu-se construção de um guião de entrevista, baseado na revisão bibliográfica feita, destinado à recolha de informação junto dos agressores acerca da sua infância e maus-tratos sofridos. Para observar se ocorre transgeracionalidade das tipologias de mau-trato foi também recolhida, junto dos técnicos que acompanhavam as crianças, informações sobre a tipologia de agressão de que estas eram vítimas. As informações recolhidas nas entrevistas foram analisadas, através da análise de conteúdo, e confrontadas com as tipologias de agressão sofridas pelas crianças. Os principais resultados apontam para uma transmissão das tipologias de maus-tratos, relacionada com vários aspectos da vida do sujeito, como se pode observar na apresentação e discussão dos resultados.

PARTE TEÓRICA

1. Introdução Histórica sobre a evolução do conceito de criança e dos maus-tratos

Os maus-tratos assumem actualmente diversas formas, as quais sofreram mutações ao longo dos tempos, não sendo, no entanto, um fenómeno recente, mas algo que esteve presente desde sempre na história da humanidade (Azevedo & Maia, 2006; Coelho, 2006; Finkelhor, 2002; Radbill, 1987). O estudo histórico da evolução dos conceitos de infância e de mau-trato revela-se fulcral, na medida em que se verificam grandes diferenças na forma como as crianças foram sendo vistas, educadas, tratadas e do que era delas esperado (Silverman & Wilson, 2002).

Nas sociedades antigas, nos séculos anteriores a Cristo, o mau-trato começava à nascença com a decisão do direito sobre a vida. Ao nascerem, as crianças eram equivalentes a nada até o pai os assumir como filhos, concedendo-lhes aí o direito à vida (Harper in Radbill, 1987). Na Índia antiga, por exemplo, o pai era responsável pela sua família e suas acções, sendo-lhe consagrado o “direito absoluto de julgar e punir” (Badinter, 2000, p. 25). Muitas vezes esta decisão era tomada com base em rituais que visavam determinar a aptidão para viver (exemplos: colocar o bebé num rio gelado, se sobrevivesse estaria apto para viver; administrar água ou algum alimento ao recém-nascido que deveria ser ingerido, de outra forma este seria assassinado, etc.) (Radbill, 1987). Posteriormente, o cristianismo deu, de certa forma, continuidade a estas tradições com a implementação do baptismo, altura em que a criança passa a pertencer ao reino de Deus e a ter um nome, sendo que antes disso é como uma “não-pessoa” (Ariès, 1988; Radbill, 1987).

O infanticídio era também comum na antiguidade como ritual sacrificial para obter dos deuses favores ou apaziguar a sua zanga (Azevedo & Maia, 2006; Coelho, 2006). Estes rituais eram, no entanto, realizados apenas com crianças que nasciam sem defeito aparente (Radbill, 1987). Na Grécia, no século I a.C., qualquer criança portadora de deficiência física visível ou que nascesse doente deveria ser assassinada imediatamente ou abandonada, existindo, tanto na Grécia como também ao longo do Império Romano, altares próprios para o sacrifício de crianças (Azevedo & Maia, 2006; Booth in Radbill, 1987; Coelho, 2006). O infanticídio também ocorria com alguma frequência na Península Arábica até ao aparecimento do Islamismo, sendo que nessa altura diminuiu por ser claramente proibido pelo Alcorão (Al-Mahroosa, Abdullaa, Kamalb & Al-Ansari, 2005). Este tipo de acções não era, no entanto, aceite em todo o mundo, no antigo Egipto pais que matassem os seus filhos eram punidos por lei (Booth in Radbill, 1987). Porém, independentemente das proibições religiosas e legais que foram surgindo, o assassinato de recém-

nascidos continuou a ser praticado nos meios europeus mais tradicionais até ao século XIX. No final do século XIII no sul da França o pai ainda podia matar os filhos sem consequências legais, os bebés do sexo feminino os principais alvos, tendo sido também praticado até há bem pouco tempo na China e em vários locais da Ásia, locais em que o nascimento de meninas era considerado negativo, ou até mesmo uma fatalidade (Al-Mahroosa etl. al., 2005; Azevedo & Maia, 2006; Badinter, 2000; Coelho, 2006; Ploss in Radbill, 1987).

No Império Romano, o uso e abuso sexual de crianças do género masculino era frequente e manteve-se ao longo de vários séculos, ainda que interdito pelos imperadores romanos, sendo comum a presença de crianças em casas de prostituição (Azevedo & Maia, 2006; Goodman, Emery & Haugaard, 1998; Radbill, 1987; Rosenbaum, 1839 in Radbill, 1987). Esta manteve-se uma prática comum na Europa até muito depois da queda do Império (Radbill, 1987). Na China, até recentemente, era frequente nos meios rurais a venda de filhas raparigas para casas de prostituição (Coelho, 2006).

Ao longo da época medieval outra forma de mau-trato comum, tanto no Oriente como no Ocidente, era a castração de crianças do género masculino, ainda que com objectivos diferentes: no Oriente a castração era feita para produzir eunucos que trabalhassem nos haréns; no Ocidente os propósitos da castração eram outros, na Grécia era comum a castração, abuso sexual e venda de rapazes escravos, na Itália, visava manter rapazes com vozes mais agudas para poderem cantar em coros, estes rapazes cantores eram vulgarmente conhecidos por *castrati* (Radbill, 1987; DeMause, 1975 in Bagley & King, 1990; Rush in Bagley & King, 1990; Azevedo & Maia, 2006). Esta prática só terminou, na Europa, no século XVIII com a proibição, pelo Papa Clemente XIV, de rapazes castrados cantarem em igrejas (Radbill, 1987). Na Idade Média, no geral, não existia um lugar para a criança, nem se via a infância como um período distinto de vida com características e necessidades próprias (Ariés, 1988; Azevedo & Maia, 2006). No início desta época, as crianças ilegítimas eram um dos principais alvos de mau-trato (Radbill, 1987). Não sendo bem-vindas, eram abandonadas à nascença ou mortas; as que sobreviviam eram vítimas de mau-trato e abuso ao longo de toda a sua vida (Radbill, 1987). Outro alvo privilegiado eram crianças com deficiência mental, vistas como possuídas pelo demónio ou por espíritos malignos, sendo frequentes as tentativas de exorcismo e as agressões a fim de afastar o espírito possuidor (Radbill, 1987).

As crianças no geral, e os bebés em particular, eram vistas pelos pais como um fardo, particularmente nas classes sociais mais baixas, devido à despesa que significam, não tanto pelo que consomem, mas antes pelos cuidados que requerem, exigindo frequentemente que a mãe, que geralmente trabalha com o pai, deixe de o fazer, levando a que o rendimento mensal seja inferior (Badinter, 2000). Nestes casos eram frequentes os abandonos físico e moral, e os infanticídios. No entanto, nas famílias mais abastadas era também frequente ver a criança como

um peso, em especial para os homens que se viam privados da companhia e atenção da esposa em detrimento de uma criança (Badinter, 2000). Assim, para compensar esta falta e desejo ou de disponibilidade para cuidar do bebé, começaram a surgir com alguma frequência as amas, que além de cuidarem das crianças faziam a chamada “amamentação mercenária” (Badinter, 2000). Primeiramente, quem dispunha do serviço de amas eram apenas elementos da aristocracia, tendo sido um hábito que se alargou às restantes classes sociais até ao século XVIII (Badinter, 2000). Com isto as crianças passavam pouco tempo com os pais, mal nasciam eram colocadas sob o cuidado de uma ama (Badinter, 2000). Muitas vezes esta era uma camponesa que sujeitava as crianças a complicadas viagens até ao campo, onde depois eram muitas vezes mal alimentadas, passavam muitas horas sozinhas, e meses sem um banho, ganhando vários problemas de saúde devido à falta de higiene e aos enfaixamentos, comuns na época (consistia em enrolar o bebé em faixas de tecido ou ligadura dos pés ao pescoço para os manter direitos) (Badinter, 2000). Quando voltavam para casa (com 4 ou 5 anos) eram entregues ao cuidado de governantas; mais tarde, se fossem rapazes, ao de preceptores (Badinter, 2000). Nas classes mais baixas, quando voltavam para casa, os rapazes eram entregues a vizinhos ou amigos para aprenderem um ofício e as raparigas iniciadas nas tarefas domésticas (Badinter, 2000). Este afastamento da criança pela família é justificado por alguns autores como uma forma de protecção, uma vez que as taxas de mortalidade até cerca dos oito anos eram bastante elevadas (Badinter, 2000; Borstelmann, 1983; Coelho, 2006).

Datam da época medieval, ainda, vários relatórios de médicos legistas e “estatísticas” referentes a taxas de mortalidade, que explicitam as causas de morte de crianças (Radbill, 1987). As mais frequentes eram por *overlaying*, literalmente “deitar sobre”, uma vez que era hábito os bebés até cerca de um ano dormirem na mesma cama que os pais, acabando, em muitos casos, por morrer esmagados ou sufocados com o peso destes; apesar das consequências, esta prática só foi considerada crime, em Inglaterra, em 1909 (Ashby in Radbill, 1987; Radbill, 1987). Outras causas de morte frequentes eram queimaduras profundas, afogamento e o escaldar ou cozinhar crianças vivas (Forbes in Radbill, 1987). No século XIII surgiu uma dupla acção do Estado e da Igreja que visava a redução da taxa de mortalidade infantil (Badinter, 2000). Assim, a Igreja começou a falar das crianças como uma dádiva de Deus, que deve ser cuidada e tratada pelos pais, e o Estado, particularmente em Inglaterra, decretou que as mães que ocultassem a gravidez ou expusessem as crianças seriam condenadas à morte (Badinter, 2000).

O abuso sexual de crianças foi frequente ao longo de toda a Antiguidade. Ao longo dos séculos, e em diferentes culturas, surgiram diversos rituais de desfloração aquando da entrada na puberdade ou antes do casamento (Crawly in Radbill, 1987; Goodman, Emery & Haugaard, 1998). O casamento infantil era também prática corrente, sendo que, nalgumas culturas, considerava-se impróprio e indesejável ocorrer a primeira menstruação de uma rapariga que ainda

não estivesse casada, sendo comum existirem casamentos com raparigas de 12 e 13 anos (Radbill, 1987). Desta forma a taxa de mortalidade durante e após a primeira relação sexual era muito elevada (Radbill, 1987). As raparigas eram vistas como uma “comodidade negociável”, por isso, nalguns locais, como a França e a Irlanda, eram alugadas pelo pai aos hóspedes como demonstração de hospitalidade; raparigas com maior desenvolvimento físico eram vendidas, pelos pais, para casas de prostituição mesmo antes de serem menstruadas, daí que tenham surgido casos de meninas grávidas com oito e nove anos que ainda não eram menstruadas (Radbill, 1987).

O incesto era também existente, ainda que não se saiba a sua frequência devido à sua manutenção em segredo e pelo tabú que representava (Radbill, 1987). No entanto, sempre existiram relações incestuosas entre pai-filha, mãe-filho, irmão-irmã e pai-filho (Radbill, 1987).

No século VIII foi fundado em Milão o primeiro *Foundling Hospital* (Hospital de Acolhimento), inspirado nas casas de acolhimento para órfãos de Atenas e Roma e nas leis de protecção das crianças das religiões católica e judaica (a Bíblia ordena que não se peque contra a criança), em pouco tempo este tipo de instituição espalhou-se por toda a Europa (Radbill, 1987). No entanto, os cuidados prestados às crianças acolhidas nestas instituições eram insuficientes e negligentes, pois uma em cada quatro crianças acabava por falecer ao fim de pouco tempo; as que sobreviviam eram maltratadas, sub-nutridas, obrigadas a trabalhar, não lhes sendo dado o mínimo de amor, eram desprezadas e miseráveis (Coelho, 2006; Sanger in Radbill, 1987). Devido ao pouco sucesso destas instituições e à elevada taxa de mortalidade infantil das crianças por elas acolhidas, os países protestantes começaram a optar por outra alternativa: as crianças eram entregues a famílias de acolhimento ou adopção (Radbill, 1987). Esta opção não fomentou melhorias significativas, na medida em que continuava a existir uma elevada taxa de mortalidade e as crianças apareciam mortas supostamente por causas naturais, quando na realidade eram sujeitas a maus-tratos; muitas das que sobreviviam eram enviadas para as ruas como pedintes, prostitutas, etc. (Radbill, 1987). Apesar disto, nos séculos XVII e XVIII surgiu um elevado número de internamentos de crianças em instituições de acolhimento, como forma de evitar as exposições e os infanticídios, e apenas no século XX surgiram métodos de avaliação e selecção de pais adoptivos (Azevedo & Maia, 2006; Badinter, 2000; Radbill, 1987).

O trabalho infantil em indústrias, fábricas, no campo ou em orfanatos era comum, tanto que existiam leis que regulamentavam o trabalho realizado por crianças, não para prevenir a sua exploração mas para evitar a competição pelo uso de mão-de-obra barata (Bremner in Radbill, 1987). No século XV com o aparecimento do estatuto de artífice, os governos emitiram uma lei que lhes permitia um maior controlo sobre os aprendizes: estes deveriam prestar serviço aos seus mestres por um período de sete anos, durante os quais seriam por eles subjugados (Radbill, 1987).

Desta forma, surgiu uma nova forma de escravidão e de mau-trato infantil, que perdurou até inícios do século XIX (Radbill, 1987).

A partir dos séculos XVI e XVII começou a surgir uma maior preocupação com a criança, conjuntamente com a noção da existência de diferenças entre crianças e adultos, e a criação de um espaço próprio e privilegiado para a criança no seio da família (Ariès, 1988; Grilo, 2004; Machado, 1996; Radbill, 1987). No século XVI, em Inglaterra, foi criada uma lei que visava a protecção de rapazes da sodomia e raparigas da violação antes dos dez anos (Schultz in Bagley & King, 1990). No entanto, independentemente das novas filosofias e leis que surgiram, no século XVII o trabalho infantil ainda era visto como positivo e produtivo não apenas para a sociedade, como também para a própria criança. Assim, encontravam-se crianças desde os quatro anos empregues em indústrias e na limpeza de chaminés, onde eram exploradas, maltratadas, agredidas, sub-nutridas e obrigadas a trabalhar tantas horas quanto um adulto (Azevedo & Maia, 2006; Bremner in Radbill, 1987; Reis in Machado, 1996; Willius in Radbill, 1987). Quando estas se recusavam eram “castigadas” numa máquina atroz que forçava a cabeça a permanecer entre os joelhos até sangrarem dos ouvidos e do nariz (Radbill, 1987). Muitas outras eram transportadas para as colónias inglesas na América, onde eram obrigadas a trabalhar para os mestres, vendidas ou forçadas a trabalhar em minas (Coelho, 2006; Radbill, 1987).

Entretanto, nos finais do século XVIII e início do século XIX tornaram-se populares as chamadas “rodas dos expostos”, que consistiam num mecanismo giratório, localizado nas paredes dos hospitais, orfanatos e instituições religiosas, onde se colocavam os bebés indesejados. Tocava-se a uma sineta e a roda girava levando o bebé para o interior da instituição de acolhimento, não havendo qualquer contacto entre quem rejeitava o bebé e quem o acolhia (Azevedo & Maia, 2006; Coelho, 2006). Esta foi uma medida tomada em vários países a fim de reduzir o número de infanticídios cometidos pelos pais (Azevedo & Maia, 2006). Em Portugal, à semelhança de outros países, a “roda dos expostos” foi implementada no século XVIII, por Pina Manique, que também fundou a Casa Pia para estas crianças quando atingissem idade escolar (Azevedo & Maia, 2006). A “roda dos expostos” foi, no entanto, abolida em Portugal em 1860 devido ao número de mortes que ocorriam nas instituições de acolhimento de crianças, por falta de condições básicas e do excesso de crianças acolhidas (Coelho, 2006).

No séc.XIX surgiu uma consciência pública, influenciada por trabalhos de homens como Rousseau, marcando o nascimento daquilo que se designa por família moderna e que é descrita por Badinter (2000, p. 50) como “uma família assente no amor maternal” (Badinter, 2000; Radbill, 1987). Dessa nova consciência de ajuda para com os desfavorecidos, negligenciados, oprimidos e portadores de deficiência advêm, então, várias escolas de ensino especial para os cegos, surdos e deficientes mentais, casas de acolhimento e escolas (reformatórios) para afastar crianças provenientes de famílias pobres e sem condições, acolhimento de órfãos e outros; enfim,

uma variedade de instituições estatais e novos profissionais que visavam substituir ou complementar o papel dos pais (Bagley & King, 1990; Machado, 1996; Robinson in Radbill, 1987). Passa a haver, com isto, um controlo familiar pelo Estado (Machado, 1996). Em 1853 foi fundada a *Children's Aid Society*, que acolhia crianças mendigas e as colocava em casas de adopção (English in Radbill, 1987). Dezoito anos mais tarde, em 1871, a *New York State Medical Society* apoiou a fundação de vários asilos para recém-nascidos, declarando a todos o direito à vida (Radbill, 1987). Seguidamente, em 1874, surgiu a primeira sociedade de prevenção contra os maus-tratos infantis (*American Society for the Prevention of Cruelty to Children*), que acolhia e auxiliava crianças vítimas de maus-tratos retiradas à família de origem, a qual perdia a custódia sobre a criança (Giovannoni & Becerra in Bagley & King, 1990; Radbill, 1987). A formação desta sociedade surgiu na sequência de um caso polémico de maus-tratos de uma menina de 10 anos que foi levado a tribunal por uma sociedade de protecção dos animais (*Society for the Prevention of Cruelty Against Animals*) sob a alegação que a criança também pertencia ao reino animal e merecia julgamento justo (Goodman, Emery & Haugaard, 1998; Oliveira-Formosinho & Araújo, 2002; Riis in Radbill, 1987; Rogosch, Cicchetti, Shields & Toth, 1995)

Ainda no século XIX surgiu aquele que é considerado o primeiro estudo realizado no âmbito dos maus-tratos infantis, por Ambroise Tardieu, um professor de Medicina Legal que autopsiou 32 crianças vítimas de maus-tratos, observando que as justificações apresentadas pelos pais não coincidiam com o que era observado nas autópsias (Gallardo in Azevedo e Maia, 2006; Kempe & Kempe in Azevedo e Maia, 2006; Labbé, 2005; Roche, Fortin, Labbé, Brown & Chadwick, 2005). Este autor desenvolveu ainda uma classificação bastante completa de algumas tipologias de mau-trato, procurando alertar a sociedade para este fenómeno, que considerava um problema de saúde pública (Labbé, 2005; Roche et al., 2005). No entanto, existem escritos científicos anteriores a Tardieu que referem maus-tratos infantis. No primeiro livro de pediatria *Pratica Peurorum* datado de 900 d.C. de Rhazes, um médico persa, o autor refere que algumas crianças apareciam com hérnias que só podiam ser provocadas por agressões (Al-Mahroosa, Abdulla, Kamal & Al-Ansari, 2005; Lynch, 1985). Paulus Zacchias descreve os maus-tratos a que os professores submetiam os alunos (Zacchias in Labbé, 2005). Dois séculos mais tarde o médico inglês James Parkinson publica *The Villager's Friend and Physician* onde relata casos de maus-tratos (Parkinson, 1800 in Labbé, 2005). Alguns anos mais tarde surge um patologista francês, Adolphe Toulmouche que descreve casos e abusos sexuais de raparigas e um caso de uma menina de quatro anos que foi espancada até à morte pelo pai (Labbé, 2005).

No início do século XX começaram a desenvolver-se um maior número de estudos realizados sobre os maus-tratos à criança. Após a I Guerra Mundial com o número imenso de crianças que se encontravam órfãs, desalojadas e com inúmeras privações surgiu, nos países industrializados, a preocupação com a protecção da infância, sendo decorrente disto a Primeira

Declaração dos Direitos da Criança, datada de 1924 (Grilo, 2004). Alguns trabalhos que se destacaram foram os de John Caffey, um radiologista que nas décadas de 1940 e 1950 associou os hematomas sub-durais a fracturas no esqueleto, levantando a suspeita que estes só podiam ser causados por maus-tratos (Caffey in Roche et al., 2005; Caffey in Roche et al., 2005). Também na década de 1950, Fredric Silverman, um outro radiologista, afirmou que fracturas “espontâneas” do esqueleto teriam origem num incidente traumático não identificado. Foi apenas a partir da década de 1960 que se criaram leis de protecção infantil, os direitos da criança, tribunais de menores, e em que se verificou um maior envolvimento médico, particularmente pediátrico, com as crianças vítimas de maus-tratos, tendo sido alguns destes acontecimentos motivados pelo trabalho de Kempe, de 1962, *The battered child* (Azevedo e Maia, 2006; Bagley & King, 1990; Machado, 1996; Goodman et al., 1998; Radbill, 1987; Rogosch et al., 1995; Silva, 1995), um dos mais importantes nesta área. Neste trabalho Kempe e colegas descrevem, na sequência do anteriormente observado por outros investigadores, o “síndrome da criança batida” (*battered child syndrome*), que se refere a um quadro clínico observado em crianças, caracterizado por lesões ósseas (visíveis através de exames radiológicos), hematomas, etc., incongruentes com as explicações dadas pelos pais para as justificarem (quedas, enquanto brincavam, etc.), caracterizando ainda os pais como portadores de doença mental (Azevedo e Maia, 2006; Goodman, et al. 1998; Machado, 1996; Oliveira-Formosinho & Araújo, 2002).

Após este estudo foram realizados vários outros sobre os maus-tratos à criança, assim em 1965, a expressão e o conceito de criança batida (*battered child*) foi substituída, por Fontana (Fontana in Azevedo & Maia, 2006), pela de maus-tratos à criança ou criança maltratada (*child abuse*), passando a abranger uma maior variedade de maus-tratos para além da agressão física (Fariña, Seijo & Novo in Oliveira-Formosinho & Araújo, 2002; Fontana in Azevedo & Maia, 2006; Gallardo in Azevedo e Maia, 2006). Com o passar do tempo e a realização de mais investigações nesta área começaram a surgir novas perspectivas e novos tipos de maus-tratos, ficando para trás a perspectiva de pais patológicos e dos maus-tratos unicamente físicos (Azevedo & Maia, 2006). Começam a ser tidos em conta vários outros aspectos para além dos familiares (exemplo: sociais, económicos, psicológicos, institucionais, características das crianças, etc.) surgindo um leque cada vez maior de teorias, pressupostos e correntes (Azevedo & Maia, 2006).

Em 1989 é aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas a *Convenção dos Direitos da Criança*, que derivou da *Declaração dos Direitos da Criança* (alterada, após a primeira publicação, em 1949 e em 1959). A *Convenção dos Direitos da Criança* surge como instrumento jurídico internacional, sendo que todos os países que a ratificam ficam por esta obrigados a respeitar e assegurar os direitos e deveres nela descritos (Grilo, 2004)

Em Portugal, como em muitos outros países, foi a partir da década de 1980 que começou a surgir um maior interesse pelos maus-tratos infantis, sendo que na década seguinte aumentaram

as “acções de protecção” e os esforços para estabelecer estatísticas concretas (Silva, 1995). Nesta década de oitenta foi realizado um estudo, ao nível de Portugal continental, pelo Gabinete de Estudos Jurídico-Sociais em conjunto com a Sociedade de Estudos de Sociologia e Antropologia, tendo sido dirigido por Fausto Amaro (Azevedo & Maia, 2006). Aqui Amaro refere que o número de crianças maltratadas em 1988 se estimava em 20000 (cerca de 68 em cada 10000 famílias). De uma forma resumida, observaram-se no geral um maior número de ocorrências no norte do país, o tipo de mau-trato mais frequente era a negligência (48%), seguida dos maus-tratos psicológicos (31%-36%), físicos (16%-21%) e, por fim, o abuso sexual (1%-8%), com variações consoante a região (Amaro, 1988). Na sua maioria, as vítimas eram rapazes, com idades compreendidas entre os seis e os 14 anos (Amaro, 1988). Há que ter, no entanto, em conta que os dados apresentados podem mostrar números muito abaixo da percentagem real na medida em que o estudo foi realizado através de inquéritos por correspondência dirigidos aos presidentes das juntas de freguesia e aos párocos das mesmas (Azevedo & Maia, 2006). Silva (1995) após referir estatísticas de diversos países, e ainda de diferentes estudos em Portugal refere que “a análise de tais dados mostra que a diversidade de valores apontados está indubitavelmente condicionada pela variedade de conceitos e de instrumentos utilizados para os medir.” (Silva, 1995, p.158). Depois deste foram realizados inúmeros estudos de carácter local ou focando diferentes aspectos dos maus-tratos.

Com o passar do tempo para além dos estudos realizados foram sendo tomadas medidas de protecção e prevenção dos maus-tratos à criança. Em 1990 foi ratificada em Portugal a *Convenção dos Direitos da Criança* (Decreto do Presidente da República n.º49/90 de 12 de Setembro de 1990) (Grilo, 2004). Actualmente as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, que exercem funções nos vários municípios do país, são das principais responsáveis pelas medidas de protecção da infância:

São instituições oficiais não judiciárias com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações susceptíveis de afectar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral. Exercem as suas atribuições em conformidade com a lei e deliberam com imparcialidade e independência, contando com a colaboração das autoridades administrativas e policiais, bem como das pessoas singulares e colectivas que para tal sejam solicitadas. (www.pgr.pt).

Estas comissões funcionam nos termos da Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro (alterada pela Lei n.º 31/2003, de 22 de Agosto, e regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 332-B/2000, de 30 de Dezembro).

Surgiu também Projecto de Apoio à Família e à Criança (PAFAC), um projecto governamental nacional que procura providenciar apoio às crianças vítimas de maus-tratos e às famílias respectivas, proporcionando uma abordagem familiar e social da problemática dos maus-tratos, procurando, assim, prevenir a transmissão intergeracional do mau-trato (www.pafac.gov.pt)

Para além destes serviços governamentais existe ainda o Instituto de Apoio à Criança (IAC), que é uma instituição particular de solidariedade social fundada em 1983 por um grupo multidisciplinar (médicos, magistrados, professores, psicólogos, juristas, sociólogos, técnicos de serviço social, educadores, etc.), sendo actualmente um importante órgão na prevenção e intervenção ao nível dos maus-tratos à criança. O IAC tem como principal objectivo “contribuir para o desenvolvimento integral da criança, na defesa e promoção dos seus direitos” (www.iacrianca.pt). Para tal promove programas de informação, seminários, colóquios, etc., que visam a reflexão e o debate sobre as problemáticas que afectam a infância na sociedade portuguesa actual, pareceres sobre aspectos políticos relativos aos direitos da criança e sua promoção (www.iacrianca.pt).

No entanto, em Portugal surge, ainda hoje, a questão da supremacia física que, como se observa, está enraizada na cultura popular, sendo causa de muitos dos casos de maus-tratos, particularmente físicos, que se observam. Ainda não foi há muito tempo que Portugal “saiu” duma cultura patriarcal, de supremacia do pai e homem sobre a esposa e filhos (como foi referido acima, o pai tinha direito absoluto sobre a sua família e sobre a forma de a gerir e educar). Vestígios desta maneira de pensar e de estar estão ainda muito pronunciados na cultura popular portuguesa, sendo o recurso á violência física muito recorrente nas várias relações intrafamiliares (Amaro, 1988; Azevedo & Maia, 2006; Leandro, 1988). Portanto, o trabalho a ser realizado não toca apenas numa questão legislativa e de criação de acções de protecção (sendo estas no entanto fundamentais), é necessário ocorrer uma mudança cultural que permita uma menor incidência de maus-tratos à criança. No entanto, com refere Leandro (1988, p.63), essa hipótese ‘não poderá, por ora, considerar-se viável (...) considerando a nossa realidade sociocultural, que não deve violentar-se, sob pena de poderem obter-se efeitos negativos’ (Leandro, 1988), deve, no entanto, ser considerada como objectivo a longo prazo.

2. Conceito de Maus-Tratos

Existe a necessidade de operacionalizar o conceito de maus-tratos, no entanto, são várias as dificuldades que se impõem, desde a concordância quanto à incidência do fenómeno, às várias áreas teóricas (legais, médicas, psicológicas, etc.) que o procuram definir, às diferenças culturais existentes, etc. (Grilo, 2004; Oliveira-Formosinho & Araújo, 2002; Palacios, Moreno & Jiménez, 1995; Palacios, Jiménez, Oliva & Saldaña, 1998; Rieder & Cicchetti, 1989). Uma outra questão que se levanta é relativa à abrangência do conceito: um conceito muito restrito pode não incluir formas de mau-trato fundamentais e actuais mas, por outro lado, um conceito demasiado abrangente pode incluir actos que, ainda que podendo ser postos em causa, não podem ser considerados como uma forma de maus-tratos (Azevedo & Maia, 2006; Leandro, 1988). Assim, a comunidade científica tem feito um esforço para encontrar uma definição intermédia que possa incluir as diversas formas de maus tratos, com base na ideia de que, independentemente de como é vista ou da cultura em que está inserida, uma criança é sempre uma criança, e como tal portadora de qualidades, características e direitos próprios (Azevedo & Maia, 2006). No geral, e segundo “directrizes internacionais” (Azevedo & Maia, 2006; Oliveira-Formosinho & Araújo, 2002; Palacios et al. 1995; Palacios et al., 1998), tende a considerar-se maus-tratos qualquer acção e/ou omissão, não accidental, praticada pelos pais, outros adultos, ou pela sociedade em geral, que ponham em causa a satisfação das necessidades físicas e/ou emocionais do menor, ou da plena execução dos seus direitos e liberdade (entendendo-se por menor qualquer individuo com menos de dezoito anos) (Azevedo & Maia, 2006; Oliveira-Formosinho & Araújo, 2002; Palacios et al. 1995; Palacios et al., 1998).

Contudo, há que ter em conta que, apesar desta definição, o conceito de maus tratos é um conceito dinâmico, não estático, e de uma imensa heterogeneidade, sendo alvo de grandes discussões teóricas quanto aos seus limites, critérios de inclusão e exclusão, características da vítima e/ou do agressor, etc. (Aber & Cicchetti, 1984; Gerbner, Ross & Zigler, 1982; Leandro, 1988; Palacios et al., 1995; Palacios et al., 1998).

Assim, alguns autores abordam a heterogeneidade do conceito de maus-tratos tendo por base alguns aspectos principais, que se podem dividir em quatro pontos: a heterogeneidade da noção; a heterogeneidade dos critérios de classificação, a heterogeneidade dos enfoques profissionais; e, a heterogeneidade das causas e consequências (Aber & Zigler in Palacios et al., 1995; Cicchetti & Barnett in Palacios et al., 1995; Zuravim in Palacios et al., 1995; Palacios et al., 1995).

A heterogeneidade da noção refere-se ao facto de se incluírem sob o conceito de maus-tratos uma variedade de tipologias de agressão e negligência, físicas e psicológicas, praticadas por pais

ou por adultos responsáveis pelas crianças (exemplo: instituições de acolhimento, orfanatos, etc.) (Morais, 2001; Palacios et al., 1995).

A heterogeneidade de critérios de classificação é, de facto, um aspecto complexo. Existe uma grande discórdia entre teóricos quanto aos critérios de classificação de um acto como mau-trato. Deve considerar-se o mau-trato do ponto de vista da intenção ou da consequência que produz, quando ocorrem vários episódios ou apenas um, com base em evidências empíricas ou suspeitas, tendo que estabelecer-se um paralelo com as percepções sociais dominantes ou não? São inúmeras as questões deste tipo que podem ser levantadas, mas raras as respostas consensuais, o que gera, além de uma maior dificuldade na definição clara e objectiva do conceito, também alguma confusão no que toca à intervenção e tentativas de prevenção (Morais, 2001; Palacios et al., 1995).

No que toca à heterogeneidade dos enfoques profissionais que lidam com o fenómeno dos maus-tratos, segundo Ariés e Zigler (Ariés e Zigler in Palacios et al. 1995) podem contar-se pelo menos quatro, que são o legal, o médico, o social e o da investigação do fenómeno, ao que Palacios e colaboradores (1995) juntam o enfoque psicológico e o da acção social. Ora, sendo estes enfoques profissionais tão distintos entre si, também é a forma como vêem e abordam o fenómeno dos maus-tratos, chegando a pontos de ruptura e divergência totais (Morais, 2001; Palacios et al., 1995).

Por fim, quanto à heterogeneidade das causas e consequências, além de cada caso ser um caso, surge uma óbvia divergência teórica, pois além de ser um fenómeno teorizado por profissionais das áreas acima referidas, conduzindo imediatamente a visões e perspectivas diferentes, dentro de cada uma destas áreas existem correntes teóricas diferentes, apresentando cada uma também propostas diferentes (Azevedo & Maia, 2006; Morais, 2001; Palacios et al., 1995).

Um quinto ponto pode ser acrescentado a estes: a relatividade cultural dos conceitos. Há que ter em conta que o conceito de maus-tratos e os seus vários aspectos, como apresentados acima, é apenas referente às sociedades ocidentais actuais. Como já se observou ao longo da história o conceito foi-se alterando e, ainda hoje, é muito divergente nas várias sociedades e culturas mundiais (Azevedo & Maia, 2006; Coelho, 2006; Korbin, 1987; Tucker, s.d.). Por exemplo, a clitorectomia sem anestesia é aceite como prática comum e não abusiva em algumas culturas africanas, enquanto noutras partes do mundo bater a uma criança é um acto ilegal (Goodman, Emery & Haugaard, 1998; Leandro, 1988). Saindo dos extremos e integrando estas diferenças na nossa cultura ou em vivências do dia-a-dia, ainda hoje, em Portugal, assistimos ao casamento de menores na cultura cigana, a crianças a quem não é dada a possibilidade de estudarem porque têm de trabalhar para sustentar a família, e até, como referem Azevedo e Maia (2006) a zonas do país em que a primeira relação sexual de uma rapariga é com o pai. Os maus-tratos intrafamiliares são

influenciados e geridos pelo sistema de crenças e valores da família em questão (Azevedo & Maia, 2006; Leandro, 1988).

Como se pode observar, as variações culturais são muitas, não só ao nível das grandes culturas mundiais, mas também nas pequenas oscilações culturais e raízes históricas de cada país, família e indivíduo, e todas estas se tornam pertinentes, principalmente aquelas presentes na realidade de cada técnico e com as quais tem de trabalhar. Há que ter, no entanto, algumas precauções nesta área, na medida em que a diferença entre o que é cultura e o que é já mau-trato é, frequentemente, muito ténue. Existem, assim, determinadas situações que independentemente da tradição cultural que traduzem, nunca deixam de ser mau-trato ou violência exercida sobre a criança. A conjugação equilibrada entre ética, deontologia e cultura é fundamental na gestão de situações que estão no limiar da humanidade.

3. Tipologia dos Maus-Tratos

Devido à heterogeneidade do conceito de maus-tratos, anteriormente referida, a definição de tipologias ou sub-tipos de maus-tratos não é fácil e muito menos consensual. Além de cada autor indicar tipologias diferentes, surge a questão de a criança raramente sofrer de apenas um tipo de mau-trato (e.g., Azevedo & Maia, 2006; Browne, 1988). Aliás, como referem Azevedo e Maia (2006) tanto os maus-tratos físicos têm consequências psicológicas, como também os maus-tratos psicológicos podem ter consequências físicas, havendo necessariamente uma ligação entre as várias tipologias.

Seguidamente apresenta-se uma descrição das tipologias de maus-tratos mais comuns na literatura.

3.1 Maus-Tratos Físicos

O mau-trato físico é definido como qualquer acção que implique o uso de força física intencional, não accidental, por parte dos pais ou outros adultos responsáveis pelo menor, a qual provoque, ou potencialmente possa provocar, dano físico ao menor, deixando, ou não, marcas evidentes (Duarte & Arboleda in Azevedo & Maia, 2006; Florida DHRS in Oliveira-Formosinho & Araújo, 2002; Grilo, 2004; Palácios et al., 1995; Palacios, Jiménez et al., 1998).

O mau-trato físico corresponde ao “síndrome da criança batida” de Kempe, sendo o tipo de mau-trato mais facilmente identificável devido à multiplicidade das lesões apresentadas pela criança, e à discrepância entre estas e os acontecimentos relatados pelos pais (Palacios et al., 1995; Morais, 2001; Grilo, 2004). Estas lesões podem ser mais ou menos graves, deixando marcas externas e/ou internas, podendo ter consequências drásticas que incluem a morte da criança (e.g. agressões físicas, queimaduras, feridas, fracturas, cortes, dentadas, pontapés, asfíxia, afogamento, lesões internas, hemorragias, etc.) (Palacios et al., 1995; Palacios et al., 1998; Azevedo & Maia, 2006).

3.2 Maus-Tratos Psicológicos

O mau-trato psicológico é o tipo de mau-trato mais difícil de identificar. Pode assumir-se como hostilidade verbal, i.e., insulto, desprezo, crítica, ameaça de abandono, bem como por acções de rejeição, discriminação, depreciação, desrespeito para com a criança (Arruabarrena & De Paúl in Oliveira-Formosinho & Araújo, 2002; Grilo, 2004). Acrescenta-se ainda um bloqueio

constante das iniciativas de interacção e recreativas da criança, como sejam o brincar, as actividades de lazer, o convívio social, etc., associado a uma manipulação afectiva e emocional intensa, por parte dos pais ou responsáveis (Arruabarrena & De Paúl in Oliveira-Formosinho & Araújo, 2002; Grilo, 2004).

3.3 Maus-Tratos por Abuso Sexual

O abuso sexual remete para o contacto ou interacção entre um adulto e uma criança, quando esta é usada para gratificação sexual do adulto agressor ou de outra pessoa (Clark & Clark in Oliveira-Formosinho & Araújo, 2002; Hartman & Burgess in Grilo, 2004; Peters in Grilo, 2004). O abuso sexual pode também ser cometido por menores de idade, quando o agressor é significativamente mais velho que a vítima, ou quando se encontra numa posição de poder ou controlo sobre esta (Clark & Clark in Oliveira-Formosinho & Araújo, 2002).

3.4 Maus-Tratos por Negligência

Como em todos os maus-tratos, a negligência pode ser definida de formas diferentes consoante a área teórica em causa (Erickson & Egeland, 2002). No entanto, de forma geral pode ser vista como um acto de omissão de cuidados, desprotecção, não provisão de cuidados básicos, físicos ou emocionais, às crianças pelos pais ou adultos responsáveis (Erickson & Egeland, 2002; Gabarino et al. in Grilo, 2004; Grilo, 2004)

Vários autores dividem os maus-tratos por negligência em negligência física e negligência psicológica.

A negligência física pode ser definida como privação ou não satisfação, parcial ou total, de necessidades básicas da criança (Morais, 2001; Oliveira-Formosinho & Araújo, 2002). Pode traduzir-se por atitudes de rejeição pelos pais, como sejam o negar alimentação, o não proporcionar acompanhamento médico, descuido na forma de vestir da criança (roupa não adequada às estações do ano) e na sua higiene, ausência de preocupação com a escolaridade, etc., potenciando o risco de danos permanentes no desenvolvimento da criança e seu funcionamento posterior (Skuse & Bentovim in Oliveira-Formosinho & Araújo, 2002). É considerada actualmente o mau-trato mais comum nas sociedades ocidentais (Chadwick, 1999; Fariña, Seijo, Novo & Freire in Oliveira-Formosinho & Araújo, 2002; Oliveira-Formosinho & Araújo, 2002).

A negligência psicológica pode, por outro lado, ser vista como a falta ou ausência de resposta por parte dos pais, não interessados e não gratificados no cuidado da criança, aos seus sinais comunicativos, expressões emocionais e comportamentos de proximidade e interacção por ela emitidos (Garbarino, Guttman & Seeley in Oliveira-Formosinho & Araújo, 2002). Estas crianças

podem ter grandes atrasos ao nível do desenvolvimento emocional, intelectual e também físico (Morais, 2001).

3.5 Maus-Tratos Pré-Natais

Este tipo de mau-trato envolve uma série de situações que, vividas pela mãe, podem afectar o feto, o seu desenvolvimento salutar e posteriormente o recém-nascido (Grilo, 2004). Algumas dessas situações são: a subnutrição da mãe, que afecta o crescimento e desenvolvimento normal do feto; o consumo de substâncias tóxicas (álcool, drogas ilícitas) que atravessam a placenta provocando dependência por parte do feto e perturbações no seu desenvolvimento neuronal; mães portadoras de doenças infecto-contagiosas, que recusam a medicação disponível que possa evitar o contágio do bebé (exemplo: medicação retroviral no caso do HIV); mães vítimas de violência doméstica, prostitutas, isoladas de apoios sociais e/ou afectivos, entre outras (Grilo, 2004).

3.6 Síndrome de Munchausen por Procuração

O Síndrome de Munchausen por Procuração é uma forma pouco comum de mau-trato infantil e é caracterizado pela simulação, indução, produção de sintomas característicos de doenças físicas em crianças saudáveis, pelos pais ou, mais frequentemente, pela mãe (Maida, Molina & Carrasco Ch., 1999; Garrote, Arza, Puentes, Smith, Bagge & Coulembier, 2008; Parnell, 2002). O agressor recorre, de seguida, a serviços médicos negando conhecer as causas dos sintomas ou a suposta doença, sendo a criança submetida a tratamentos ou intervenções desnecessárias (Maida, Molina & Carrasco Ch., 1999; Garrote et al., 2008; Parnell, 2002).

3.7 Maus-Tratos Institucionais

O mau-trato institucional é referente ao abuso e negligência da criança, do seu bem-estar e do seu desenvolvimento por parte de instituições colectivas ou profissionais particulares (Grilo, 2004). Estes maus-tratos podem ocorrer em relação directa com a criança, na relação que estabelece com profissionais hospitalares, educacionais ou sociais, ou ainda de forma indirecta, através de leis, normas, políticas institucionais ou orientações (Grilo, 2004).

4. Etiologia dos Maus-Tratos: Principais Formulações Teóricas

O estudo da etiologia dos maus-tratos à criança começou a desenvolver-se nas últimas décadas como uma busca das causas e factores de risco para a ocorrência de maus-tratos (Azevedo & Maia, 2006). Como se viu anteriormente, este fenómeno não é simples nem linear, tal como não o são as formulações acerca das suas origens, assim, surgem vários modelos e perspectivas explicativas decorrentes de vários modelos e áreas teóricas, sendo apresentados neste trabalho alguns dos considerados mais importantes.

Estes modelos, actualmente, além de proporcionarem uma possível explicação acerca das causas dos maus-tratos, permitem o desenvolvimento de programas de prevenção (primária, secundária e terciária) e de intervenção, procurando diminuir ou eliminar os efeitos dos maus-tratos, ou preveni-los antes de ocorrerem (Azevedo & Maia, 2006; Leandro, 1988).

Estes modelos mostram também um leque de factores potenciadores e protectores relativamente aos maus-tratos e às suas consequências (Azevedo & Maia, 2006).

4.1 Modelo Centrado na Criança

Neste modelo considera-se que existem determinadas características ou comportamentos das crianças que podem constituir factores de risco à ocorrência de maus-tratos, ou seja, que existem comportamentos infantis aos quais os pais podem ser sensíveis reagindo de forma negativa perante eles (Azevedo & Maia, 2006; Sidebotham & Heron, 2006). No entanto, os comportamentos que podem provocar *stress* nos pais são variados, podendo oscilar do simples choro à desobediência e oposição (Azevedo & Maia, 2006).

As investigações realizadas neste âmbito são, na sua maioria, estudos retrospectivos, donde surge a principal crítica ao modelo - não se sabe se os comportamentos efectivos das crianças seriam causas ou consequências dos maus-tratos (Azevedo & Maia, 2006; Sidebotham & Heron, 2006).

Decorrente das investigações realizadas foram identificados, no entanto, alguns factores de risco mais frequentes (Azevedo & Maia, 2006; Sidebotham & Heron, 2006).

4.1.1 A idade da criança

Muitas das investigações realizadas, relativamente à influência da idade da criança nos maus-tratos, apontam como alvos: as crianças mais novas (por serem mais indefesas e dependentes, e

terem menor controlo das suas emoções e sua expressão), e os adolescentes (que correm maior risco de mau-trato físico comparativamente a outras idades, ainda que surjam também casos de abuso sexual (Azevedo & Maia, 2006; Finkelhor & Dziuba-Leatherman, 1994).

4.1.2 Aspecto e condição física da criança

Relativamente ao físico da criança, as investigações indicam que crianças com problemas de saúde, prematuras, com deficiências ou patologias do foro físico e mental correm maior risco de maus-tratos, do que crianças saudáveis e sem “defeito” aparente (Azevedo & Maia, 2006; Sherrod, O'Connor, Vietze & Altemeier, 1984; Sidebotham & Heron, 2006). Ou seja, crianças que não correspondam fisicamente, ou ao nível da saúde, às expectativas iniciais dos pais, têm maior probabilidade de serem maltratadas por estes (Azevedo & Maia, 2006; Sidebotham & Heron, 2006).

4.1.3 O comportamento da criança

O comportamento da criança é visto por alguns autores como potenciador dos maus-tratos pelos pais (Azevedo & Maia, 2006; Sidebotham & Heron, 2006). Este aspecto não é, no entanto, consensual uma vez que algumas investigações demonstram o que comportamento eventualmente desajustado é, antes, uma consequência dos maus-tratos (Azevedo & Maia, 2006).

4.2 Modelo Psicológico ou Psiquiátrico Centrado no Agressor

Este modelo tem por base a mesma ideia que Kempe em 1962 enunciou, no seu artigo sobre o “síndrome da criança batida”, de que os agressores sofrem de patologias ou perturbações mentais, mais ou menos graves, que permitem explicar as suas acções (Azevedo & Maia, 2006; Sidebotham & Heron, 2006). Assim, durante bastante tempo os maus-tratos à criança foram vistos como consequências de uma perturbação dos progenitores ou cuidadores. Actualmente, ainda que se continuem a realizar estudos sobre a personalidade e as perturbações dos agressores, procura-se uma visão mais compreensiva do fenómeno (Azevedo & Maia, 2006).

Vários autores consideram as perturbações de personalidade, o alcoolismo, a toxicod dependência, bem como o facto dos próprios agressores terem sido vítimas de maus-tratos na infância, como factores influentes no aparecimento de maus-tratos, outros referem ainda pais mais jovens e com pouca instrução (Azevedo & Maia, 2006; Sidebotham & Heron, 2006).

4.3 Transmissão Intergeracional dos Maus-tratos à Criança

Esta hipótese da transmissão intergeracional dos maus-tratos tem estado presente na literatura desde os anos 1960 com o trabalho de Kempe de 1962 sobre a criança batida, e outros que se seguiram (Renner & Slack, 2006). Existem autores que incluem a transmissão intergeracional dos maus-tratos no modelo anterior, como por exemplo Azevedo e Maia (2006).

A proposição central desta teoria é a de que a criança agredida e maltratada tem maior probabilidade de se tornar um agressor, na adultícia, do que a criança que nunca foi vítima de maus-tratos (Renner & Slack, 2006). Para suportar esta proposição existem vários estudos que demonstram que a maioria dos adultos agressores foram maltratados na sua infância, e ainda que pais mais rigorosos, negligentes e pouco flexíveis também tiveram o mesmo estilo de educação quando eles próprios eram crianças (e.g., Coohy & Braun in Renner & Slack, 2006; Merrill, Hervig, & Milner in Renner & Slack, 2006; Pears & Capaldi, 2001; Steele & Pollock, 1974).

Strecht (1998) fala de exemplos da sua prática clínica, referindo que estas “perturbações transgeracionais” se observam com alguma regularidade, descrevendo-as da seguinte forma:

As raízes do mal afundam-se muitos anos atrás, em gerações precedentes, na pré-história da criança que então observamos. É então como se os Pais parecessem condenados a repetir tragicamente com os seus filhos as dificuldades por que eles próprios passaram um dia enquanto crianças (...) por vezes numa cadencia solidamente estabelecida em que o amor parece mais frágil que o esquecimento ou o perdão. (Strecht, 1998, pp. 60-62)

Este modelo vai ainda de encontro com a proposta psicanalítica de identificação ao agressor, descrita inicialmente por Anna Freud (Anna Freud in Matos, 2002), e desenvolvida posteriormente por muitos outros autores. Esta chamada Identificação ao Agressor é uma forma de identificação narcísica primária, resultante da procura do amor do objecto (neste caso pai ou mãe). Ou seja, no caso em que surge um objecto agressivo ou agressor, ao invés de um objecto de amor, a criança por necessitar de amor vai procurá-lo, e não o obtendo “opta”, ao nível da identificação, por uma “solução de compromisso e encobrimento” (Matos, 2002, p.257), i.e., idealiza o objecto, que não lhe dá amor, vendo-o como “belo e poderoso” (Matos, 2002, p.257), identificando-se depois com esse objecto (Matos, 2002). Como referem França, Rodrigues e Mendes (2008) “O agressor torna-se intrapsíquico, deixa de ser um outro e, assim, pode ser submetido ao processo primário, modelado segundo o princípio do prazer, processo que resulta em uma minimização da ameaça externa” (França, Rodrigues & Mendes, 2008, p.6) .Esta identificação ao agressor leva a que, na adultícia, o sujeito procure reproduzir o papel de agressor, reproduzindo a agressão noutros objectos que considera mais fracos ou frágeis (i.e., objectos em que, no fundo, se revê ainda que nunca o admita) (Matos, 2002).

4.4 Modelo Sociológico

O modelo sociológico considera vários elementos socioeconómicos, sócio-culturais, interligando-os com o *stress* e as dinâmicas familiares como elementos influentes no aparecimento e perpetuação dos maus-tratos (Azevedo & Maia, 2006; Browne, 1998; Rogosh, Cicchetti, Shields & Toth, 1995). Como referem, de forma muito clara, Azevedo e Maia (2006, p.67) “o modelo sociológico centra-se nas condições sociais provocadoras de *stress*, que influenciam o comportamento da família, assim como os valores e práticas culturais que estimulam a violência”

Os estudos desenvolvidos em torno dos factores sócio-culturais influentes nos maus-tratos referem como mais relevantes os que provocam *stress* familiar, nomeadamente a pouca qualidade das relações familiares e conjugais, a ausência ou ineficácia da rede social de apoio, a organização da comunidade, a aceitação social da violência, a pressão económica e o emprego (Azevedo & Maia, 2006; Browne, 1998; Rogosh et al., 1995).

4.4.1 Qualidade das relações familiares e conjugais

Segundo alguns autores a qualidade das relações familiares, em particular da relação conjugal, são de importância fulcral na produção de maus-tratos (Rogosh et al., 1998).

São vários os estudos que demonstram que o relacionamento conjugal influencia o funcionamento do casal enquanto pais, quando este é conflituoso e instável conduz a uma menor tolerância e disponibilidade emocional, e a uma maior frustração, aumentando o *stress* familiar e, com este, o risco de serem dadas respostas inadequadas e inconsistentes aos filhos (negligência, mau-trato, etc.) (Holden & Ritchie, 1991; Margolin & John, 1997; Rogosh et al., 1995; Wilson & Gotman, 1995). Há, portanto, uma relação entre a violência conjugal e o tipo de relação estabelecida com os filhos (Margolin & John, 1997). O estudo de Margolin e John (1997) vai de encontro a estudos anteriores ao demonstrar que agressores conjugais tendem também a ser agressivos para com os filhos, particularmente para com os rapazes, ao que parece as raparigas são sujeitas a menos agressões que os rapazes em situações idênticas.

Mesmo que não haja agressão física, as crianças que assistem a violência doméstica são sujeitas a uma agressão psicológica imensa, que deixa, certamente, sequelas graves no indivíduo (Strecht, 2004).

As famílias monoparentais surgem como propensas ao aparecimento de maus-tratos, sendo que a ausência do companheiro pode surgir como factor de *stress* familiar principalmente pela falta de apoio sentida (Azevedo & Maia, 2006; Grilo, 2004). Esta falta de apoio sentida, associada a todo um leque de problemas (económicos, laborais, familiares), leva a que estas mães tenham pouca disponibilidade emocional para estabelecerem uma relação de vinculação positiva com os

seus filhos conduzindo a uma menor qualidade relacional (Holden & Ritchie, 1991; Grilo, 2004). Além disso, segundo Rogosh e colaboradores (1995), neste tipo de famílias surge ainda uma outra problemática, as relações entre adultos tendem a ser instáveis, agressivas e temporárias. Conduzindo a uma procura de estabilidade pode levar a resultados diferentes dos esperados, uma vez os parceiros introduzidos na família não são pais, sendo muitas vezes incapazes de cuidar e/ou auxiliar na educação das crianças, recorrendo a estratégias educativas mais punitivas, podendo ainda conduzir a sentimentos de divisão e ambiguidade por parte da mãe, causando a perpetuação do ciclo de abuso e mau-trato (Cicchetti & Manly in Rogosh et al., 1995; Holden & Ritchie, 1991; Rogosh et. al, 1995; Grilo, 2004). Esta situação apresenta-se como frequente, na medida em que muitas mães maltratantes ou que escolhem parceiros agressivos, foram também maltratadas na sua infância, não tendo construído modelos relacionais salutareos (Rogosh et al.,1995). Num estudo realizado por Margolin (1992) foram observadas 539 crianças vítimas de maus-tratos por pessoas exteriores à família; destas, 454 pertenciam a famílias monoparentais (mães solteiras especificamente), sendo que em 64% dos casos os maus-tratos foram provocados por companheiros das mães.

4.4.2 Rede social de apoio

A rede social de apoio de uma família é geralmente constituída pelos amigos, familiares e comunidade em que esta está inserida, conferindo aos seus elementos sistemas de apoio social e emocional, permitindo um maior bem-estar da família (Rogosh et al., 1995). No entanto, na maioria das famílias maltratantes esta rede social de apoio não funciona, o que pode dever-se a uma série de razões, como sejam a incapacidade dos pais de utilizarem os recursos sociais que lhes são disponibilizados, ou não lhes serem apresentados os recursos que possam utilizar, uma elevada mobilidade da família entre vários locais, etc., o que conduz a um isolamento social (Azevedo & Maia, 2006; Browne, 1998; Rogosh et al., 1995). Este isolamento não permite a satisfação de necessidades sociais dos indivíduos, aumentando assim o *stress* familiar e o risco de agressão (Azevedo & Maia, 2006; Ochotorrena in Grilo, 2004).

As autoras Azevedo e Maia (2006) referem que existe estudos que demonstram que o apoio social se tem revelado mais eficaz ao nível das classes socio-económicas mais baixas, na medida em que ao sentirem como presentes e úteis várias fontes de apoio social, menos recorrem aos maus-tratos, sendo que o contrário também se verifica, (um menor apoio ou um apoio ineficaz, leva a um aumento dos maus-tratos, derivados de um maior isolamento e sentimento de indefesa). No entanto, como refere Belle (Belle in Rogosh et al., 1995), muitas vezes famílias de classes socio-económicas baixas vivem em zonas e bairros em que o geral da população se encontra numa situação semelhante à sua; neste caso, cada família tem os seus próprios problemas e necessidades, o que pode levar a que uma rede de apoio social traga menos

benefícios, na medida em que exige muito de todos os elementos envolvidos. Isto sem se considerarem todos os problemas sociais que tendem a surgir em bairros empobrecidos (e.g., drogas, criminalidade, delinquência, paternidade adolescente) que tendem a ser mais factores de risco (Azevedo & Maia, 2006; Grilo, 2004).

4.4.3 Aceitação social da violência

A aceitação, ou rejeição, social da violência depende da sociedade, dos valores culturais e das crenças que envolvem todas as famílias, influenciando a forma como os pais cuidam e educam os filhos (Browne, 1998). Assim, existem determinadas sociedades que consideram necessário, por exemplo, o castigo físico das crianças para sua educação enquanto outros o proíbem (Azevedo & Maia, 2006; Eckert, Ribeiro, Silva & Sousa, 2007).

Ao nível europeu, foi estabelecida como meta, já no ano de 1984, pelo Concelho da Europa, a proibição do castigo corporal (Leandro, 1988). A Suécia atingiu há muito essa meta proposta, e na Inglaterra está a decorrer um estudo para alteração legislativa neste mesmo âmbito (Azevedo & Maia, 2006; Leandro, 1988).

Em Portugal, após a reforma legislativa de 1977, deixou de ser referido na lei o poder de correcção, anteriormente legislado e inscrito no poder paternal, apesar de ainda existir o directo correctivo no dever educativo (Leandro, 1988). Este poder paternal

deve encarar-se sem carácter punitivo, dentro dos limites da autoridade amigável e responsável que a lei atribui aos pais e que, por isso, só pode ser exercido sem abusos, no interesse dos filhos e com respeito pela saúde, segurança, formação moral, grau de maturidade e autonomia (Leandro, 1988, p.62).

Ainda assim, a meta estabelecida pelo Concelho da Europa ainda não foi atingida, o que Leandro (1998) justifica explicando que a realidade sócio-cultural portuguesa não o permite, por ainda ter demasiado enraizada uma cultura histórica punitiva, o que é, aliás, visível em muitos dos provérbios tradicionais. Não foram encontrados outros estudos relativamente a modificações culturais em Portugal, no entanto, ao longo do estágio académico foram observados vários casos que sugerem que esta mudança cultural ainda não está completa.

4.4.4 Factores económicos

Restrições económicas são um dos factores potenciadores de maus-tratos, vários autores têm demonstrado que a sua maior incidência ocorre em família de extractos económicos baixos, em particular em famílias que experienciam situações de pobreza severa (Azevedo & Maia, 2006; Rogosh et al., 1995; Trickett, Aber, Carlson & Cicchetti, 1991). Muitas destas famílias encontram-se em situações de pobreza económica causadas por desemprego crónico ou empregos que

providenciam apenas baixo rendimento (sendo física e emocionalmente pouco satisfatórios), levando a uma grande dependência dos rendimentos sociais disponibilizados, que não possibilitam aos pais uma gestão adequada não só de recursos como também da própria família (Rogosh et al., 1995). A todas estas dificuldades são acrescidas frequentemente outras (e.g.: depressões, consumo de substâncias, etc.) que interferem nas relações entre pais e filhos, conduzindo frequentemente a maus-tratos (Berger, 2005; Rogosh et al., 1995).

4.5 Perspectiva Ecológica

A perspectiva ecológica surgiu na década de 1970, integrando as informações fornecidas por vários modelos acima apresentados, ou seja, defende que para se compreender um fenómeno da dimensão e complexidade dos maus-tratos é necessário “ter em conta as características dos pais, da criança e da situação em que vivem, aspectos que deverão ser analisados a partir de uma dinâmica interactiva” (Azevedo & Maia, 2006, p.80).

Esta perspectiva inclui vários modelos: o modelo ecológico, o modelo transaccional e um terceiro, derivado dos dois anteriores, o modelo ecológico-transaccional.

4.5.1 Modelo ecológico de Belsky

O modelo ecológico de Belsky, para compreensão da etiologia dos maus-tratos à criança, deriva do modelo ecológico de Bronfenbrenner, que dá igual importância a vários elementos ambientais, familiares e contextuais como influentes no desenvolvimento do indivíduo (Azevedo & Maia, 2006; Cicchetti, Maughan & Toth, 2000; Rogosh et al., 1995). Com esta proposta, o autor pretende fornecer um modelo de observação e compreensão do ambiente ou “ecossistema” geral em que o mau-trato ocorre (Cicchetti et al., 2000).

Belsky propõem um modelo com quatro níveis interactivos nos quais o indivíduo está integrado, sendo que todos os níveis influenciam o seu comportamento, sendo eles: o desenvolvimento ontogénico, o microsistema, o exossistema e o macrosistema (Azevedo & Maia, 2006; Cicchetti et al., 2000; Rogosh et al., 1995).

O desenvolvimento ontogénico é referente à história pessoal do indivíduo (neste caso agressor) e ao seu percurso de vida. Aqui estão incluídos elementos que influenciaram o indivíduo na forma como encara a situação parental actual, como sejam, a tolerância à frustração, a capacidade de estabelecer relações, a capacidade de resolução de problemas, as características de personalidade, a história prévia de abuso (ou não), etc. (Azevedo & Maia, 2006; Cicchetti et al., 2000; Rogosh et al., 1995).

O microsistema é referente ao ambiente imediato da criança, a família, e aos acontecimentos que nele decorrem, especificamente episódios de mau-trato (Azevedo & Maia, 2006; Cicchetti et al., 2000; Rogosh et al., 1995). Neste nível são considerados as características da criança, dos pais e da família, a relação conjugal e, particularmente as interações estabelecidas entre os vários elementos do agregado familiar, procurando uma compreensão de quais os elementos que causam *stress* e desencadeiam um episódio de maus-tratos (Azevedo & Maia, 2006; Cicchetti et al., 2000; Rogosh et al., 1995).

O exossistema é constituído pela comunidade em que a família se integra (outros familiares, amigos, colegas de trabalho, comunidade social), e pela sua estrutura económica e sócio-cultural (Azevedo & Maia, 2006; Cicchetti et al., 2000; Rogosh et al., 1995). Neste caso são influentes aspectos como o emprego, a rede social de apoio e outros elementos que possam contribuir para o aparecimento de maus-tratos (Azevedo & Maia, 2006; Cicchetti et al., 2000; Rogosh et al., 1995).

O macrossistema inclui todos os aspectos sociais, culturais e económicos do país ou sociedade em que o indivíduo está integrado (Azevedo & Maia, 2006). A este nível são tidos em conta as crenças e valores culturais que podem contribuir para a existência de maus-tratos (Azevedo & Maia, 2006; Cicchetti et al., 2000; Rogosh et al., 1995).

4.5.2 Modelo transaccional e Cicchetti e Rizley

O modelo transaccional procura uma compreensão das causas, consequências e mecanismos que conduzem à perpetuação do mau-trato (Rogosh et al. 1995). O modelo assenta sobre o equilíbrio ou desequilíbrio entre factores protectores e factores de risco (Azevedo & Maia, 2006; Cicchetti et al., 2000; Rogosh et al., 1995). Deste modelo emergem duas dimensões iniciais, a dimensão da probabilidade e a dimensão temporal. Da primeira surgem duas categorias, os elementos potenciadores, que aumentam o risco de mau-trato, e os elementos compensadores, que diminuem esse risco ou probabilidade. Por outro lado, da segunda surgem outros dois elementos, o elemento transitório, referente a fenómenos temporários, que findam ao fim de algum tempo, e o elemento duradouro, referente a fenómenos permanentes, estáveis (Rogosh et al., 1995). Do cruzamento destas duas dimensões surgem quatro factores primários de risco para a ocorrência de maus-tratos os potenciadores permanentes ou factores de vulnerabilidade (*vulnerability factors*) são elementos duradouros que aumentam o risco de maus-tratos, podem ser históricos, psicológicos, biológicos ou ecológicos (e.g., história de maus-tratos, psicopatologia, doença crónica, *stress* crónico); os potenciadores transitórios (*transient chanllengers*) que são elementos transitórios que aumentam o risco de mau-trato (e.g., lutos, doenças, desemprego temporário, etc.); os compensadores a longo prazo (*enduring protective factors*) elementos

duradouros que diminuem o risco de agressão (e.g., boa rede social de apoio); e, por fim, os compensadores transitórios (*transient buffers*) que são elementos transitórios que diminuem, também, o risco de mau-trato (e.g., melhoria das condições financeiras) (Azevedo & Maia, 2006; Cicchetti et al., 2000; Rogosh et al., 1995).

4.5.3 Modelo ecológico-transaccional de Cicchetti e Lynch

Este modelo procura ser uma abordagem mais contextualizada do fenómeno dos maus-tratos, integrando as duas abordagens anteriores, através de uma análise de múltiplos factores de risco (Cicchetti et al. 2000).

Assim, este modelo explica como elementos dos macro, exo e microsistemas, em interacção com características do indivíduo, se influenciam mutuamente, influenciando, assim, o desenvolvimento do indivíduo (Cicchetti et al. 2000).

Segundo esta perspectiva os factores de risco e os potenciadores podem apresentar-se em qualquer nível ecológico (de Belsky), sendo que a presença tanto de uns como de outros em qualquer um dos níveis, tem influência nos restantes níveis (Cicchetti et al., 2000). Desta forma, factores de risco concorrentes nos vários níveis podem aumentar ou diminuir a probabilidade de ocorrência de maus-tratos (Cicchetti et al., 2000).

Por outro lado, a forma como a criança gere o mau-trato, e elementos a esta associados, influencia a sua própria ontogenia, sendo que esta influência determina o sucesso da sua adaptação (Cicchetti et.al., 2000).

4.6 Influência Cultural

A relatividade cultural é uma questão importante não apenas no que toca à definição do conceito de maus-tratos, mas também na forma como influencia o próprio agressor e a vítima.

Como já foi referido acima, enquanto a clitorectomia sem anestesia é uma prática culturalmente aceite em algumas culturas africanas, de forma oposta na Suécia, o castigo físico é punível por lei (Goodman, Emery & Haugaard, 1998; Leandro, 1998).

Mas, à parte das situações extremas, são muitas as que se encontram em vivências diárias, alguns exemplos como o casamento de menores na cultura cigana, ou casos como crianças terem de trabalhar para sustentar a família, ou ainda, como já se referiu, determinadas zonas do interior do país em que a primeira relação sexual de uma rapariga é com o pai (Azevedo & Maia, 2006)

Os maus-tratos intrafamiliares são influenciados e geridos pelo sistema de crenças e valores da família em questão, sendo que algumas famílias não sabem, por exemplo, educar as crianças

sem recorrer à supremacia física (Azevedo & Maia, 2006). A questão aqui é o facto de agressor se basear num sistema de crenças do qual não consegue afastar-se, acreditando estar a agir da forma mais correcta (Azevedo & Maia, 2006)

O mau-trato físico como método educativo é ainda muito frequente em Portugal, na medida em que ainda está muito pronunciada na cultura popular portuguesa, uma educação patriarcal, sendo o recurso à violência física muito recorrente nas várias relações intrafamiliares (Azevedo & Maia, 2006; Leandro, 1998).

O conhecimento destas variações culturais foi, e ainda é, fornecido principalmente por estudos transculturais, sendo que muitos deles se basearam na teoria de desenvolvimento de Vygotsky (Vygostsky in Rogoff & Morelli, 1989), inicialmente para o estudo das variações o desenvolvimento das crianças, e progressivamente abrangendo uma série de situações com elas relacionadas (Rogoff & Morelli, 1989). Para além disso, é ao longo da infância e adolescência que os indivíduos constituem o seu sistema de crenças e valores, que os vai influenciar posteriormente na vida adulta e na forma como vão gerir o seu próprio ambiente intra-familiar (Tucker, s.d.).

5. Consequências dos Maus-Tratos

5.1 Impacto Fisiológico

O impacto fisiológico dos maus-tratos, em particular do mau-trato físico e da negligência física, tem sido muito estudado nas últimas décadas, observando-se alterações significativas em vários elementos fisiológicos (Azevedo & Maia, 2006).

As sequelas físicas mais óbvias são as cicatrizes, os hematomas e, de forma mais grave, as deformações apresentadas ao nível do esqueleto, sequelas que provocam deficiências permanentes, entre muitas outras (Coelho, 2006; Marcelli, 1999; Oliveira-Formosinho & Araújo, 2002). No entanto as consequências a este nível não se limitam a estas. Um estudo desenvolvido por Sherrod, O'Connor, Vietze e Altemeier (1984) mostra que estas consequências começam pouco após o nascimento, na amostra observada os bebés maltratados apresentavam maior número de doenças nos primeiros seis meses de vida (Sherrod et al., 1984). Outras sequelas são as que surgem ao nível neurológico, em especial no que toca às áreas da coordenação, sensorial e psicomotora (Margolin & Gordis, 2000; Oliveira-Formosinho & Araújo, 2002). A este nível podem ainda surgir outras complicações devido a cuidados ou estimulação inadequadas da criança em fases importantes do desenvolvimento, originando desequilíbrios neuroquímicos, ou comprometendo o desenvolvimento de estruturas encefálicas fundamentais (Azevedo & Maia, 2006; Margolin & Gordis, 2000; Teicher, Tomoda & Andersen, 2006).

Podem, ainda, ocorrer alterações do estado geral, como hipertrofia ou atraso estaturoponderal sendo, no entanto, menos frequentes (Marcelli, 1999; Margolin & Gordis, 2000).

Por outro lado, podem aparecer uma série de complicações derivadas da negligência, como sejam perturbações gastrointestinais, alterações do nível imunitário, etc. (Oliveira-Formosinho & Araújo, 2002).

5.2 Perturbações na Vinculação

A vinculação e as trocas emocionais que esta proporciona são fundamentais para o desenvolvimento sanígeno da criança. Já em 1977 Lazard-Levaillant (1977, p.51) afirmava que:

A relação da criança com os pais é uma exigência profunda, cuja qualidade é determinante, desde o seu nascimento, para o devir psicológico, afectivo, intelectual e social. Ela insere as suas experiências nas trocas com o seu meio imediato e particularmente com a mãe

Foram muitos os autores que no século XX se interessaram pela relação mãe-bebé. No entanto, Bowlby (Bowlby in Gleitman, 2002) foi quem sugeriu a teoria da vinculação. Assim, para o autor o bebé vem “equipado” com uma panóplia de comportamentos inatos que permitem a aproximação da mãe-bebé e as trocas entre eles, trocas essas que vão aumentando de complexidade originando o sistema comportamental de vinculação (Figueiredo, 2003; Gleitman, 2002). Este sistema é, ainda, constituído por respostas instintivas que permitem o estabelecimento da relação de vinculação entre o bebé e a figura de vinculação, geralmente a mãe (Figueiredo, 2003; Gleitman, 2002). O tipo de vinculação estabelecida vai, depois, variar de acordo com a qualidade da relação entre o bebé e o objecto de vinculação. A avaliação do tipo de vinculação estabelecida foi criada por Ainsworth e Bell (Ainsworth e Bell in Gleitman, 2002) na década de 1970, através da “situação estranha”. Sumariamente, a criança é introduzida numa sala com vários brinquedos e com a mãe, numa segunda fase entra um estranho que interage primeiramente com a mãe, e de seguida com a criança, após o que a mãe sai deixando a criança com o estranho, regressando alguns momentos depois, a reacção da criança durante as várias etapas revela a forma como esta está vinculada à mãe (Gleitman, 2002). Assim, os vários tipos de vinculação possíveis seriam vinculação segura ou insegura. Ainsworth e Bell (Ainsworth e Bell in Gleitman, 2002) classificou ainda algumas crianças como evitantes. Mais tarde outros autores propuseram outros tipos de vinculação possíveis, como será visto mais à frente.

Assim, as perturbações ao nível da vinculação, ou seja, as perturbações na ligação afectiva entre a figura materna e o bebé, podem surgir como indicadores de maus-tratos ou preditores de maus-tratos futuros (Azevedo & Maia, 2006; Coelho, 2006). Isto porque, ainda segundo a teoria da vinculação, a relação estabelecida entre o bebé e o objecto vincutivo permite a construção de modelos internos acerca do próprio, dos outros e do tipo de relação que poderá estabelecer com estes. Neste sentido, a relação com a mãe vai servir de modelo, protótipo para as várias relações futuras que a criança vai desenvolver, assim, se a relação com a mãe for positiva, i.e., se a mãe estiver/for disponível, responsiva, coerente, atenta e carinhosa, permitindo o estabelecer de uma vinculação segura, a criança tenderá a ver o mundo e os outros de forma igualmente positiva; no entanto, se a relação com a mãe for menos boa, ou seja, se a mãe não estiver/for disponível, não responder adequadamente às necessidades do bebé, mostrando-se insegura e instável, estabelece-se uma vinculação insegura, neste caso a criança tenderá a ver o mundo de forma negativa, estando menos confiante e segura no que toca ao estabelecimento de relações com outros (Azevedo & Maia, 2006; Coster, Beeghly, Gersten & Cicchetti 1989, Figueiredo, 1998a; Figueiredo, 1998b). Assim, o padrão de vinculação estabelecido e o tipo de relação percebida pelo bebé vão influenciar não apenas as interacções com as figuras parentais, mas também todas as relações e interacções estabelecidas futuramente desde o grupo de pares e amigos como mais

tarde, ao nível das relações amorosas (Azevedo & Maia, 2006; Kaufman & Cicchetti, 1989; Oliveira-Formosinho & Araújo, 2002; Palacios et al., 1998; Strecht, 1999). Além disso, a ausência de oportunidade para estabelecer uma vinculação segura não permite que a criança tenha uma confiança básica no mundo, sendo que não estabelece fronteiras claras nem entre si própria e o mundo externo, nem ao nível do mundo interno, esta falha estrutural conduz a falhas na constituição do *self* e do narcisismo, e ainda, com alguma frequência, a sintomas depressivos (Palacios et.al., 1998; Strecht, 1998).

Ao nível dos estudos realizados, tem-se observado que as crianças vítimas de maus-tratos tendem a estabelecer uma vinculação insegura com a mãe, embora se tenham observado alguns casos de vinculação segura (Figueiredo, 1998b; Oliveira-Formosinho & Araújo, 2002). Como as relações que ocorrem entre filhos e pais negligentes ou maltratantes não são adequadas para a formação de um elo vincutivo estável e seguro, estas crianças foram observadas mais atentamente noutras investigações, concluindo-se que, em alguns casos, esta vinculação segura era aparente, uma vez que apesar de existir interacção entre a mãe e a criança, havia uma ausência de intimidade (Azevedo & Maia, 2006; Figueiredo, 1998b; Margolin & Goris, 2000; Oliveira-Formosinho & Araújo, 2002; Palacios et al., 1998). Com base nisto, alguns autores propuseram novos estilos vinculativos, sendo os mais conhecidos o evitante/resistente (A/C) de Crittenden (Crittenden in Oliveira-Formosinho & Araújo, 2002), e o desorganizado/desorientado (D) de Main e colaboradores (Main et al. in Oliveira-Formosinho & Araújo, 2002). Tem-se verificado que uma grande percentagem destas crianças tendem, assim, a estabelecer um padrão vincutivo de ambivalência/evitamento, procurando por vezes a proximidade dos pais, de quem dependem, e outras vezes evitando-os, como forma de protecção. Existe ainda uma percentagem considerável de crianças com uma vinculação desorganizada/desorientada, em que crianças que se desorganizam ao vincular-se com a mãe, apresentando comportamentos de evitamento, resistência, medo, apreensão e comportamentos desorganizados devido ao conflito do desejo de aproximação e da necessidade de afastamento da mãe (Azevedo & Maia, 2006; Figueiredo, 1998b; Margolin & Goris, 2000; Oliveira-Formosinho & Araújo, 2002; Palacios et al., 1998).

5.3 Perturbações Emocionais e Afectivas

Vários autores defendem que as crianças vítimas de maus-tratos terão mais tarde perturbações emocionais e afectivas (Azevedo & Maia, 2006).

São vários estudos que demonstram que crianças vítimas de maus-tratos apresentam maiores problemas comportamentais e emocionais comparativamente a crianças não maltratadas (Margolin & Gordis, 2000; Éthier, Lemelin, e Lacharité, 2004). Uma investigação que vai de

acordo com essa afirmação é a de Pollak, Cicchetti, Hornung e Reed (2000) na qual compararam crianças vítimas de negligência, maus-tratos físicos e crianças não maltratadas. Neste estudo observaram que as crianças negligenciadas tinham, no geral, maior dificuldade na distinção de expressões emocionais, nomeadamente expressões faciais de tristeza, zanga e medo (Pollak et al., 2000). Por outro lado, eram também estas crianças que tinham maior dificuldade na distinção de expressões de alegria e tristeza (Pollak et al., 2000). As crianças vítimas de maus-tratos físicos, por outro lado, apresentavam resultados mais próximos do grupo de controlo no geral das expressões emocionais, variando no que toca a expressões de zanga e tristeza, onde obtiveram resultados inferiores (Pollak et al., 2000). Os autores consideram que estas diferenças se devem ao tipo de maus-tratos sofridos (Pollak et. al, 2000).

Existem ainda autores que propõem que a inibição emocional nas crianças maltratadas está relacionada com *stress* por parte dos prestadores de cuidados, o que conduz, por parte destes, a uma inibição da expressão e experiências emocionais (Nickel & Egel, 2006).

Para além da dificuldade de compreensão de expressões emocionais dos outros surge, também nestas crianças, uma dificuldade na própria expressão emocional (Palacios et al., 1998). Segundo Palacios e colaboradores (1998) estas tendem a exprimir-se de forma errática e negativa (Palacios et al., 1998).

Indo para além da expressão e da compreensão emocionais do próprio e dos outros, podem surgir, de facto, perturbações afectivas, como sejam núcleos ou mesmo perturbações depressivas derivadas de uma baixa auto-estima conjugada com um mecanismo de auto-culpabilização pelas agressões sofridas (Margolin & Gordis, 2000; Johnson, Kotch, Catellier, Winsor, Dufort, Hunter & Amaya-Jackson, 2002; Kug, Dahlberg, Mercy, Zwi, & Lozano, 2002; Palacios et. al, 1998; Armenta, Osorio, Sing, 2008). Estes núcleos depressivos podem estar na base de outras patologias (e.g., perturbações psicossomáticas e de ansiedade) ou de comportamentos auto-destrutivos (e.g., tentativas de suicídio, auto-mutilação, consumo de drogas) (Palacios et al., 1998).

5.4 Criação de um “falso-self”

O *self* pode ser visto como tudo o que um indivíduo tem e que lhe pertence, i.e., as suas características internas (Azevedo & Maia, 2006)

O *self* constitui-se na infância à medida que a criança aprende a distinguir-se dos vários elementos que a rodeiam, sendo influenciado pelas opiniões que esta vai ouvindo sobre si mesma, i.e., os elogios, as repreensões, a forma como os outros a vêem vai interferir a forma como ela se vê (Azevedo & Maia, 2006).

As crianças vítimas de maus-tratos não constroem este *self* de uma forma saudável, mas, ao sentirem-se pouco amadas ou não desejadas pelos pais assumem comportamentos que pensam agradá-los, como sejam, obediência, boa educação, responsabilidade, entre outros (Azevedo & Maia, 2006). Geralmente, este tipo de comportamento esconde um grande sofrimento por parte da criança que não se sente amada (Azevedo & Maia, 2006).

Segundo Marcelli (1999) as crianças que constituem um falso-*self*, são aparentemente normais, criando uma “falsa” (ou conformista) organização psíquica que é devida a uma submissão às exigências do meio. Marcelli (1999, p. 55) apresenta várias formas de definir o falso-*self*, entre as quais a seguinte:

trata-se de uma espécie de ecrã artificial entre o verdadeiro *self*, oculto, protegido, e o ambiente, quando esse ambiente é de má qualidade, demasiadamente intrusivo. Contrariamente ao verdadeiro *self*, o falso-*self* não é criativo, não dá à criança a sensação de ser real.

5.5 Problemas ao Nível do Comportamento e das Relações Interpessoais

Uma das consequências mais frequentes dos maus-tratos à criança é uma maior incapacidade ou falta de habilidade interpessoal, o que se observa desde cedo nas várias relações que a criança vai estabelecendo (Azevedo & Maia, 2006; Marcelli, 1999; Armenta, Osorio, Sing, 2008).

A partir do primeiro ano é possível observar alguns padrões de comportamento característicos nestas crianças (Marcelli, 1999). Algumas delas, face aos pais e adultos no geral, tendem a apresentar um comportamento vigilante (“vigilância gelada”), em que, por um lado, procuram aprovação com o olhar perante os seus comportamentos, mas que por outro lhes permite, também, reagir de forma defensiva a qualquer movimento do adulto (Aber & Cichetti, 1984; Marcelli, 1999). Outras apresentam um comportamento quase que diametralmente oposto, relacionam-se de forma espontânea e sem reservas com estranhos, não se inquietando com o afastamento dos pais, revelando ‘uma profunda distorção da relação com os pais’ (Marcelli, 1999, p.567). Quando estas crianças crescem tendem a manter-se dois padrões de comportamento que parecem derivar dos anteriores, um de timidez e isolamento e outro de grande instabilidade, violência e caos (Marcelli, 1999).

Algumas investigações desenvolvidas têm demonstrado que estas crianças tendem a adotar comportamentos idênticos aos dos pais agressores, como sejam isolamento social, agressividade, menor capacidade empática, competências sociais diminuídas, bem como maior susceptibilidade a problemas comportamentais (ansiedade, hiperactividade) que podem conduzir, a longo prazo, a perturbações do comportamento (Armenta, Osorio, Sing, 2008; Aber & Cichetti, 1984; Coelho, 2006; Marcelli, 1999; Margolin & Gordis, 2000; Nickel & Egle, 2006; Oliveira-Formosinho & Araújo, 2002; Palacios et al., 1998; Strecht, 1999). Outros autores referem, ainda, que as crianças

vítimas de maus-tratos tendem a ter um menor número de comportamentos sociais apresentando um isolamento evidente comparativamente a crianças não maltratadas (Armenta, Osorio, Sing, 2008; Aber & Cicchetti, 1984; Kaufman & Cicchetti, 1989).

A diminuída capacidade empática destas crianças conduz a uma menor capacidade de compreensão dos estados emocionais e das intenções de outros indivíduos (Azevedo & Maia, 2006; Palacios et al., 1998). Como referido anteriormente, estas crianças tendem a interpretar comportamentos neutros ou positivos dos pares como hostis, sendo que, no geral, são crianças que se sentem perseguidas, recorrendo a comportamentos violentos como forma de defesa de ameaças muitas vezes inexistentes (Azevedo & Maia, 2006). Esta violência defensiva conduz a um afastamento dos outros e a um maior isolamento social (Marcelli, 1999; Palacios et al., 1998).

Um outro comportamento que surge com alguma frequência nestas populações é o furto (Azevedo & Maia, 2006). O furto não surge como apropriação propriamente dita do objecto furtado, mas como uma forma de tentar compensar, materialmente, a ausência de afectos e cuidados recebidos, como o preencher de um vazio (Azevedo & Maia, 2006). Ocorre também como uma chamada de atenção, como um pedido desesperado de afecto, ou quando a criança tenciona oferecer o objecto furtado a alguém em troca de atenção ou carinho (Azevedo & Maia, 2006).

Outros comportamentos delinquentiais, para além do furto (e.g., roubo, consumo de substancias ilícitas) surgem por vezes em adolescentes maltratados como fugas da realidade ou chamadas de atenção (Azevedo & Maia, 2006; Palacios et al., 1998; Engels, Vermulst, Dubas, Bot, & Gerris, 2004).

5.6 Problemas Cognitivos e de Rendimento Escolar

São vários os autores que referem o baixo rendimento escolar como consequência frequente dos maus-tratos (e.g., Armenta, Osorio, Sing, 2008; Azevedo & Maia, 2006; Coster, Beeghly, Gersten & Cicchetti, 1989; Kaufman & Cicchetti, 1989; Marcelli, 1999; Margolin & Gordis, 2000; Oliveira-Formosinho & Araújo, 2002; Palacios et al., 1998)

Um primeiro elemento que pode interferir num rendimento académico satisfatório é o nível de linguagem que a criança adquiriu. Já vários estudos demonstraram que crianças vítimas de maus-tratos apresentam, com frequência, algum atraso no desenvolvimento linguístico, o que pode abranger tanto a compreensão como a expressão, apresentando, além disso, geralmente um discurso pobre e redundante (Azevedo & Maia, 2006; Coster et al. 1989; Oliveira-Formosinho & Araújo, 2002; Palacios et al., 1998). Num estudo realizado por Coster e colaboradores (1989) foi avaliada a comunicação de crianças com 30 meses que eram vítimas de maus-tratos. Para tal

foram constituídos *settings* de jogo estruturado e não estruturado nos quais foram observadas 20 crianças maltratadas em interacção com as mães, e 20 crianças não maltratadas na mesma situação. Observou-se que as crianças vítimas de maus-tratos apresentam, já aos 30 meses, diferenças efectivas ao nível linguístico das crianças do grupo de controlo, ainda que as mães apresentem o mesmo nível linguístico (Coster et al., 1989).

O baixo rendimento escolar pode ser derivado desta incapacidade, como também de outros elementos, como sejam falta de motivação, depressão ou ainda alguns dos aspectos acima referidos, dificuldades ao nível das relações de pares, ausência de uma vinculação segura que proporcione estabilidade e confiança, auto-imagem deteriorada, etc. (Azevedo & Maia, 2006; Kaufman & Cicchetti, 1989; Marcelli, 1999; Oliveira-Formosinho & Araújo, 2002). Pode ainda dever-se a dificuldades directamente ligadas ao contexto escolar, como incapacidade de concentração nas aulas, agitação psicomotora, dificuldade em seguir instruções dadas, etc. (Marcelli, 1999; Palacios et al., 1998).

5.7 Perturbação de Stress Pós-Traumático (PTSD)

Acontecimentos traumáticos tendem a gerar uma série de reacções emocionais e físicas, sendo que as sequelas por estes provocadas tendem a chamar-se respostas peri ou pós-traumáticas (Gaffney, 2006).

A perturbação de *stress* pós-traumática (PTSD) é uma consequência comum em casos de maus-tratos (Cohen, Mannarino & Rogal, 2001; Finkelhor, 1990; Finkelhor & Dziuba-Leatherman, 1994; Margolin & Gordis, 2000).

A PTSD geralmente surge algumas semanas após os acontecimentos traumáticos, sendo caracterizada por três aspectos: a síndrome de repetição (jogos, desenhos ou sonhos em que a situação traumática aparece repetidamente); o evitamento (recusa de deslocação e afastamento das figuras de ligação, em particular quando envolve voltar ao local onde ocorreu o traumatismo); e, por hiper-reatividade neurovegetativa (insónias, irritabilidade, hipervigilância, dificuldades de concentração, sobressalto) (Gaffney, 2006; Marcelli, 1999; Margolin & Gordis, 2000). Quando as crianças assistem a, ou vivenciam, situações traumáticas e as reacções fisiológicas e psicológicas que as acompanham, ficam aterrorizadas não apenas pelo acontecimento, mas pelas sensações e sentimentos que experienciaram (Gaffney, 2006).

Pears e Capaldi (2001) fazem notar que a PTSD nos adultos é também um factor de risco para a ocorrência de maus-tratos, referindo que em vários estudos se observou que adultos anteriormente vítimas de maus-tratos ou que tivessem vivido acontecimentos traumáticos (e.g., guerra), desenvolvendo uma posterior PTSD, eram potenciais agressores.

6. Problema de Investigação

Ao longo de toda a história mundial os maus-tratos à criança estiveram presentes. De rituais para testar a aptidão ou o direito à vida, a serem afastadas da família e criadas por outros, a serem vistas como objecto dos pais ou como um adulto em ponto pequeno, são várias as formas como a criança foi encarada. No entanto, no século XX, o intitulado “século da criança”, começa uma real preocupação com a criança como ser único e individual, e como vítima de múltiplas agressões (e.g., Azevedo & Maia, 2006; Badinter, 2000; Radbill, 1987).

Vários médicos iniciaram a denúncia de incongruências entre as lesões apresentadas pelas crianças e as justificações dadas pelos pais, o que deu origem ao início da polémica e de estudos acerca dos maus-tratos à criança. Entre estes é de particular relevância histórica o estudo de Kempe (1962) acerca do “Síndrome da Criança Batida”. A partir deste muitos foram os estudos que se desenvolveram, focalizando-se, inicialmente, mais sobre a problemática das tipologias (Azevedo & Maia, 2006). Estas tipologias de agressão, tal como toda a visão sobre a criança e sobre os maus-tratos, também mudaram ao longo do tempo. No passado eram frequentes as diferentes formas de maus-tratos físicos, abuso sexual, negligência física e maus-tratos institucionais. Actualmente surgem diferentes tipologias, como sejam os maus-tratos e a negligência psicológicos, que se consideram actualmente como os maus-tratos mais frequentes, e os mais difíceis de detectar (Arruabarrena & De Paúl in Oliveira-Formosinho & Araújo, 2002; Garbarino; Guttman; Seeley in Oliveira-Formosinho & Araújo, 2002; Grilo, 2004; Morais, 2001). Outro exemplo é o Síndrome de Munchausen por Procuração, uma forma pouco comum de mau-trato infantil caracterizada pelo simular, induzir sintomas característicos de doenças físicas em crianças saudáveis, pelos pais (Parnell, 2002). Houve portanto uma evolução, se assim se pode chamar, de um mau-trato impulsivo para um planeado, organizado.

Mas o estudo das tipologias não oferece todas as respostas necessárias. Como surgem os maus-tratos? Porque ocorrem? Porque é que existem agredidos que se tornam agressores? São apenas exemplos das questões que podem ser levantadas. As respostas ocorreram nos modelos teóricos das várias correntes e disciplinas que propõem uma explicação etiológica. Alguns dos modelos mais relevantes foram os acima apresentados.

Em Portugal, de facto, ainda há pouco tempo se saiu duma cultura patriarcal, como aliás Leandro refere, sendo que a mudança da cultura popular não se mostra tão rápida como a legal. Assim, ao longo dos estágios realizados no Hospital de Santa Maria, grande parte dos casos de maus-tratos que se observavam havia transmissão intergeracional do mau-trato, os agressores tinham sido agredidos, tal como os seus pais, avós etc.

Foi neste contexto, e após a revisão literária que surgiu o problema que originou este estudo, será que quando existe transmissão intergeracional dos maus-tratos também ocorre transmissão ao nível dos tipos?

MÉTODO

1. Participantes

Na realização deste estudo participaram 10 agressores, de ambos os géneros. Foram considerados como critérios de inclusão no estudo os agressores serem pais ou responsáveis legais das vítimas, que tenham também eles sido objecto de maus-tratos na sua infância. Além disso consideraram-se apenas agressores cujo(s) filho(s) agredido(s) fosse(m) acompanhado(s) num Serviço de Psiquiatria e Saúde Mental hospitalar, estando presentes nas instituições relatórios médicos ou psicológicos que contenham informação acerca dos maus-tratos sofridos. Por fim, consideraram-se destes apenas os agressores com mais de 18 anos de idade, que não apresentassem deterioração cognitiva ou comportamental, sejam estas por consumo de substâncias tóxicas ou devido a perturbações do sistema nervoso, informações essas cedidas pelos técnicos que acompanhavam os próprios agressores ou os filhos destes. Informações mais detalhadas acerca dos participantes foram recolhidas através de um breve questionário e estão apresentadas numa tabela em anexo (v.d. Anexo A). De uma forma geral, dos dez participantes sete eram do género feminino e três do masculino, além disto pertenciam na maioria dos casos à classe média-baixa, tendo um nível de escolaridade baixo, cingindo-se, na maioria dos casos, à escolaridade obrigatória.

2. Corpus

O *corpus* “é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos” (Bardin, 1979, p.96), neste caso é constituído pelas entrevistas recolhidas junto dos participantes acima referidos. Mas a constituição deste *corpus* não é desprovida de regras, segundo Bardin obedece a quatro regras: regra da exaustividade, da representatividade, da homogeneidade e da pertinência (Bardin, 1979).

A regra da exaustividade diz que “uma vez definido o campo do *corpus* (...) é preciso terem-se em conta todos os elementos desse *corpus* (...) não se pode deixar de fora qualquer um dos elementos por esta ou por aquela razão” (Bardin, 1979, p.97), o que implica, neste caso, que não podem ser excluídos excertos do texto transcrito, das entrevistas.

A regra da representatividade implica o uso de uma amostra que seja representativa da população. Neste trabalho este critério não é cumprido, na medida em que se trata de um estudo exploratório.

A regra da homogeneidade refere que “os documentos retidos (...) devem obedecer a critérios precisos de escolha e não apresentar demasiada singularidade fora destes critérios de escolha” (Bardin, 1977, p.97), para permitir o cumprimento desta regra, foi utilizado um guião de entrevista igual para todos os participantes, sendo a entrevista recolhida sempre pelo mesmo entrevistador e no mesmo local.

Por fim, a regra da pertinência diz que “os documentos retidos devem ser adequados, enquanto fonte de informação, de modo a corresponderem ao objectivo que suscita a análise” (Bardin, 1979, p.98). Para tal, o guião de entrevista foi desenvolvido com base no problema de investigação e nos conceitos teóricos que conduziram à sua origem.

3. Instrumentos

Foram utilizados neste estudo dois instrumentos diferentes, um de recolha do *corpus* e um de análise do mesmo.

Como instrumento de recolha do *corpus* foi utilizada uma entrevista (v.d. Anexo B). A entrevista pode ser teorizada como uma conversa com um objectivo, ou um encontro entre dois sujeitos (entrevistador e entrevistado), no qual o entrevistador procura obter informações, opiniões, etc., do entrevistado (Bell, 2004; Ghiglione & Matalon, 1992; Nunes, 1993). As entrevistas são utilizadas frequentemente nas ciências sociais e humanas, nomeadamente na psicologia, como instrumento de recolha de dados para investigação (Breakwell, 1995). A técnica de entrevista pode concretizar-se de formas diferentes, consoante os seus objectivos, estruturação e directividade. Neste caso, optou-se por uma entrevista semi-estruturada, semi-directiva e de exploração. Ou seja, uma entrevista semi-estruturada e semi-directiva, em particular, é aquela em que o entrevistador dispõe de um conjunto de tópicos ou questões a serem abordados com o sujeito, não tendo que ser, no entanto, elaborados de forma precisa e por uma ordem pré-determinada, permitindo ao sujeito falar do que quiser, relativamente ao assunto em questão; é dada, portanto, uma maior liberdade ao entrevistado para expressar as suas opiniões e ideias, possibilitando ao entrevistador uma menor rigidez e uma maior riqueza em termos de conteúdos de análise (Bell, 2004; Breakwell, 1995; Nunes, 1993). A grande vantagem destas entrevistas, ao serem menos estruturadas, é permitirem a recolha de um vasto conjunto de dados tanto cognitivos como afectivos da parte do sujeito, permitindo um conhecimento mais rico (Ghiglione

& Matalon, 1992). O ser uma entrevista de exploração advém do objectivo do trabalho em causa, uma procura de mais conhecimento relativamente à transmissão intergeracional dos maus-tratos tendo, portanto, como base um referencial teórico anterior (Ghiglione & Matalon, 1992).

Como instrumento de análise de dados foi utilizada a análise de conteúdo. A análise de conteúdo é definida por Krippendorff (1980, p. 21) como uma “técnica de investigação para fazer inferências replicáveis e válidas, a partir de informação, para o seu contexto” (Krippendorff, 1980), ou de uma forma mais detalhada por Bardin (1977, p. 42) como:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 1977).

Segundo Bardin (1977) a análise de conteúdo decorre em três fases diferentes: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, inferências e interpretações.

A pré-fase “é a fase de organização propriamente dita” (Bardin, 1977, p.95), ou seja, aquela em que é estabelecido um plano coerente e organizado do que se planeia fazer. Para que tal seja possível é necessária uma selecção e organização prévia dos documentos de análise, do *corpus* portanto, e da sua preparação. Neste trabalho a preparação documental ocorreu através da transcrição literal das entrevistas feitas aos participantes. Após esta preparação dos documentos deve ser realizada uma “leitura flutuante” (Bardin, 1977) dos textos, para um maior conhecimento do material e recolha de impressões gerais, como refere Bardin (1977, p.96):

conhecer o texto deixando-se invadir por impressões e orientações. Pouco a pouco, a leitura vai-se tornando mais precisa, em função de hipóteses imergentes, da projecção de teorias adaptadas sobre o material e da possível aplicação de técnicas utilizadas sobre materiais análogos. (Bardin, 1977)

Por fim, a referenciação dos índices e a elaboração dos indicadores a partir dessa mesma leitura flutuante, vão estar na base da formação de categorias e de unidades de registo (Bardin, 1977).

De seguida inicia-se a exploração do material, ou seja, o processo de codificação que consiste numa

transformação, efectuada segundo regras precisas, dos dados brutos do texto, transformação desta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação de conteúdo, ou da sua expressão, susceptível de esclarecer o analista acerca das características do texto, que podem servir de índices. (Bardin, 1977, p.102).

Para se iniciar o processo de codificação é importante a definição de três aspectos *a priori*: a escolha das unidades de registo, das regras de contagem e das categorias.

A unidade de registo é “a unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade base, visando a categorização e a contagem frequencial” (Bardin, 1977, p. 104). Unidades de registo são, portanto, excertos de texto que são “recortados”

consoante o seu conteúdo, podendo estes excertos ser frases, palavras, parágrafos, temas ou o texto completo (Bardin, 1977; Ghiglione & Matalon, 1992). Segundo Weber (1985) a escolha do tipo de unidade de registo a ser utilizada revela-se uma decisão fundamental para a análise de conteúdo, neste caso o tipo de unidade de registo utilizada é a frase.

A enumeração, pode ser feita de várias formas: pela presença ou ausência das unidades de registo no texto analisado, pela sua frequência ou frequência ponderada, pela intensidade, direcção, ordem, sendo seleccionada destas a forma que permita uma abordagem mais viável e fidedigna dos documentos em questão (Bardin, 1977). Neste trabalho considera-se a frequência de ocorrência das unidades de registo.

A categorização é “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamentos segundo o género (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias, são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registo, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efectuado em razão dos caracteres comuns destes elementos” (Bardin, 1977, p.117). A formação de categorias permite a condensação do material, apresentando os dados de uma forma simplificada, uma vez que cada categoria reúne unidades de registo com as mesmas características, ou pelo menos com algo em comum, uma vez que cabem na mesma definição (Bardin, 1977).

A formação destas categorias obedece a determinadas regras: a exclusão mútua das categorias, que determina que cada unidade de registo pode apenas ser incluída numa categoria. Para que tal seja possível as categorias têm que ser definidas de forma objectiva e concreta não permitindo ambiguidades, obrigando a que cada unidade de registo caiba apenas numa categoria (Bardin, 1977). Uma segunda regra é relativa à homogeneidade das categorias, o que implica que cada categoria inclui apenas um nível de análise (Bardin, 1977). Outra regra é pertinência da categoria, que ocorre com a sua adaptação ao material de análise e/ou ao quadro teórico e problema de investigação (Bardin, 1977). Existe ainda uma regra relativa à fidelidade das categorias, que implica que o mesmo material submetido à mesma grelha categorial deve ser sempre codificado da mesma forma; sobre a fidelidade, no geral, existem mais aspectos a referir na medida em que esta não está presente apenas na formação e estruturação das categorias, mas ao longo de todo o processo de análise, como se poderá ver mais à frente. E por fim a produtividade, sendo que “um conjunto de categorias é produtivo quando se fornece resultados férteis” (Bardin, 1977, p. 120). Pais (2004), refere ainda a exaustividade “todas as unidades de registo são codificadas numa das categorias” (Pais, 2004, p.252).

Existem duas formas como estas categorias podem surgir ou ser formadas, Ghiglione e Matalon (1992, p.199) referem a existência de “dois grandes tipos de análise de conteúdo: aqueles que fazem intervir categorias definidas previamente à análise e aqueles que não as fazem intervir,

tendo por isso um carácter puramente exploratório” (Ghiglione & Matalon, 1992). Weber (1985), de forma semelhante, refere que alguns autores utilizam categorias assumidas previamente, derivadas portanto de um quadro teórico, mas que, por outro lado, existem aqueles que utilizam categorias inferidas a partir dos documentos analisados. Aos procedimentos em que as categorias são previamente formadas chamam-se fechados, por outro lado aos que utilizam categorias emergentes ao longo da análise chamam-se abertos ou exploratórios. Neste trabalho optou-se pela utilização de um procedimento misto, utilizaram-se “categorias pré-definidas (...) a partir do enquadramento teórico feito e mantivemos uma atitude expectante relativamente ao que os materiais iriam deixar ver, definindo-se categorias emergentes do próprio *corpus*” (Pais, 2004, p.254).

No entanto, para que todo este procedimento possa ser considerado fiável tem de ser sujeito a regras de validade e fidelidade, como aliás Pais refere em 2004.

A validade pode ser definida como “a adequação entre os objectivos e os fins sem distorção dos factos” (Ghiglione & Matalon, 1992, p.198). Há quem distinga entre quatro tipos de validade: validade do conteúdo, preditiva, comparativa, interpretativa (Ghiglione & Matalon, 1993). Vala (1996) refere que a validade está presente ao longo de toda a investigação, assim, “num determinado estudo, todos os passos devem ser claros e justificados, proporcionando, por exemplo, a sua réplica por outros investigadores” (Pais, 2004, p. 251). Desta forma, ao considerar que os resultados de uma análise de conteúdo são válidos, implica considerá-los como generalizáveis e incontestáveis (Krippendorff, 1980; Weber, 1985).

A fidelidade aqui “está ligada ao processo de codificação e, por consequência, ao codificador e ao instrumento de codificação de que ele dispõe” (Ghiglione & Matalon, 1992, p.196). A fidelidade pode dividir-se, assim, em fidelidade do codificador e das categorias de análise, esta última já referida anteriormente (Ghiglione & Matalon, 1992). Por outro lado a fidelidade do codificador pode ser considerada em dois planos, a fidelidade intra-codificador e a fidelidade inter-codificador (Ghiglione & Matalon, 1992; Pais, 2004). A fidelidade intra-codificador é assegurada quando o mesmo codificador ao analisar o mesmo documento, com base no mesmo instrumento de análise, em dois momentos distintos, obtém o mesmo resultado, é esta fidelidade que permite a reprodutibilidade do estudo (Ghiglione & Matalon, 1992; Krippendorff, 1980; Pais, 2004; Weber, 1985), o que neste caso se assegurou pela utilização de juizes independentes. A fidelidade inter-codificador ocorre quando um conjunto de codificadores, ao codificarem o mesmo documento, com base no mesmo instrumento chegam aos mesmos resultados (Ghiglione & Matalon, 1992).

Por fim, passa-se ao tratamento dos resultados e interpretação dos mesmos: “os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos («falantes») e válidos” (Bardin, 1977, p.101).

4. Procedimento

Na concretização deste estudo, desenvolveu-se inicialmente uma revisão bibliográfica de investigações e trabalhos prévios, realizados no âmbito dos maus-tratos infantis, tendo-se levantado a questão da existência ou não de transmissão intergeracional das tipologias de maus-tratos. Para o averiguar optou-se por realizar um estudo exploratório. O estudo exploratório pode ser definido como uma forma de investigação que é conduzida quando não existe um problema claramente definido, ou quando se pretende um conhecimento mais aprofundado de uma determinada área de conhecimento, geralmente pouco explorada (Phillips & Pluch, 1998; VanderBos, 2007).

Para concretizar o estudo optou-se por utilizar uma entrevista como instrumento de recolha de dados. Assim, visto não se ter acedido, ao longo da revisão bibliográfica, a um guião de entrevista previamente estruturado, foi construído um guião de entrevista (v.d. anexo B) com base nesta mesma revisão, a ser feito aos agressores. O guião de entrevista teve de ser trabalhado no sentido de simplificar ao máximo a linguagem utilizada a fim de se tornar acessível aos agressores de qualquer estrato social, económico e cultural, como é aliás aconselhado por vários autores (e.g., Ghiglione & Matalon, 1992), tendo-se chegado a um total de 15 questões que visavam averiguar o contexto, situações de vida e maus-tratos existentes na história pessoal de cada agressor (v.d. anexo B). Para uma melhor análise dos dados e interpretação dos resultados, criaram-se ainda algumas questões iniciais que visaram a contextualização social da amostra estudada.

Além disto, foi elaborada uma carta de consentimento informado (v.d. anexo C), que foi entregue aos participantes, antes da realização da entrevista, sendo esta apenas concretizada com o consentimento do sujeito, a quem era previamente explicado qual o âmbito da investigação em curso e assegurado o anonimato (Bell, 2004; Ghiglione & Matalon, 1992).

Tornou-se fundamental a gravação das entrevistas, com o objectivo de uma recolha mais eficaz e correcta da informação disponibilizada pelos sujeitos. Bell (2004), aliás, defende que, em estudos cuja abordagem é menos estruturada, tem que existir um procedimento de registo das respostas, sendo muitas vezes utilizada a gravação e posterior transcrição das mesmas. Este meio de recolha assegura ainda, segundo Krippendorff (1980), o cumprimento do princípio da replicabilidade, uma vez que o discurso humano é apenas analisável quando transcrito directamente ou gravado, assegurando assim o seu registo durável.

Após a realização das entrevistas estas foram transcritas, sendo eliminados quaisquer registos áudio das mesmas após o seu registo escrito, como indicado na carta de consentimento informado.

Para responder à questão de investigação levantada, além da recolha das entrevistas junto dos agressores, foram requeridos aos psicólogos ou médicos dum Serviço de Psiquiatria e Saúde Mental hospitalar informações relativas às tipologias de maus-tratos sofridos pelos filhos dos entrevistados.

Após obtenção de todos os dados procedeu-se à sua análise através da utilização do instrumento de análise de conteúdo.

Inicialmente, como recomendado por Bardin (1977), procedeu-se a uma “leitura flutuante” dos documentos constitutivos do *corpus*, para familiarização com os mesmos e levantamento de impressões e temáticas gerais que fossem particularmente relevantes para a análise.

Após esta leitura procedeu-se a formação da grelha categorial, a qual já tinha algumas pré-categorias, derivadas da literatura; outras categorias surgiram como emergentes da leitura flutuante (B1, C2, C5, D, D2, F1). No entanto, estas pré-categorias eram demasiado abrangentes e pouco minuciosas, não respeitando as regras enunciadas por Bardin (1977) já referidas, desta forma tornou-se relevante a criação de categorias e sub-categorias de forma a que a grelha se tornasse mais adaptada ao estudo em causa, e cumprisse os critérios necessários para a sua validade e fidelidade. Para tal, recorreu-se ainda ao auxílio de vários juízes externos, que auxiliaram à estabilização da grelha, permitindo ainda assegurar a fidelidade inter-codificador neste ponto. A grelha apenas ficou estabilizada (v.d. Anexo D; Anexo E) após várias tentativas de codificação e de observação das unidades de registo, e procurando uma maior adaptação e especificidade posterior das categorias para cumprimento das regras da exaustividade e da exclusividade, fundamentalmente.

Os juízes externos que auxiliaram à estabilização da grelha analítica foram igualmente codificando excertos de texto, para assegurar a fidelidade inter-codificador ao longo de toda a análise, optando-se por soluções consensuais nos casos de dúvida.

No que toca à fidelidade intra-codificador, como recomendado pelos autores antes referidos, existiram vários momentos de codificação de excertos até à estabilização da grelha, e dois momentos separados de codificação total dos textos, para assegurar a mesma codificação em dois momentos distintos (v.d. Anexo F).

No entanto, há que referir que nem todos os elementos do texto foram codificados, na medida em que surgiram aqueles que não eram codificáveis, o que conduziu, como refere Pais (2004, p. 253) “à identificação e exclusão de certas partes, as quais não foram objecto de análise de conteúdo sistemática”, na medida em que eram, por exemplo, divagações, ou casos em que os sujeitos não respondiam à questão (v.d. Anexo F)

Após a codificação dos documentos constitutivos do *corpus* (v.d. Anexo F), com a tabela estabilizada, e assegurados os critérios de validade e fidelidade prosseguiu-se com a interpretação dos resultados. Para que tal fosse possível, prosseguiu-se com a elaboração de uma tabela de

frequências relativas das unidades de registo em todas as entrevistas (v.d. Anexo G), a partir da qual se elaboraram tabelas de frequências absolutas das pré-categoria, categorias e sub-categorias. Estas permitiram a elaboração de uma análise frequencial dos resultados, apresentados seguidamente, e sua posterior discussão.

RESULTADOS

Seguidamente serão apresentados os resultados considerando as ocorrências das unidades de registo (u.r.) nas várias pré-categorias, categorias e sub-categorias, que se encontram definidas em anexo (vd. Anexo D e E).

Apresentam-se, na tabela seguinte as ocorrências das u.r. relativas às pré-categorias.

Tabela 1. *Ocorrências das u.r. nas pré-categorias*

Pré-categorias	Σ de u.r.
A (Tipologia de maus-tratos)	87
B (Como o entrevistado vivenciou os maus-tratos)	113
C (Elementos que influenciam os maus-tratos)	107
D (Relações interpessoais)	424
E (Agressões causadas)	30
F (Figura de identificação reconhecida)	14
G (Auto-percepção como agressor)	38
Total	813

Como pode observar-se, a pré-categoria com maior ocorrência de u.r. é a D, que é relativa às relações interpessoais, e se destaca relativamente a todas as outras, devido ao elevado número de u.r. (D=424 u.r.). Seguidamente as pré-categorias B e C, referentes à forma como o entrevistado vivenciou os maus-tratos e os elementos que este considera terem sido influentes nesses mesmos maus-tratos, têm um número de ocorrências também elevado apresentando um valor total muito próximo (B=113 u.r. C=107 u.r.). Depois surge a pré-categoria A, tipologia de mau-trato, com um valor ainda elevado, mas inferior às anteriormente apresentadas (A=87 u.r.). Segue-se a pré-categoria G, que se relaciona com a auto-percepção que o entrevistado tem de si próprio enquanto agressor, apresentando valores muito mais baixos que as anteriores (G=38 u.r.). A pré-categoria E, que trata das referências às vítimas das agressões, é a penúltima desta exposição, apresentando um valor próximo da G e igualmente muito mais baixo que as anteriores (E=30). Por fim, a pré-categoria F, da figura de identificação reconhecida, apresenta o número de ocorrências mais baixo, sendo este bastante inferior a todas as outras categorias. Desta forma, é de destacar os números extremos das pré-categorias D (D=424 u.r.) e F (F=14 u.r.).

No que toca às categorias, surge, tal como nas pré-categorias, uma grande discrepância entre o número de ocorrências, como se pode observar na tabela seguinte.

Tabela 2. *Ocorrências das u.r. nas categorias*

Categorias	Σ de u.r.
A1 (Maus-tratos físicos)	58
A2 (Maus-tratos psicológicos)	14
A3 (Maus-tratos por negligência)	14
A4 (Maus-tratos por abuso sexual)	1
B1 (Sentimentos para com o agressor)	87
B2 (Sentimentos em relação aos maus-tratos)	26
C1 (Hábitos Tóxicos/Consumos)	15
C2 (Passado do Agressor)	13
C3 (Condições de vida do agressor)	20
C4 (Mau comportamento do próprio)	36
C5 (Sem motivos aparentes)	23
D1 (Ambiente familiar conflituoso)	218
D2 (Relações intrafamiliares)	151
D3 (Comportamento social)	55
E1 (Agressões causadas só ao próprio)	10
E2 (Agressões causadas ao próprio e a outros)	20
F1 (Agressor como figura de identificação reconhecida)	4
F2 (Outro como figura de identificação reconhecida)	10
G1 (Existe auto-percepção como agressor)	23
G2 (Não existe auto-percepção como agressor)	15
Total	813

As variações nas ocorrências de u.r. nas diversas categorias podem ser apresentados em grupos, com base nos valores totais e comparativamente com as restantes categorias. As categorias D1, ambiente familiar, e D2, relações intrafamiliares, de acordo com as ocorrências das pré-categorias, foram as que apresentaram números mais elevados, e mais discrepantes em relação a todos os outros (D1=218 u.r.; D2=151 u.r.).

Em segundo lugar pode referir-se um grupo de categorias com valores também elevados, embora não tanto como as anteriores, que inclui as categorias A1 (maus-tratos físicos), B1 (sentimentos para com o agressor), C4 (mau comportamento do próprio) e D3 (comportamento social). Estas categorias apresentam valores elevados, destacando-se, relativamente aos resultados mais baixos ou extremos das restantes categorias (B1=87 > A1=58 > D3= 55 > C4=36 u.r.).

Finalmente, o terceiro grupo que é referente a categorias com valores de ocorrências baixas, que inclui as restantes categorias, A2 (maus-tratos psicológicos), A3 (maus-tratos por negligência), B2 (sentimentos em relação aos maus-tratos), C1 (hábitos tóxicos/consumos), C2 (passado do agressor), C3 (condições de vida do agressor), C5 (sem motivos aparentes), E1 (o próprio como único alvo de maus-tratos), E2 (várias vítimas de maus-tratos), F2 (reconhecimento de outro que não o agressor como figura de identificação), G1 (existe auto-percepção como agressor) e G2 (não existe auto-percepção como agressor), em que o número de unidades de registo é muito mais baixo que nas categorias anteriormente apresentadas ($B2=26 > C5=23 = G1=23 > C3=20 = E2=20 > C1=15 = G2=15 > A2=14 = A3=14 > C2=13 > E1=10 = F2=19$ u.r.).

Por fim, no extremo inferior, surgem as categorias A4 (maus-tratos por abuso sexual) e F1 (agressor como figura de identificação reconhecida), que apresentam um número de ocorrências muito distanciado das restantes, e diametralmente oposto às primeiras apresentadas, na medida em que os seus valores são muito baixos ($A4= 1$ u.r.; $F1=4$ u.r.).

Deste modo, pode observar-se, de uma forma geral, que se destacam, por um lado, as categorias mais extremas, exactamente por apresentarem valores tão distintos das restantes e, por outro lado, as categorias com valores baixos, uma vez que são a maioria (12 de 20 categorias). É de realçar também que apesar da pré-categoria D ter apresentado valores extremamente altos, o que se mantém nas categorias D1 e D2, a categoria D3 já não se revela tão extremada.

Por fim, nas sub-categorias a tendência apresentada acima mantém-se, como se pode observar na tabela apresentada em anexo, que contém as contagens de todas as unidades de registo das pré-categorias, categorias e sub-categorias (vd. anexo G). Não é aqui apresentada uma tabela relativa apenas às sub-categorias, na medida em que nem todas as categorias têm sub-categorias e desta forma apresentá-las isoladamente.

Pode, neste ponto e após a observação destes dados, referir-se alguns aspectos mais evidentes, o valor elevado da pré-categoria D deve-se às elevadas frequências das Categorias D1 e D2, o que é também observado ao nível das subcategorias (D1.1 e D1.2 com valores extremamente elevados), sendo que a categoria D3 já apresenta valores mais baixos (uma vez que D3.2 apresenta valores baixos). Nota-se também que um elevado número de ocorrências se centram nos valores mais baixos, principalmente ao nível das categorias, sendo poucas as que se revelam extremadas, tendo que ser considerada a sua importância relativa na discussão.

É importante apresentar ainda outros dados que não os das ocorrências de u.r., sendo estes igualmente importantes neste estudo. Como referido anteriormente, para além das entrevistas realizadas aos participantes, foram recolhidas, junto de vários técnicos, informações relativas aos tipos de maus-tratos que os entrevistados infligiam nos filhos. Desta forma, foi construído o seguinte quadro relativamente aos maus-tratos sofridos pelos entrevistados, e aos maus-tratos por eles infligidos, para se observar se existe transmissão intergeracional das tipologias de maus-

tratos, sendo que, no entanto, esta informação não pode ser generalizada devido ao reduzido número de participantes, mas antes articulada com vários aspectos recolhidos através das entrevistas, como se observará na discussão.

Tabela 3. *Maus-tratos sofridos e infligidos pelos participantes*

Casos	Maus-tratos	
	Sofridos	Infligidos
E1	Físicos com (cinto) e sem objectos; psicológicos; negligência	Físicos sem objectos
E2	Físicos sem objectos; negligência	Físicos sem objectos
E3	Físicos sem objectos; psicológicos	Negligência psicológica; maus-tratos psicológicos
E4	Físicos com (cinto) e sem objectos	Negligência psicológica
E5	Físicos sem objectos; negligência	Negligência psicológica
E6	Físicos com (cinto) e sem objectos; negligência; psicológicos	Físicos sem objectos
E7	Físicos com (cinto) e sem objectos; psicológicos	Físicos sem objectos; psicológicos
E8	Físicos com (cinto) e sem objectos	Físicos com objecto (taco baseball, pregos, facas); psicológicos; negligência física e psicológica
E9	Físicos com (cinto) e sem objectos; abuso sexual	Físicos sem objectos; psicológicos; negligência psicológica
E10	Físicos sem objectos; negligência	Físicos sem objectos; negligência psicológica

Pode observar-se, através dos dados presentes na tabela 3, que na maioria dos casos os participantes foram vítimas de vários tipos de maus-tratos, mais concretamente em todos os casos excepto no E4. Em sete destes oito casos houve passagem intergeracional de pelo menos um tipo de maus-tratos, sendo a excepção, de novo, o caso E4. Refere-se, novamente, que esta informação será relacionada com outros aspectos recolhidos nas entrevistas mais à frente. Em sete casos houve passagem intergeracional de maus-tratos físicos (E1, E2, E6, E7, E8, E9 e E10), em dois de maus-tratos psicológicos (E2 e E3), e em apenas dois de negligência (E5 e E10). Em quatro dos casos (E3, E4, E8 e E9) surgiram tipos de maus-tratos infligidos diferentes dos sofridos.

DISCUSSÃO

Neste estudo a questão levantada é relativa à transmissão entre gerações dos tipos de maus-tratos, quando ocorre transmissão dos maus-tratos em si.

Como se pode observar, em sete dos casos houve transmissão de pelo menos uma tipologia de mau-trato. Todos os participantes foram vitimados na infância sendo, no geral, alvos de mais de um tipo de mau-trato e, em sete dos oito casos, houve transmissão de um desses tipos de mau-trato. No entanto, não se pode afirmar que ocorre claramente transmissão de tipologias de maus-tratos; uma vez que este se trata de um estudo exploratório com um número baixo de participantes, tal afirmação seria incorrecta, ainda que seja, de facto, o que se observa neste caso concreto. É de realçar que estes foram os únicos agressores que concordaram em participar no estudo, na realidade foram contactados mais sujeitos que não quiseram fazer parte do estudo ou que não compareceram às entrevistas. Desta forma, esta informação por si só não é suficiente, sem ser articulada com a informação obtida através das entrevistas, e sem se realizarem mais estudos com amostras mais alargadas da população.

Inicia-se, então, esta discussão com a articulação dos dados resultantes da análise de conteúdo e as informações relativas aos maus-tratos infligidos. Primeiramente esta discussão será feita caso a caso, para no fim, então, se observar um panorama mais geral.

No primeiro caso, E1, observa-se que o sujeito sofreu maus-tratos físicos com e sem objectos, psicológicos e por negligência, expressando sentimentos claros em relação a estes; actualmente, como agressor, inflige maus-tratos físicos. Ainda relativamente às agressões sofridas, o sujeito apresenta várias causas (condições de vida passadas e presentes do agressor, auto-culpabilização ou como actos injustificados). Além disto, é de destaque, neste caso o facto de serem referidos sentimentos negativos para com o agressor, associados a um ambiente familiar negativo. É também de notar um número relevante de referências desculpabilizantes dos actos agressivos, sendo que, por sua vez, o sujeito se assume como agressor, não reconhecendo, no entanto, o agressor como figura de identificação. Por fim, no que toca à socialização, existem várias referências a relações extra-familiares, mas também a isolamento e actividades desenvolvidas individualmente.

Em E2, vê-se que os maus-tratos sofridos foram físicos, psicológicos e por negligência, sendo os maus-tratos infligidos físicos. As justificações que o sujeito apresenta para os maus-tratos recebidos são maioritariamente relativas às condições de vida do agressor ou desconhecidas. Realça-se ainda o facto de, neste caso, o sujeito apresentar sentimentos de

desculpabilização para com o agressor, mas não outros sentimentos, sendo que era o único alvo de maus-tratos. Além disto reconhece o agressor como figura de identificação, ainda que não seja a única, existindo também auto-percepção como agressor. Em termos sociais valoriza os relacionamentos extra-familiares.

No caso E3, os maus-tratos sofridos foram físicos e psicológicos, ao nível dos maus-tratos infligidos, estes tocam a negligência psicológica e o mau-trato psicológico. Este sujeito apresenta sentimentos positivos e de desculpabilização para com o agressor, apresentando, comparativamente, um número elevado de u.r. de auto-culpabilização pelos maus-tratos. Para além da culpabilização do próprio pelos maus-tratos, surge como motivo os hábitos tóxicos do agressor. É de referir um número notável de u.r. descritivas de um ambiente familiar positivo. Há ainda uma identificação ao agressor reconhecida, mas não existe auto-percepção como agressor.

O sujeito E4 foi submetido a maus-tratos físicos com e sem objectos, tendo-se tornado negligente. Este foi o único exemplo em que não houve transmissão de pelo menos uma tipologia de agressão. Este caso apresenta-se com algumas semelhanças relativamente ao anterior, o sujeito mostra claramente sentimentos de desculpabilização para com o agressor, bem como auto-atribuição de culpa pelos maus-tratos sofridos, ainda que refira, com alguma frequência, sentimentos relativos aos maus-tratos sofridos. O ambiente familiar é também, neste caso, referido como positivo, ainda que o sujeito se identifique como único alvo dos maus-tratos. Um aspecto diferenciador do anterior é o facto de não haver identificação reconhecida ao agressor. O sujeito também não se percebe como agressor.

No caso E5, o sujeito foi vítima de maus-tratos físicos, psicológicos e por negligência, sendo um adulto negligente. Neste caso há um assumir de culpa pelos maus-tratos, mas poucas referências a sentimentos de desculpabilização. É assumida uma identificação ao agressor e existe alguma percepção enquanto tal.

No sexto caso, E6, o entrevistado foi, também, vítima de variados maus-tratos, físicos com e sem objectos, psicológicos e negligência, tendo-se tornado um adulto negligente. Aqui são assumidos sentimentos negativos para com o agressor, sendo o ambiente familiar igualmente descrito como maioritariamente negativo. Este caso distingue-se de todos os outros na medida em que não existem quaisquer referências auto-culpabilizantes pelos maus-tratos, sendo estes descritos como injustificados. O sujeito não assume uma identificação ao agressor, mas percebe-se como tal.

O sujeito E7, foi vítima de maus-tratos físicos, com e sem objectos, e psicológico, infligindo, igualmente, maus-tratos físicos e psicológicos. Este sujeito apresenta sentimentos ambivalentes para com o agressor, na medida em que tem valores muito próximos de sentimentos negativos, positivos e de desculpabilização do agressor, culpabilizando-se pelos maus-tratos sofridos. Para além do próprio refere várias outras causas para os maus-tratos (condições de vida passadas e

presentes do agressor e sem justificação). Refere ainda o ambiente familiar como negativo. Apresenta-se mais uma vez ambivalente quanto ao assumir-se ou não como agressor, uma vez que apresenta o mesmo número de u.r. em ambas as categorias (G1 e G2).

No caso E8 o sujeito foi vítima de maus-tratos físicos com e sem objectos, infringindo maus-tratos físicos com objectos, psicológicos e negligência. Este sujeito não revela qualquer tipo de sentimentos relativamente ao agressor, apesar de referir sentimentos em relação aos maus-tratos; descrevendo, ainda, o ambiente familiar como extremamente negativo. Descreve o agressor como possuidor de hábitos tóxicos, sendo esta uma das causas para os maus-tratos, que, de resto, pareciam injustificados. Revela a existência de relações extra-familiares e de actividades lúdicas desenvolvidas isoladamente. Apesar de não se identificar pessoalmente com o agressor, percebe-se como tal.

Na entrevista E9 observa-se que o sujeito foi vítima de maus-tratos físicos com e sem objectos e de abuso sexual. Revela sentimentos neutros, positivos e de desculpabilização para com o agressor, não revelando sentimentos negativos e justificando os maus-tratos como consequência dos seus próprios comportamentos. Apesar de se identificar com o seu agressor reconhece-se enquanto tal, infringindo maus-tratos físicos, psicológicos e negligência psicológica. O entrevistado revela também ter tido um ambiente familiar complexo devido a um agregado bastante extenso, sendo as relações extra-familiares escassas e apenas com pessoas muito próximas da família, evidenciando comportamentos de isolamento.

Por fim, no caso E10 o sujeito foi vítima de maus-tratos físicos sem objectos e de negligência (abandono). Revela sentimentos negativos para com o agressor e um ambiente familiar maioritariamente negativo. Justifica os maus-tratos com os consumos do agressor e condições de vida do mesmo. Apesar das agressões não apresentava comportamentos de isolamento demonstrando comportamentos sociais variados. Neste caso o entrevistado não se identifica com o agressor nem se assume enquanto tal, apesar de infligir maus-tratos físicos e negligência psicológica.

Após esta discussão mais minuciosa apresenta-se então uma discussão mais geral relativamente a todos os casos.

Alguns dados relevantes podem ser observados. Apenas em dois dos casos em que o entrevistado se tornou negligente houve transmissão da negligência, nos outros a negligência surgiu como mau-trato diferente daqueles sofridos. Por outro lado em seis dos dez casos observados houve transmissão de maus-tratos físicos. Procuraram-se alguns aspectos comuns entre os vários casos, que se propõe serem analisados mais a fundo numa amostra mais alargada, uma vez que podem representar padrões gerais. Observou-se que, nos casos em que houve transmissão intergeracional de maus-tratos físicos, o ambiente familiar é caracterizado como maioritariamente negativo. Existem nestes casos referências dos maus-tratos sofridos serem, por

vezes, injustificados, e das restantes vezes apresentando várias etiologias (nunca como unicamente injustificados ou com apenas uma outra causa). Por outro lado, nos casos em que o entrevistado é negligente, quase todos os sujeitos se assumem como não agressores, existem duas exceções neste ponto, na medida em que num dos casos (E5) o sujeito não se considera agressor, mas assume ter comportamentos agressivos (e.g., P5/L2: “Mas quando me faltam ao respeito levam uma palmada ou um estalo, isso não admito”) e no outro caso (E9) em que o sujeito se vê como agressivo e com falta de auto-controlo (e.g. P4/L30: É como com o P “ou portas-te bem e não sais daqui!” ou sou logo capaz de derrubar alguma coisa...). Surge ainda um maior número de referências a relações extra-familiares do que a comportamentos de isolamento, mais uma vez, mais uma vez surgem exceções, que referem tanto relações extra-familiares como isolamento. Notou-se, também, que nos casos em que se observa um elevado número de u.r. relativas à desculpabilização do agressor, também tendem a surgir várias referências auto-culpabilizantes pelos maus-tratos sofridos. Observou-se ainda que, em alguns dos casos em que o agressor não é identificado como figura de identificação, o entrevistado se assume claramente como agressor, mais uma vez são questões de interesse a averiguar em estudos posteriores a este.

Passa-se, seguidamente, à articulação destes dados com os modelos e definições apresentados na parte teórica, no entanto, há que ter em conta, de novo, que este estudo é exploratório, sendo que o *corpus* foi recolhido através de um número reduzido de participantes que têm características sócio-económicas e culturais semelhantes. Desta forma, as observações aqui realizadas não podem ser alargadas à população geral.

Como se pôde observar, nem todos os maus-tratos descritos no início deste trabalho se encontraram na amostra, sendo que predominam os maus-tratos físicos, psicológicos e por negligência. Os maus-tratos pré-natais foram, neste caso, difíceis de averiguar junto dos entrevistados, não sendo por eles identificados; da mesma forma, ao nível dos maus-tratos transmitidos, este tipo também não estava presente, não tendo sido identificado pelos técnicos. A síndrome de Munchausen por procuração, talvez devido à sua raridade e dificuldade em diagnosticar não está igualmente presente nos casos observados. O abuso sexual, ao contrário do que era esperado, foi apenas identificado num dos participantes, apesar de na maioria dos casos o entrevistado ser do género feminino e o agressor do género masculino. É possível que, de facto, apenas este participante tenha sido vítima de abuso sexual, de qualquer forma, a ausência de referência directa e respostas de evitamento foram frequentes na questão que procurava averiguar a existência deste tipo de agressão (e.g., E1 P10/L21: Não, não... Mal, assim de me fazerem... mal como?), o que pode dever-se também à forma como a questão foi colocada, e que poderá ser revista em futuros trabalhos.

No que toca à sua etiologia, os entrevistados referem vários aspectos (consumo de tóxicos, passado do agressor, condições de vida, mau comportamento ou por motivos desconhecidos),

sendo os mais comuns a auto culpabilização e a ausência de motivos. A questão do comportamento do próprio em criança ser causa dos maus-tratos, foi apresentado previamente no modelo centrado na criança, em que o comportamento é dado como possível causa dos maus-tratos. O curioso aqui é os próprios entrevistados se assumirem como culpados, o que pode dever-se, talvez, a uma tentativa de desculpabilização do agressor, ou a acusações ouvidas durante a infância, o que poderá ser averiguado em investigações futuras. Os consumos de tóxicos, que se integram no modelo psicológico centrado no agressor, são também referidos por três dos entrevistados como causas dos maus-tratos, o que já era expectável, uma vez que é uma das causas que aparece com frequência na literatura.

O modelo sociológico torna-se também relevante aqui, na medida em que muitas das justificações dadas tocam as condições de vida do agressor e da família, ausência de rede social de apoio, passado sofrido do agressor, relação conjugal, etc.. São exemplos as seguintes u.r.: E1 – P8/L7: “porque acho que também teve uma infância agressiva ele”; E3 – P4/L25: “Mas também como a gente vivia antigamente, não tínhamos vizinhos ao redor de 10 km, era difícil”; E7 – P3/L17: “[uma parte da vida a ouvir discussões] que quando se vive com falta de dinheiro há sempre”, P13/L20: “Depois as situações da vida de casal também não eram as, as, as melhores não é, entre aspas né?”.

Um outro modelo apresentado na parte teórica e central para este trabalho é o da transmissão intergeracional dos maus-tratos. Foi tendo em conta este modelo a partir do qual o problema de investigação, e daí todo o trabalho, se desenvolveu. É importante esclarecer que não se considera este modelo como único válido, no entanto, é o modelo que permite compreender o fenómeno de identificação ao agressor e da perpetuação, entre várias gerações, dos maus-tratos. Foi partindo deste pressuposto, e da população concreta em que ele se observa, que se optou pelo estudo da transmissão das tipologias, o que se revelou pertinente, na medida em que, neste trabalho, se observou que, realmente, ocorre na maioria dos casos (em nove dos dez casos).

De facto, é importante articular todos estes aspectos contextualizando-os em cada caso e vendo a importância que tiveram na formação e na vida dos vários indivíduos e das consequências que daí advieram, o que é fundamentado através da perspectiva ecossistémica.

Como se pode observar, os dados encontrados vão de acordo com todos os modelos apresentados, não contrariando ou excluindo nenhum, o que se deve à complexidade do fenómeno dos maus-tratos. Neste trabalho, de facto, observa-se que, como refere a literatura, o conceito e fenómeno dos maus-tratos são complexos e heterogéneos, desta forma não podem decorrer de uma única causa, mas de um conjunto articulado de elementos que influenciam o seu aparecimento.

Finalmente, no que toca às consequências dos maus-tratos foram encontradas várias, no entanto, estas não podem ser vistas apenas com base na tabela de análise, mas através do conteúdo das u.r. e das entrevistas propriamente ditas.

Ao nível do impacto físico existem várias referências, são exemplos as seguintes: E8 - P12/L6: “[Batia, pois batia (...)] Houve uma vez que vim passar quinze dias ao hospital”; E7 - P7/L21: “Mais marcante... [eram as tarefas que apanhava], marcavam sempre, se não era de uma maneira era de outra”.

Por outro lado, ao nível das perturbações da vinculação foram, curiosamente, encontrados três casos. Curiosamente na medida em que um dos casos é relativo aos entrevistados e outro relativamente ao filho de um deles. Relativamente aos entrevistados, houve um caso em que o sujeito foi criado numa instituição durante alguns anos, não tendo estabelecido uma relação de vinculação com a figura parental, citando: E2 – P4/L24: “Eu ia passar as férias... Eu fui criada na obra Z e ia passar as férias com ela só, pah... caramba devia ter aí... só aos meus dez anos. Mas a gente mal se via, porque eu ia, estava lá, mas estava em casa. É... a gente depois só à noite é que se via porque ela chegava tarde.”. O outro caso é referente à filha do entrevistado, que estabeleceu uma vinculação com a avó e não com a mãe, actual agressora: E1 – P12/L4: “Porque a minha filha é uma adolescente com 14 anos, mas não me respeita de maneira nenhuma, não consigo ter mão nela, mas isso eu também já sei por acaso o porquê: porque nós moramos com a minha sogra, e sempre vivemos com ela, e eu não me consegui impor como mãe”. Por fim, surge um caso de abandono, ainda que tenha sido feita uma vinculação ficou perturbada pelo abandono aos 12 anos, como se pode observar na seguintes afirmações: E10 - P1/L8: “a minha mãe abandonou-me aos 12 anos...”, P1/L23: “Depois dos 12 anos nunca mais tive um contacto com ela, tivemos, mas não posso dizer que tivemos uma relação de mãe e filha...”, P3/L10: “De resto... Acho que a minha mãe o mal que me fez foi ter-me deixado... Isso é um mal que até hoje ainda não curei...”

No que toca às perturbações do comportamento e das relações interpessoais, estão claramente visíveis no caso E8: P11/L15: “De vez em quando aparecem uns artistas, como eu tive alguns aqui no hospital, que também lhes dei ali fora do hospital, saía sempre fora do portão para não haver festas, isso já se sabia, aqui ninguém deita em saco roto”; P13/L7: “Na questão da agressividade estou à espera do primeiro que tenha que o matar, se precisar mato, porque hoje não tenho o pulso tão forte como antigamente, antigamente uma pêra das minhas, o último foi o segurança, mandei-lhe uma pêra, andámos em tribunal com quatro mil e tal euros, mandei-lhe uma pêra, mandou-me um pontapé aqui nas partes, e eu mandei-lhe uma pêra que parti-lhe quase o focinho todo, só com uma pêra minha, por isso está a ver uma pêra minha o que não é”. É também neste caso (E8) que surgem as perturbações emocionais e afectivas, existindo uma dificuldade de expressão emocional e afectiva, o que se observa na ausência total de sentimentos

expressos para com o agressor, e nos sentimentos em relação aos maus-tratos que são mais racionalizações que sentimentos propriamente ditos (e.g., P12/L8: “No que é que eu pensava? Só pensava em fugir, até que um dia chegou, chegou quando a minha mãe morreu”).

A questão do falso *self*, a criação de uma postura submissa para com o agressor está presente no caso E2, como se pode observar no seguinte exemplo: P5/L25: “[Mas era ela, era o jeito dela, não... mas não era assim], porque eu também não a desobedecia, ela dizia “não vás”, e eu “está bem, pronto, eu não vou, não me chateies que eu não vou”.

No que toca aos problemas cognitivos, estes surgem no caso E2, ainda que não relativos ao rendimento escolar como demonstram os seguintes exemplos: P6/L15: “Por exemplo, eu aprendi a ver as horas muito tarde”; P6/L26: “Foi isso e saber o valor das notas...mas tão parva, aquilo lá dizia mil escudos e eu...quinhentos escudos, aquilo dizia, mas eu ficava estúpida e não dizia o valor da nota! «quanto é que isto vale» e eu «não sei» “.

Relativamente às repercussões ao nível do rendimento escolar e da PTSD não foram encontradas nesta população, o único problema evidente relativamente à escola é relativo ao abandono escolar, que é referido em vários casos (e.g., E2 - P4/L11: “ela pensava que eu estava na escola e eu andava a lavar escadas”; E3 - P8/L15: “eu não estudei mais porque surgiu aquela oportunidade e eu queria sair de casa então fui-me embora”).

CONCLUSÃO

Procurando responder ao problema de investigação colocado, neste estudo observou-se que a maioria dos participantes reproduzia pelo menos uma tipologia de maus-tratos. Há que ter em conta, no entanto, que como referido anteriormente, este se trata de um estudo exploratório, com um número de participantes reduzido, não podendo quaisquer informações aqui obtidas ser generalizadas para a população geral. Para que tal fosse possível, seria necessário proceder-se a mais estudos sobre este tema específico, com uma amostra maior e mais representativa da população, uma vez que, como se pode observar no Anexo A os participantes, além de poucos, também apresentam todas características muito semelhantes. Pertencem todos à classe média-baixa e não têm um nível de escolaridade elevado. Além disso, foram contactados através de um serviço de saúde pública, o que é possível que restrinja o tipo de população a que se tem acesso. É de realçar que este tipo de população é de difícil acesso, como se pôde ver neste estudo. Apesar do número de participantes ser muito baixo foram contactados mais sujeitos, muitos dos quais recusaram de imediato a participação no estudo, enquanto outros não compareceram às entrevistas. Em estudos futuros com este tipo de população há que ter este aspecto em conta.

Existem, ainda assim, vários aspectos recolhidos nas entrevistas de grande interesse neste trabalho, uma vez que proporcionam uma integração de várias informações relacionadas com esta possível transmissão intergeracional das tipologias de maus-tratos. Observou-se, como referido na discussão, uma diferença entre os casos em que são infligidos maus-tratos físicos e negligência, na medida em que ocorre transmissão dos físicos, o que não se observa ao nível da negligência. Entre estes dois “grupos” surgem ainda diferenças no que toca ao ambiente familiar e à forma como este é caracterizado, sendo visto como negativo pelos agressores que infligem maus-tratos físicos. Os sujeitos negligentes na maioria dos casos não se vêem como agressores e tendem a descrever mais relações extra-familiares do que comportamentos de isolamento social. Foi observada ainda uma relação entre a desculpabilização do agressor e a auto-culpabilização pelos maus-tratos sofridos, e ainda entre o considerar o agressor como figura de identificação e o auto-reconhecimento como agressor.

É importante ter em conta, antes de mais, como refere Krippendorff (1980), o contexto onde foi recolhido o *corpus*, na medida em que o número de ocorrências das u.r. não representa esse contexto, mas apenas o conteúdo do *corpus*:

Como o contexto não é acessível quando a informação é submetida a análise de conteúdo, o conhecimento que intervém no desenvolvimento e justificação dos constructos analíticos deve ser, ou deve ter sido, obtida através de outras fontes (Krippendorff, 1980, p.99)

Esse contexto é, aqui, fornecido ao analista pelo ambiente e local em que as entrevistas foram realizadas, neste caso, num hospital. Este ambiente hospitalar não só contextualiza o analista no decurso da análise, como influencia as respostas dos participantes, visto que estes foram contactados através da consulta de psiquiatria, onde os entrevistados ou os seus filhos tinham consultas, sendo também aqui que foram entrevistados. Este contexto institucional levanta ainda outras questões, como refere Diniz (Diniz cit. in Pais, 2004, p.225):

Os sistemas institucionais influenciam, pois, a acção (por realizar) através da segregação e activação de *scripts*, ou esquemas interpretativos, que codificam a lógica institucional e que, em última instância, regem a interacção social. São estes esquemas interpretativos que traduzem as normas institucional e culturalmente valorizadas de um dado contexto sócio-histórico que, de forma estável e recorrente, definem o padrão de acção dos sujeitos

Ou seja, para além do contexto, existem as normas culturais que influenciam não apenas as respostas dos sujeitos, como também o que julgam correcto e adaptado dizer em determinado contexto ou situação, podendo estes, obviamente, influenciar os resultados.

Desta forma, o contexto institucional (e tudo o que daí advém) não pode ser, de todo, ignorado, principalmente se se tiverem em conta as variações que ocorrem ao nível do número de u.r. nas várias categorias.

Quanto a estas variações, como se observou, a pré-categoria D (relações interpessoais) tem muitas ocorrências contrastando com todas as outras, em particular com a F (figura de identificação reconhecida), que apresenta resultados muito baixos. No entanto, esta discrepância entre as categorias não significa que uma seja muito mais importante do que a outra; não apenas a frequência mas a relevância do que foi dito e, mais uma vez, do seu contexto devem ser tidas em conta. Como refere Foucault (cit. in Pais, 2004), relativamente a textos presentes em revistas e folhetos:

convém prestar atenção a palavras que surgem com tanta frequência nos títulos dos folhetos e diários; *pormenor, circunstância, explicação, acontecimento* (...) [verifica-se uma mudança de escala; estes meios e propagação de acontecimentos promovem a amplificação do fenómeno fazendo] aparecer o grão minúsculo da história, [fazendo] abrir ao quotidiano o acesso à narrativa (...) [Mas, para que tal seja efectivo, é necessário proceder à inclusão de minúcias, de elementos menores, de curiosidades, de coloridos,] objectos que em geral aí não têm lugar por falta de dignidade ou de importância social; (...) [devendo estes elementos menores surgir] como singulares, curiosos, extraordinários, únicos ou quase únicos na memória dos homens (Foucault cit. in Pais, 2004, p.226).

Isto é, ainda os pormenores pouco referidos ou geralmente ignorados são importantes, revelando-se por vezes como extremamente relevantes. Neste trabalho é clara a importância de todas as categorias, mesmo aquelas que têm poucas u.r., uma vez que fornecem informações fulcrais, como sejam uma identificação reconhecida ao agressor, ou o assumirem-se como agressores, por exemplo. Foi tendo estes aspectos em conta que a discussão dos resultados foi desenvolvida, de forma a reter o máximo de informação possível.

Tendo isto em conta, é de referir, no entanto, que se notou que no geral os participantes responderam com maior facilidade a questões relacionadas com a família e com o ambiente familiar do que a questões relativas aos maus-tratos em si ou à figura de identificação. Na realidade, muitas vezes, começavam a divagar ou a referir-se à família em questões que remetiam para outros temas. Pensa-se que esta pode ter sido uma forma de fugir à questão por esta ser difícil ou emocionalmente dolorosa, no entanto, esta é apenas uma suposição.

Relativamente às questões elaboradas, pode ser levantada uma crítica. Como referido na discussão, nenhum dos participantes referiu ter sido sexualmente abusado. Sendo o abuso sexual um dos tipos de maus-tratos muito falados, esta ausência de referência foi surpreendente, principalmente tendo em conta que muitos dos entrevistados eram do género feminino. A ausência de referência a este tipo de mau-trato pode obviamente dever-se ao facto de não ter ocorrido, mas pode dever-se igualmente ao contexto em que a entrevista foi realizada ou à forma como as questões foram colocadas. Deveras, após a elaboração das questões e da sua simplificação, para se adaptarem à população que se pretendia estudar, a pergunta que visava averiguar a existência de abuso sexual era pouco explícita (v.d. Anexo B, questão 12), podendo ter influenciado as respostas produzidas. No entanto, não se pode ignorar o facto do guião ter sido construído de forma a facilitar a comunicação com os sujeitos e procurando respeitá-los ao máximo, daí as perguntas terem sido feitas procurando não ser intrusivas e respeitando os princípios éticos inerentes a este tipo de investigações.

Pode apontar-se, em jeito de crítica final ao guião, não terem sido feitas perguntas que procurassem averiguar quais as consequências dos maus-tratos para os entrevistados. No entanto, isso sairia fora do âmbito deste trabalho, sendo apenas referido neste trabalho a título de interesse e como forma de levantar possíveis questões para futuros trabalhos.

Para terminar, pretende-se deixar algumas sugestões para futuros trabalhos e intervenção. Como já foi referido, considera-se pertinente o desenvolvimento de mais estudos neste tema que permitam retirar conclusões concretas, que possam ser utilizadas posteriormente ao nível da intervenção. Sugere-se, ainda, que sejam elaborados trabalhos no sentido de um maior conhecimento das consequências dos maus-tratos nestas vítimas que em adultos se tornam agressores, e ainda das diferenças que podem surgir entre agressores de géneros diferentes. Por fim, ao nível da intervenção, considera-se importante o desenvolvimento de programas de prevenção primária. Como se viu, muitos dos agressores que participaram neste estudo eram do género feminino, uma possibilidade de intervenção seria averiguar, ainda na maternidade ou serviço de obstetria, se a (futura) mãe foi vítima de maus-tratos na sua infância, sendo importante intervir desde logo junto da mãe e na relação mãe-bebé, procurando potenciar a vinculação positiva e o estabelecimento de uma nova e diferente relação, auxiliada através de um acompanhamento individual da mãe, quando possível. Outras sugestões incluem identificação de

grupos de risco e intervenção junto destes, ou um trabalho desenvolvido não só com a mãe, mas também com o pai com o mesmo objectivo de prevenir a agressão. Estas são apenas algumas de muitas possibilidades ao nível de programas de prevenção, que podem ser realizados em hospitais gerais ou maternidades.

REFERÊNCIAS

- Aber, J. & Cicchetti, D. (1984). The socio-emotional development of maltreated children: An empirical and theoretical analysis. In H. Fitzgerald, B. Lester & M. Jogman (Eds.), *Theory and research in behavioral pediatrics* (Vol.2). New York: Plenum Press.
- Al-Mahroosa, F., Abdullaa, F., Kamalb, S. & Al-Ansari, A. (2005). Child abuse: Bahrain's experience. *Child Abuse & Neglect*, 29, 187-193. Consultado em Novembro de 2006 através da base de dados ScienceDirect.
- Amaro, F. (1988). Aspectos socioculturais dos maus-tratos e negligencia de crianças em Portugal. *Revista do Ministério Público*, 35-36 (pp.85-90).
- Ariès, P. (1988). *Criança e a vida familiar no antigo regime*. Lisboa: Antropos
- Armenta, M., Sing, B. & Osorio, N. (2008). Problemas de conducta en niños víctimas de violencia familiar: reporte de profesores. *Estudos de Psicologia*, 13(1), (pp. 03-11). Consultado em Dezembro de 2008 através da base de dados Scielo.
- Azevedo, M. & Maia, A. (2006). *Maus-tratos à criança*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Badinter, E. (2000). *O amor incerto – História do amor maternal do séc. XVII ao séc. XX*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Bagley, C. & King, K. (1990). *Child sexual abuse: The search for healing*. London: Tavistock/Routledge.
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70
- Bell, J. (2004). Planear e conduzir entrevistas. In J. Bell (Ed.), *Como realizar um projecto de investigação: Um guia para a pesquisa em ciências sociais e da educação* (pp. 137- 149). Lisboa: Gradiva.

- Berger, L. (2005). Income, family characteristics, and physical violence toward children. *Child Abuse & Neglect*, 29 (pp. 107-133). Consultado em Novembro de 2006 através da base de dados ScienceDirect.
- Borstelmann, L. (1983). Children before psychology: Ideas about children from antiquity to the late 1800s. In Mussen, P. & Kessen, W. (Eds.), *Handbook of child psychology: History, theory and methods*, (Vol. 4). United States of America: John Wiley & Sons, Inc.
- Breakwell, G. (1995). Interviewing. In G. Breakwell, S. Hammond & C. Fife-Schaw (1995), *Research methods in psychology* (p.231-242). United States of America: Sage Publications.
- Browne, K. (1998). The nature of child abuse and neglect: An overview. In Browne, K., Davies, C. & Stratton, P. (Eds.), *Early prediction and prevention of child abuse* (pp. 15-27). London: John Wiley and Sons
- Chadwick, D. (1999). The Message. *Child Abuse; Neglect*, 23, 10, (pp. 957-961). Recuperado em Janeiro de 2007 através da base de dados Ebsco.
- Cicchetti, D. (1998). Child abuse and neglect usefulness of the animal data: Comment on Maestripieri and Carroll. *Psychological Bulletin*, 123, 3, 224-230. Consultado em Janeiro de 2007 através da base de dados Ebsco
- Cicchetti, D., Maughan, A. & Toth, S. (2000). An ecological-transactional model of child maltreatment. In A. Sameroff, M. Lewis & S. Miller (Eds.), *Handbook of developmental psychology* (pp. 693-722). New York: Plenum Publishers
- Coelho, P. (2006). *Prevenção e intervenção: Maus-tratos a crianças e adolescentes* (Trabalho de Pós-graduação em Prevenção de Maus-tratos a Menores). S.l.: Universidade Internacional, Centro de Estudos Multiculturais
- Cohen, J., Mannarino, A. & Rogal, S. (2001). Treatment practices for childhood posttraumatic stress disorder. *Child Abuse & Neglect*, 25, (pp.123-135).
- Comissões de Protecção de Crianças e Jovens* (1997). Recuperado em Agosto de 2007 através de http://www.pgr.pt/portugues/grupo_soltas/faq/menores.htm

- Coster, W., Beeghly, M., Gersten, M. & Cicchetti, D. (1989). Communicative Functioning in Maltreated Toddlers. *Developmental Psychology*, 25, 6 (pp. 1020-1029).
- Eckert, E., Ribeiro, E., Silva, A. & Souza, A. (2007). Castigo físico adotado por pais acompanhantes no disciplinamento de crianças e adolescentes. *Acta Paul Enferm*, 20, 3 (pp.377-383). Recuperado em Janeiro de 2009 através da base de dados Scielo.
- Erickson, M. & Egeland, B. (2002). Child Neglect. In J. Myers, L. Berliner, J. Briere, C. Hendrix, C. Jenny & T. Reid (Eds.), *The APSAC handbook - Child maltreatment* (pp. 3-16). United States of America: Sage Publications.
- Éthier, L., Lemelin, J. & Lacharité, C. (2004). A longitudinal study of the effects of chronic maltreatment on children's behavioral and emotional problems. *Child Abuse & Neglect*, 28 (pp. 1265-1278). Consultado em Dezembro de 2006 através da base de dados ScienceDirect.
- Figueiredo, B. (1998a). Maus-tratos à criança e ao adolescente (I): Considerações a respeito do impacto desenvolvimental. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 3, 1 (pp. 5-20).
- Figueiredo, B. (1998b). Maus-tratos à criança e ao adolescente (II): Considerações a respeito do impacto desenvolvimental. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 3, 2 (pp. 197-216).
- Figueiredo, B. (2003). Os primórdios da construção do próprio no contexto da interacção mãe-bebé. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 8, 1 (pp. 311-322).
- Finkelhor, D. (1990). Early and long-term effects of child sexual abuse: An update. *Professional Psychology: Research and Practice*, 21, 5, (pp. 325-330).
- Finkelhor, D. (2002). Introduction. In J. Myers, L. Berliner, J. Briere, C. Hendrix, C. Jenny & T. Reid (Eds.), *The APSAC handbook - Child maltreatment* (pp. XI-XV). United States of America: Sage Publications.
- Finkelhor, D. & Dzuiba-Leatherman, J. (1994). Victimization of children. *American Psychologist*, 49, 3 (pp. 173-183). Consultado através em Fevereiro de 2007 através da base de dados Ebsco.
- França, C., Rodrigues, D. & Mendes, A. (2008). A violência do abuso sexual infantil: interfaces da compulsão à repetição e da identificação com o agressor. *III Congresso Internacional de*

- Gaffney, D. (2006). The Aftermath of Disaster: Children in Crisis. *Journal of Clinical Psychology: In Session*, 62, 8, (pp. 1001–1016)
- Garrote, N., Arza, J., Puentes, A., Smith, M., Bagge, P. & Coulembier, M. (2008). Síndrome de Munchausen por poder y manifestaciones de supuesto evento de aparente amenaza a la vida. *Arch. Argent. Pediatr.*, 106, 1 (pp.47-53). Recuperado em Dezembro de 2008 através da base de dados Scielo.
- Gerbner, G, Ross, C. & Zigler, E. (1982). Perspectives on maltreatment: Icebergs and ice cubes. *Contemporary Psychology*, 27, 1 (pp. 8-9).
- Ghiglione, R. & Matalon, B. (1992). Como inquirir? As entrevistas. In Ghiglione, R. & Matalon, B. (Eds.), *O inquérito: Teoria e Prática* (pp.63-104). Oeiras: Celta Editora.
- Gleitman, H. (2000). *Psicologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkein.
- Goodman, G., Emery, R. & Haugaard, J. (1998). In W. Damon (Eds.), *Handbook of child psychology: Child psychology in practice* (Vol. 4). United States of America: John Wiley and Sons, Inc.
- Grilo, M. (2004). *Criança vítima de maus-tratos – Que protecção? Um longo caminho até ao reconhecimento do direito aos direitos*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa.
- Holden, G. & Ritchie, K. (1991). Linking extreme marital discord, child rearing, and child behavior problems: Evidence from battered women. *Child Development*, 62, 2 (pp. 311-327).
- Instituto de Apoio à Criança (s.d.). Recuperado em Agosto de 2007 através de www.iacrianca.pt.
- Johnson, R. M., Kotch, J. B., Catellier, D. J., Winsor, J. R., Dufort, V., Hunter, W., & Amaya-Jackson, L. (2002). Adverse behavioral and emotional outcomes from child abuse and witnessed violence. *Child Maltreatment*, 7, 179-186.

- Kaufman, J. & Cicchetti, D. (1989). Effects of Maltreatment on School-Age Children's Socioemotional Development: Assessments in a Day-Camp Setting. *Developmental Psychology*, 25, 4 (pp. 516-524).
- Korbin, J. (1987). Child Abuse and Neglect: The Cultural Context. In R. Helfer & R. Kempe (Eds.). *The Battered Child* (pp. 23-35). United States of America: The University of Chicago Press.
- Krippendorff, L. (1980). Content analysis: An introduction to its methodology. California: Sage Publications
- Labbé, J. (2005). Ambroise Tardieu: The man and his work on child maltreatment a century before Kempe. *Child Abuse & Neglect*, 29, 311-324. Consultado em Novembro de 2006 através da base de dados ScienceDirect.
- Leandro, A. (1988). A problemática da criança maltratada em Portugal: Alguns aspectos jurídicos e judiciais. *Revista do Ministério Público*, 35-36, (pp. 55-84).
- Lynch, M. A. (1985). Child abuse before Kempe: An historical literature review. *Child Abuse & Neglect*, 9, 7-15.
- Machado, C. (1996). Maus-tratos de menores, vitimização e poder: proposta de um modelo integrado de análise. *Teoria, Investigação e Prática*, Volume 1, N.º 1, 133-146.
- Maida, A., Molina, M. & Carrasco, X. (1999). Síndrome de Munchausen-por-poder: un diagnóstico a considerar. *Revista Chilena de Pediatría*, 70, 3 (pp.215-220). Recuperado em Novembro de 2008 através da base de dados Scielo.
- Margolin, L. (1992). Child abuse by mothers' boyfriends: Why the overrepresentation? *Child Abuse & Neglect*, 16(4), 541-551.
- Margolin, G. & John, R. (1997). Children's exposure to marital aggression: direct and mediated effects. In G. Kantor & J. Jasinski (Eds.), *Out of the darkness - Contemporary perspectives on family violence* (pp. 90-104). United States of America: Sage Publications.

- Margolin, G. & Gordis, E. (2000). The effects of family and community violence on children. In S. Fiske, P. Schater & C. Zahn-Waxlers (Eds.), *Annual review of psychology*, 5 (pp. 445-479). Califórnia: Palo Alto
- Morais, E. (2001). *Maus-tratos físicos de crianças*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa
- Nickel, R. & Egle, U.T. (2006). Psychological defense styles, childhood adversities and psychopathology in adulthood. *Child Abuse & Neglect*, 30 (pp.157–170). Consultado em Novembro de 2006 através da base de dados ScienceDirect.
- Nunes, M. (1993). Entrevista Psicológica. In J. Cunha (Ed.), *Psicodiagnóstico-R* (pp. 28-39). Porto Alegre: Artes Médicas
- Oliveira-Formosinho, J. & Araújo, S. (2002). Entre o rico biológico e o risco social: Um estudo de caso. *Educação e Pesquisa*, vol.28, N.º.2. Consultado em Dezembro de 2006 através de <http://www.scielo.br/>
- Palacios, J., Moreno, M. & Jiménez, J. (1995). El maltrato infantil: concepto, tipos, etiología. *Infancia y Aprendizaje*, 71 (pp. 7-21).
- Palacios, J., Jiménez, J., Oliva, A. & Saldaña, D. (1998). In M. Rodrigo & J. Palacios (Eds.), *Familia e desarrollo humano*. Madrid: Alianza Editorial
- Pais, L. (2004). *Uma história das ligações entre a psicologia e o direito em Portugal: perícias psiquiátricas médico-legais e perícias sobre a personalidade como analisadores*. Tese de Doutoramento apresentada na Universidade do Porto
- Parnell, T. (2002). Munchausen by proxy syndrome. In J. Myers, L. Berliner, J. Briere, C. Hendrix, C. Jenny & T. Reid (Eds.), *The APSAC handbook - Child maltreatment* (pp. 131-136). United States of America: Sage Publications.
- Pears, K. & Capaldi, D. (2001). Intergenerational transmission of abuse: a two generational prospective study of an at-risk sample. *Child Abuse & Neglect*, 25, (pp. 1439–1461).
- Peixoto, L. (1999). Auto-estima, inteligência e sucesso escolar. Braga: Edições APPACDM

- Phillips, E. & Puch, D. (1998). *Como preparar um mestrado ou doutoramento: Um manual prático para estudantes e seus orientadores*. Mem-Martins: Lyon Edições
- Pollak, S., Cicchetti, D., Hornung, K. & Reed, A. (2000). Recognizing Emotion in Faces: Developmental Effects of Child Abuse and Neglect. *Developmental Psychology*, 36, 5 (pp. 679-688). Consultado em Março 2007 através da base de dados Ebsco.
- Projecto de Apoio à Família e à Criança (s.d.). Recuperado em Agosto de 2007 através de www.pafac.gov.pt.
- Radbill, S. (1987). Children in a world of violence: A history of child abuse. In R. Helfer & R. Kempe (Eds.). *The Battered Child* (pp. 3-20). United States of America: The University of Chicago Press.
- Renner, L. & Slack, K. (2006). Intimate partner violence and child maltreatment: Understanding intra- and intergenerational connections. *Child Abuse & Neglect*, 30. Consultado em Novembro de 2006 através da base de dados ScienceDirect.
- Rieder, C. & Cicchetti, D. (1989). Organizational Perspective on Cognitive Control Functioning and Cognitive-Affective Balance in Maltreated Children. *Developmental Psychology*, 25, 3 (pp. 382-393). Consultado em Março 2006 através da base de dados Ebsco.
- Rogosh, F., Cicchetti, D., Shields, A. & Toth, S. (1995). Parenting dysfunction in child maltreatment. In M. Bornstein (Eds.), *Handbook of parenting: Applied and practical parenting* (Vol. 4). United States of America: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- Roche, A., Fortin, G., Labbé, J., Brownd, J. & Chadwick, D. (2005). The work of Ambroise Tardieu: The first definitive description of child abuse. *Child Abuse & Neglect*, 29 (pp. 325-334). Consultado em Novembro de 2006 através da base de dados ScienceDirect.
- Rogoff, B. & Morelli, G. (1989). Perspectives on children's development from cultural psychology. *American Psychologist*, 44, 2 (pp. 343-348).

- Sherrod, K., O'Connor, S., Vietze, P. & Altemeier, W., (1984). Child health and maltreatment. *Child Development*, 55 (pp.1174-1183). Consultado em Fevereiro de 2007 através da base de dados Ebsco.
- Sidebotham, P. & Heron, J. (2006). Child maltreatment in the “children of the nineties”: A cohort study of risk factors. *Child Abuse & Neglect*, 30 (pp. 497–522). Consultado em Novembro de 2006 através da base de dados ScienceDirect.
- Silva, L. (1995). Os Jovens e a aprendizagem da violência na família: Filho de peixe sabe nadar. *Análise Psicológica*, XIII, 1-2, 157-162.
- Silverman, J & Wilson, W. (2002). *Innocence betrayed: Pedophilia, the media and society*. Cambridge: Polity Press.
- Strecht, P. (1998). *Crescer vazio: Repercussões psíquicas do abandono, negligência e maus-tratos em crianças e adolescentes*. Lisboa: Assírio e Alvim
- Strecht, P. (2004). Violência doméstica. In Strecht, P. (Ed.), *Quero-te muito: Crónicas de pais sobre filhos* (pp. 131-133). Lisboa: Assírio e Alvim
- Trickett, P., Aber, J., Carlson, V. & Cicchetti, D. (1991). Relationship of socioeconomic status to the etiology and developmental sequelae of physical child abuse. *Developmental Psychology*, 27, 1 (pp. 148-158)
- Tucker, N. (s.d.). *O que é uma criança?*. Lisboa: Edições Salamandra
- VanderBos, G. (2007). *APA dictionary of psychology*. Washington DC: APA
- Weber, R. (1985). *Basic content analysis*. California: Sage Publicaions
- Wilson, B. & Gottman, J. (1995). Parenting dysfunction in child maltreatment. In M. Bornstein, (Eds.), *Handbook of parenting: Applied and practical parenting* (Vol. 4). United States of America: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.

ANEXO A

Caracterização dos participantes

Caso	Idade	Sexo	Escolaridade		Profissão		Estatuto Sócio-Económico	
			Pais	Próprio	Pais	Próprio	Pais	Próprio
E1	41	F	4º ano	11º ano	Mãe: Doméstica; Pai: Maquinista	Funcionária pública	Médio	Médio
E2	40	F	Mãe: Analfabetizada	6º ano	Mãe: Empregada de limpeza		Baixo	Médio
E3	45	M	4º ano	11º ano	Mãe: Guarda de passagem de nível da CP; Pai: Trabalhador da via e das oficinas da CP	Maquinista	Médio-baixo	Médio
E4	36	F	4º ano	7º ano	Mãe: Porteira; Pai: Vendedor	Telefonista	Médio-baixo	Médio
E5	35	F	4º ano	9º ano	Mãe: Empregada de uma casa, copeira	Técnica de fisioterapia	Baixo	Médio-baixo
E6	47	F	Pai: 4º ano; Mãe: Analfabetizada	4º ano	Pai: Fiscal da EDP; Mãe: Doméstica	Doméstica	Médio-baixo	Médio
E7	39	M	4º ano	6º ano	Pai: Encarregado de armazém; Mãe: Doméstica	Vendedor	Baixo	Médio
E8	52	M	4º ano	4º ano	Pai: Canalizador; Mãe: Doméstica	Técnico de electricidade	Baixo	Baixo

E9	53	F	4º ano	6º ano	Pai: regente agrícola; Mãe: Costureira/doméstica	Escriturária dactilógrafa (desempregada)	Médio	Baixo
E10	40	F	4º ano	8º ano	Pai: Cortador de carnes verdes; Mãe: Doméstica	Doméstica	Baixo	Médio-baixo

ANEXO B

Guião de Entrevista aos Agressores

Nome: _____
Idade: _____
Género: M ____ F ____

Questionário Inicial

1. Como era a sua família? Quantas pessoas tinha?
2. Os seus pais andaram na escola? Até que ano?
3. E o(a) Senhor(a) andou na escola? Até que ano?
4. Quais eram as profissões dos seus pais?
5. Qual é a sua profissão?
6. Quais eram as condições económicas da sua família?

7. E agora, quais são as suas?

Guião de Entrevista

1. Como era o seu ambiente em casa, como se davam todos?
2. Como pode descrever a sua mãe?
3. Como pode descrever o seu pai?
4. Como se dava com os seus pais? E eles consigo? (Como era?)
5. Lembra-se de algum acontecimento bom que nos possa contar? E de algum acontecimento mau? (Acontecimentos vividos na relação com os pais)
6. Quando era criança como ocupava o seu tempo livre (quando não estava na escola, nem a estudar)? E quando já era mais crescido?
7. Como se dava com os seus colegas de escola?
8. Qual é a pessoa (da sua família) que acha que foi mais importante na sua vida e que mais o influenciou na sua maneira de ser?
9. Os seus pais eram agressivos? Batiam ou gritavam muito entre eles? E com os filhos?
10. Lembra-se se os seus pais cuidavam dos filhos? Qual o tipo de cuidados que tinham com o seu bem-estar? (exemplos: se os deixavam muitas vezes sozinhos, a chorar, não os vestiam com a roupa certa para a estação do ano)
11. Lembra-se se o seu (sua) pai (mãe) agredia alguém além de si?

12. Os seus pais alguma vez lhe fizeram mal? (Se sim) O que lhe faziam de mal? Faziam-lhe isso muitas vezes?
13. Como se sentia em relação a isso? O que pensava?
14. Consegue explicar porque tinham esse comportamento consigo?
15. Considera-se uma pessoa violenta ou agressiva?

ANEXO C

Carta de Consentimento Informado

Tomei conhecimento que a estudante finalista da Licenciatura em Psicologia Aplicada do Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Raquel Lara Velez Oliveira, está a desenvolver uma investigação sobre a transmissão intergeracional de tipologias de vitimização.

Neste âmbito, forma-me explicados os objectivos do trabalho e foi solicitada a minha colaboração para responder a uma entrevista.

Fui informado de que as respostas serão anónimas e que serão gravadas, para facilitar a sua análise, sendo o seu registo destruído após o final da investigação. A minha identificação nunca será divulgada e a minha colaboração é voluntária.

Aceitei colaborar neste estudo e assino onde indicado.

(Assinatura)

Lisboa, _____ de _____ de 2007

ANEXO D

Categorias de Análise

Pré-categoria A – Tipologia de maus-tratos à criança

Cabem nesta categoria todas as referências feitas aos maus-tratos sofridos pelo entrevistado.

Categoria A1 – Maus-tratos físicos

Esta categoria abrange as referências ao mau-trato físico sofrido pelo entrevistado enquanto menor, como sejam bater, pontapear, bater com cintos ou outros objectos, cortar, queimar, etc..

Sub-categoria A1.1 – Com objectos

U.r. que caracterizam o mau-trato físico induzido através do recurso a objectos (exemplo: E4 - “o meu tio às vezes batia-me com o cinto”).

Sub-categoria A1.2 – Sem objectos

U.r. que caracterizam o mau-trato físico sem recurso a objectos (exemplo: E7 - “eram as tarefas que apanhava”).

Categoria A2 - Maus-tratos psicológicos

Esta categoria abrange as referências ao mau-trato psicológico sofrido pelo entrevistado enquanto menor, como sejam referências a insultos, ameaças, bloqueio de tentativas de interacção da criança, entre outras. (exemplo: E7 - “minha mãe também utilizava às vezes o jogo psicológico”...) «quando o teu pai vier à noite já sabes, e já sabia mesmo né?”)

Categoria A3 - Maus-tratos por negligência

Esta categoria abrange referências ao mau-trato por negligência física ou psicológica sofrido pelo entrevistado enquanto menor, i.e., por não satisfação de necessidades básicas da criança ou falta ou ausência de resposta à criança (exemplo: E2 - “[Eu ia passar as férias...Eu fui

criada na obra Z] e ia passar as férias com ela só, pah....caramba devia ter aí... só aos meus dez anos. Mas a gente mal se via, porque eu ia, estava lá, mas estava em casa. É...a gente depois só à noite é que se via porque ela chegava tarde”; E6 - “[A minha mãe sim,] o meu pai (encolhe os ombros) ...não passava cartão... [só nos sabia dar porrada.]”)

Categoria A4 – Maus-tratos por abuso sexual

Esta categoria abrange referências ao mau-trato por abuso sexual sofrido pelo entrevistado enquanto menos (exemplo: E9 – “devia ter uns nove anos fui violada”)

Pré-categoria B – Como o entrevistado vivenciou os maus-tratos

Cabem nesta categoria todas as referências feitas acerca da forma como o entrevistado se sentiu perante os maus-tratos sofridos e face ao agressor que os provocou.

Categoria B1 – Sentimentos para com o agressor

Referências à forma como o entrevistado se sentia face ao agressor.

Sub-categoria B1.1 – Negativos

U.r. que caracterizam sentimentos negativos, como sejam ódio, raiva, etc. (exemplo: E7 - “não podia ver o meu pai à minha frente né?”)

Sub-categoria B1.2 – Neutros

U.r. que expressam a ausência de expressão de sentimentos em relação ao agressor (exemplo: E3 - “Sei lá”)

Sub-categoria B1.3 – Positivos

U.r. que indicam sentimentos positivos como carinho, gratidão, etc. (exemplo: E4 - “Era boa, sempre foi boa, tanto ela como o meu tio.”)

Sub-categoria B1.4 – Desculpabilização do agressor

U.r. que caracterizam sentimentos e acções de compreensão do agressor, de justificação dos seus actos e de desculpar as acções agressivas exercidas sobre o entrevistado. (exemplo: E4 - “[batia assim com o cinto], mas não me espancava né?”)

Categoria B2 – Sentimentos em relação aos maus-tratos

Cabem nesta categoria todas as referências a sentimentos em relação ao mau-trato sofrido, independentemente dos sentimentos relativos ao agressor. (exemplo: E7 - “Revoltado, logicamente revoltado”)

Pré-categoria C - Elementos que influenciam os maus-tratos

Esta categoria engloba elementos identificados pelo entrevistado como causas dos maus-tratos sofridos.

Categoria C1 - Hábitos Tóxicos/Consumos

Referências a consumos excessivos de substâncias tóxicas, por parte do agressor, que estivessem na origem do comportamento agressivo (exemplo: E3 - “Agressivos, o meu pai com os copos era”)

Categoria C2 - Passado do Agressor

Referências a uma infância sofrida ou complicada por parte do agressor como justificativas do mau-trato (exemplo: E7 - “a infância que ele teve”)

Categoria C3 - Condições de vida do agressor

Referências às condições de vida económicas, sociais (trabalho e política) ou relacionais do agressor como causa ou justificação do mau-trato (exemplo: E7 - “Depois as situações da vida de casal também não era as, as, as melhores não é?”)

Categoria C4 - Mau comportamento do próprio

Referências auto-culpabilizantes pelo mau-trato sofrido (exemplo: E4 - “Eu era muito rebelde, era muito rebelde (ri-se), era muito mazinha, matreira.”)

Categoria C5 – Sem motivos aparentes

Referências à ausência de motivos que justifiquem o mau-trato ou ao desconhecimentos destes (exemplo: E6 - “Não faço a menor ideia”)

Pré-categoria D – Relações Interpessoais

Nesta categoria cabem as referências feitas às relações estabelecidas pelo entrevistado com familiares, amigos ou à ausência destas.

Categoria D1 – Ambiente familiar

Esta categoria inclui referências feitas relativamente ao ambiente familiar como positivo ou negativo, ou seja, à conflituosidade, sentimentos, relações e acontecimentos que possam ser classificados como positivos ou negativos.

Sub-categoria D1.1 – Negativo

Referências feitas a um ambiente familiar caracterizado como conflituoso e/ou com muitas discussões, e/ou agressões, entre os vários membros do agregado familiar. Esta categoria inclui ainda descrições de acontecimentos negativos, ausência de recordação de acontecimentos positivos, e sentimentos e/ou relações negativas entre elementos do agregado (exemplo: E7 - “a vivência com os meus pais nunca foi muito, muito...harmoniosa, foi sempre um bocado conflituosa”)

Sub-categoria D1.2 – Positivo

Referências feitas a um ambiente familiar não-conflituoso, com ausência ou pouca frequência de discussões e/ou agressões entre os vários membros do agregado familiar. Inclui ainda u.r. relativas descrição de acontecimentos positivos bem como de sentimentos e/ou relações positivas entre elementos do agregado (exemplo: E4 - “Era bom, era um ambiente bom...”).

Categoria D2 – Relações intrafamiliares

Nesta categoria são incluídas as descrições feitas acerca das relações estabelecidas entre os vários elementos do agregado familiar e caracterização dos mesmos, quando não são descritas como positivas ou negativas, assumindo assim um carácter neutro e meramente descritivo (exemplo: E3 - “E o ambiente familiar, o ambiente familiar, a minha mãe trabalhava na passagem de nível, o meu pai trabalhava na via...”)

Categoria D3 – Comportamento social

Sub-categoria D3.1 - Relações extra-familiares

Referências a relações extra-familiares e a actividades lúdicas desenvolvidas em conjunto com elementos não pertencentes à família, como sejam amigos, pares, colegas ou vizinhos. (exemplo: E2 - “éramos miúdos, dava-mo-nos normalmente”)

Sub-categoria D3.2 – Isolamento

U.r. que caracterizam actividades desenvolvidas pelo individuo isoladamente, i.e., sem companhia de outros (exemplo: E7 - “coisas que eu adorava fazer, mesmo miúdo, era ler, adorava ler, mesmo daquelas colecção dos cinco, eu devorava aquelas colecções todas”).

Pré-categoria E – Alvo dos maus-tratos

Cabem nesta categoria todas as referências ao alvo dos maus-tratos.

Categoria E1 - O próprio

Referências ao entrevistado como única vítima de maus-tratos. (exemplo: E4 - “Acho que não, que eu não me lembro, só me lembro era mais em mim.”)

Categoria E2 - O próprio e outros

Referências ao entrevistado como uma das vítimas de maus-tratos. (exemplo: “era, mas era com todos”)

Pré-categoria F - Figura de identificação reconhecida

Esta categoria inclui referências ao objecto ou modelo de identificação reconhecido pelo entrevistado.

Categoria F1 – Agressor

U.r. referentes ao reconhecimento do agressor como pessoa importante na formação da sua personalidade (exemplo: E5 - “A minha mãe”)

Categoria F2 – Outro

Esta categoria inclui referências ao reconhecimento de outro elemento que não o agressor como pessoa importante na formação da sua personalidade (exemplo: E7 - “Para mim, essencialmente a minha mãe”).

Pré-categoria G – Auto-percepção como agressor

Nesta categoria cabem as referências feitas à percepção, ou ausência dela, do entrevistado como agressor.

Categoria G1 – Existência de auto-percepção

Referências a auto-percepção como agressor (exemplo: E1 - “à minha filha também já lhe tenho batido”)

Categoria G2 – Ausência de auto-percepção

Referências à ausência de auto-percepção como agressor ou à negação de agressividade para com outros. (exemplo: E4 - “agressiva não, nem violenta.”)

ANEXO E

Grelha de Análise

Pré-Categorias	Categorias	Sub-Categorias
A - Tipologias de Maus-Tratos	A1 - Maus-tratos físicos A2 - Maus-tratos psicológicos A3 - Maus-tratos por negligência A4 - Maus-tratos por abuso sexual	A1.1 - Com objectos A1.2 - Sem objectos
B - Como o entrevistado vivenciou os maus-tratos	B1 - Sentimentos para com o agressor B2 - Sentimentos em relação aos maus-tratos	B1.1 - Negativos B1.2 - Positivos B1.3 - Neutros B1.4 - Desculpabilização do agressor
C - Elementos que influenciam os maus-tratos	C1 - Hábitos Tóxicos/Consumos C2 - Passado do Agressor C3 - Condições de vida do agressor C4 - Mau comportamento do próprio C5 - Sem motivos aparentes	
D - Relações interpessoais	D1 - Ambiente familiar D2 - Relações intra-familiares D3 - Comportamento social	D1.1 - Positivo D1.2 - Negativo D3.1 - Relações extra-familiares D3.2 - Isolamento
E - Alvo dos maus-tratos	E1 - O próprio E2 - O próprio e outros	
F - Figura de identificação reconhecida	F1 - Agressor F2 - Outro	
G - Auto-percepção como agressor	G1 - Existe auto percepção como agressor G2 - Não existe auto percepção como agressor	

ANEXO F

Exemplos das Entrevistas Codificadas

Pré-categoria A: Tipologias dos maus-tratos

Categoria A1: Maus-tratos físicos

Sub-categoria A1.1: Com objectos

E1 P9/L9: O meu pai quando batia eram mesmo tareias, que apanhava de cinto regra geral

E4 P6/L10: O meu tio às vezes batia-me com o cinto

E6 P6/L1: ele batia com o cinto

E7 P3/L13: que de resto o carinho dele era com o cinto na mão...

E8 P11/L24: Batia, pois batia com o cinturão da tropa

E9 P1/L13: se não levava uma tareia até de cinto.

Sub-categoria A1.2: Sem objectos

E1 P3/L19: porque ele era de nos bater muito de vez em quando nos andava a bater

E1 P10/L23: bastava a gente teimar mais nalguma coisa que ele batia

E2 P6/L16: levei porrada para chuchu

E2 P10/L6: Ela quando me batia

E3 P7/L16: [Mas ele era capaz de chegar lá e pôr aquilo de pernas para o ar, gritar] e bater

E3 P7/L20: batia aos filhos

E4 P6/L15: Prontos, dava-me assim, assim, prontos, como é que hei-de explicar...

E5 P4/L2: e às vezes a bater

E6 P3/19: sabia dar porrada

E7 P7/L21: [Mais marcante...] eram as tareias que apanhava

E8 P9/L16: levei porrada

E9 P4/L8: Sim, batiam [nos filhos quando se portavam mal.]

E10 P2/L4: Sim, os castigos, não eram só morais mas também físicos...

Categoria A2: Maus-tratos psicológicos

E1 P5/L8: uns familiares deram-nos uma bonequinha a cada uma, e o meu pai, entretanto fomos à casa duns tios, e uma das primas queria à força toda aquela boneca da minha irmã, e o meu pai ter tirado a boneca à minha irmã e ter dado à, à sobrinha vá, porque a miúda estava a chorar e tirou-lha da mãe e deu-lha

E2 P10/L21: [Eu fechava-me muito] fechava não que eu não podia fechar a porta do quarto, ia para o quarto

E3 P7/L23: e começava a discutir [coisas sem jeito nenhum]

E5 P3/L15: A minha mãe fazia-me limpar a casa, fazer a comida, fazia-me lavar a roupa no rio

E6 P4/L15: [por isso eu deixei de estudar] porque a minha mãe tem um filho ao fim de doze anos, e ao fim de dois aparece mais dois, dois gémeos. Por isso fui assim um bocadinho, por isso não tive, não... [não tive as oportunidades que os meus irmãos]

E7 P5/L13: às vezes utilizava para nos fazer às vezes fazer as coisas, fazer aquelas cenas de, prontos, de, de utilizar um bocado mais o sofrimento que aquilo que era

Categoria A3: Maus-tratos por negligência

E1 P3/L11: não fazia uma brincadeira connosco, com as filhas, não tenho assim grandes episódios de brincar com ele nem nada disso

E1 P8/L22: o meu pai, o meu pai é como digo, tenho pouca recordação dele até aos meus oito, nove anos

E2 P4/L22: só fui morar com ela aos treze anos

E2 P4/L24: Eu ia passar as férias... Eu fui criada na obra Z e ia passar as férias com ela só, pah... caramba devia ter aí... só aos meus dez anos. Mas a gente mal se via, porque eu ia, estava lá, mas estava em casa. É... a gente depois só à noite é que se via porque ela chegava tarde.

E5 P3/L7: [A minha avó tinha um tumor eu tinha 15 anos e fui eu que cuidei dela, foi muito complicado, porque eu era muito novinha e eu é que fazia tudo e vivi aquela situação.] Na altura estava a estudar tive que parar de estudar um ano e depois continuei.

E6 P3/L3: mas era uma pessoa que não nos dava carinho

E6 P4/L10: Ah... é assim, eu sou terceira filha, sou terceira tive que criar os mais novos, por isso os mais velhos estudaram e eu fui a mais sacrificada, por que os mais velhos... o mais novo a seguir a mim tem uma diferença de 12 anos, a minha mãe teve 12 anos sem ter filhos, e depois, quando teve o filho a seguir a mim, o meu irmão e a minha irmã casou-se, e eu fiquei sozinha com...

E10 P1/L8: a minha mãe abandonou-me aos 12 anos...

Categoria A4: Maus-tratos por abuso sexual

E9 P2/L15: devia ter uns nove anos fui violada

Pré-categoria B: Como o entrevistado vivenciou os maus-tratos

Categoria B1: Sentimentos para com o agressor

Sub-categoria B1.1: Negativos

E1 P3/L12: que nós tínhamos medo, acho que não era bem respeito, era medo ao meu pai.

E3 P7/L14: quando éramos putos a gente tinha medo dele

E4 P7/L11: Tinha medo que ele me batesse, ou que me magoasse

E5 P4/L16: Raiva dela

E6 P2/L16: O pai era um bocadinho mau

E6 P6/L19: Nunca mais morres

E7 P5/L14: Com o meu pai, cheguei a uma altura da minha vida que, vá lá, a palavra é um bocado grossa, mas cheguei a... não podia ver o meu pai à minha frente né?

E7 P12/L26: [É tal aquela relação amor] e ódio

E10 P1/L7: [Como pode descrever a sua mãe?] Ai...é das piores... Não era boa mãe, não, não posso dizer que a minha mãe era muito boa, [a minha mãe abandonou-me aos 12 anos...]

Sub-categoria B1.2: Positivos

E3 P3/L7: Sempre foi um pai que eu, hoje é um pai que eu admiro, sempre nos ensinou a respeitar as pessoas, as coisas, o trabalhinho e tal. Agora é um homem que com setenta anos, que já não bebe nem fuma há uma série de anos, é agricultor e é um homem que é um espectáculo, é pena já ser velhote, mas pronto.

E3 P4/L4: Para mim é um homem que sabe da vida e [que teve muito sofrimento na vida] e pronto

E5 P2/L11: Uma pessoa boa, muito activa, uma pessoa querida, acho que tem tudo o que é bom.

E7 P4/L27: eu até me admiro como ele conseguiu fazer a quarta classe, naquele tempo era raro né?

E7 P12/L25: Mas quando vinham momentos de carinho, era um prazer...

E9 P1/L2: O pai, por isso pai dos meus irmãos foi ele que me deu o nome, que o verdadeiro pai não me deu o nome, e tive prontos muito bem.

Sub-categoria B1.3: Neutros

E9 P1/L11: A minha mãe, a minha mãe era uma mulher que deu uma educação muito forte, muito forte e a gente obedecia

Sub-categoria B1.4: Desculpabilização do agressor

E1 P3/L18: mas actualmente consigo compreender o que ele nos fazia

E1 P10/L23: não era aquela coisa do [bater] só por [bater] né?

E2 P5/L25: Mas era ela, era o jeito dela, não... mas não era assim

E2 P8/L1: ah... não digo agressiva

E2 P10/L6: [Ela quando me batia] depois ela arrependia-se

E3 P4/L9: A gente quando é nova é “epá estes velhos, não deixam a gente fazer nada” e tal, só quando a gente chega a adultos é que a gente compreende o que é que eles queriam dizer.

E3 P4/L16: Agora comigo é melhor, porque também sou pai, sou adulto e compreendo essas coisas

E3 P9/L13: porque a gente pensa que só a gente é que tem razão, e depois andávamos lá todos coisos, mas depois passava. Só passados uns anos é que a gente vê porque é que [ele dava umas bolachadas à gente]

E4 P6/L15: [ele me batia assim com o cinto] mas não me espancava né? prontos, não me espancava com o cinto,

E4 P6/L19: Era mais para meter medo

E5 P4/L20: mas ela lá tinha as razões dela.

E6 P3/L7: [Foi assim um bocado rude para nós, um bocado rude] mas fez-nos bem, todos nós somos umas mulheres e uns homens, ele não teve problemas com nenhum filho, graças a Deus

E7 P3/L10: Mas quase eram todos assim

E7 P5/L11: [E a minha mãe também utilizava às vezes o jogo psicológico] apesar de ela não saber bem o que é isso, mas inconscientemente

E7 P10/L16: Diferentes maneiras de pensar, e naquela altura que eles não têm muitas escapes, né?, os escapes deles é mesmo discutir, porque é uma maneira de aliviar a pressão que lá está dentro, ou se cala e depois tem algum “treco”, como se costuma dizer, ou então alivia a pressão a mandar cá para fora, né?

E9 P1/L13: [se não levava uma tarefa até de cinto.] Mas olhe todos, graças a Deus, ficaram muito bem. Não tiveram grandes estudos mas ficaram muito bem, tanto meninas como rapazes sabiam cozinhar, sabiam passar a ferro, os meus irmãos até sabem ali passar a ferro uma calcinha com vinquinho, e todos aprenderam.

Categoria B2: Sentimentos em relação aos maus-tratos

E1 P5/L12: e isso para mim foi uma revolta grande na altura, fiquei, e a minha irmã também, quer dizer, ficámos revoltadas

E1 P6/L3: queria sair de casa, queria fugir e tudo

E1 P11/L3: e às vezes vinha-me à cabeça que só me dava vontade de me matar.

E2 P10/L21: Eu fechava-me muito

E3 P9/L12: Oh! Como as pessoas se sentem! Um gajo nunca se sente bem de levar umas bolachadas

E4 P6/L11: a única coisa que me recordo é do cinto

E4 P7/L17: Tinha medo do cinto

E5 P4/L16: só me apetecia fugir dali.

E6 P3/L13: Fui sempre assim uma criança revoltada

E7 P12/L21: cá para dentro a gente chamava nomes, logicamente que se a gente caía no erro de dizer algum nome aquilo vinha a dobrar ou a triplicar né?

E8 P12/L8: No que é que eu pensava? Só pensava em fugir, até que um dia chegou, chegou quando a minha mãe morreu

E9 P2/L15: [devia ter uns nove anos fui violada], e não podia abrir o bico com medo... Medo porquê? [Porque levava tarefa de cinto]

E10 P3/L15: Quando a mãe nos deixa gente passa e não esquece...

E10 P3/L19: Acho que não havia necessidade às vezes de tanta violência... A gente às vezes, se nos ralhasses doía mais do que nos baterem... Para a gente bater ou não bater já não resolvia... Eu acho que a gente já fazia de propósito para apanhar mesmo, já não... Às vezes se nos castigassem mais doía mais às vezes do que levantarem a mão

Pré-categoria C: Elementos que influenciam os maus-tratos

Categoria C1: Hábitos tóxicos/consumos

E3 P3/L5: O meu pai vinha lá, às vezes vinha com um copo a mais

E3 P7/L22: e depois às vezes lá vinha com um copito a mais

E3 P8/L24: O grande problema do meu pai foi sempre gostar de ir beber uns copos com os amigos, o único problema é que quando bebia um copo a mais era aquela conta

E6 P4/L3: ou que ele visse bêbedo

E8 P10/L18: metia-se na taberna, sabe que naquele tempo havia as tabernas de bairro não é?

E10 P3/L25: Se calhar bebida

Categoria C2: Passado do agressor

E1 P3/L9: O meu pai foi um pai... ele, pronto, também teve uma infância, talvez também derivado à infância que levou

E1 P11/L18: [talvez não tinha aquela vontade de conversar,] porque também nunca foi habituado a isso

E3 P4/L5: e que teve muito sofrimento na vida

E7 P3/L10: pessoas que foram habituados desde pequeninos ao trabalho, e é lógico que isso também se reflectiu um bocado em nós filhos né?

E7 P13/L16: Eu acho que são as... é a... a infância que ele teve

Categoria C3: Condições de vida do agressor

E1 P11/L17: e as preocupações que ele tinha do dia a dia

E2 P3/L2: Não, é assim....ah...se calhar as circunstâncias da vida também fizeram, pronto

E3 P4/L25: Mas também como a gente vivia antigamente, não tínhamos vizinhos ao redor de 10 km, era difícil.

E5 P4/L2: Porque também derivado à situação da vida e à situação em que ela estava, porque estava a servir em casa duma senhora não era fácil e não dava muito dinheiro, e às vezes ela estava mais chateada

E6 P7/L1: ele tinha amantes, era uma pessoa da noite

E7 P3/L17: [uma parte da vida a ouvir discussões] que quando se vive com falta de dinheiro há sempre

E7 P13/L16: todas as situações da vida

E10 P3/L25: Se calhar também é um bocado a vida...

Categoria C4: Mau comportamento do próprio

E1 P5/L26: porque o meu pai foi lá para a terra, e entretanto deixou-me encarregue de tomar conta dos bichos, dos pássaros e eu esqueci-me de dar comer aos pássaros, foi passados uns diazitos que eu dei comer aos pássaros, e ele quando chegou estavam todos sem comida nenhuma, os pássaros, então sei [que apanhei] por causa disso.

E2 P8/L1: [“olha tu agora fica, mas depois faz-me assim”] e depois se eu não fazia era lógico que ela depois “mas não fizeste porquê? Olha que os coelhos ficam...”

E3 P7/L19: ele não [batia aos filhos] quando os filhos estavam a dormir [logicamente batiam-nos quando estávamos a fazer qualquer coisa]

E3 P9/L21: E a gente portava-se mal, a gente éramos crianças quase como bichos

E4 P5/L15: Eu também tinha, tinha um feitio assim um bocado especial,

E4 P6/L4: Eles reprendiam-me era se eu fizesse alguma coisa de mal, chamavam-me à atenção “passa-se isto, isto e isto, não deves proceder assim”

E4 P7/L13: Como era um bocado desobediente, que eles disseram “oh faz lá isso”, eu era para o torto, fazia tudo ao contrário

E5 P2/L7: Um bocadinho rebelde e refilona.

E5 P4/L18: Foi como lhe disse, eu era exigente

E7 P5/L19: costume dizer que aquelas que eu apanhei só foram aquelas que eu arranjava

E7 P6/L4: também era o mais reguila, o mais traquina né?

E7 P9/L13: e quando a gente fugia da linha

E8 P12/L22: Se calhar, se calhar também fazia algumas travessuras minhas, quem é que não faz as suas travessuras, os outros também fazem travessuras não é?

E9 P4/L12: Não, eram aqueles ralhetes porque não queriam aquilo, e queriam que eu fizesse aquilo, e tinha que ser!

Categoria C5: Sem motivos aparentes

E1 P3/L19: era um pai que por tudo e por nada [, de vez em quando nos andava a bater]

E1 P3/L20: [não sei se da vida que tinha,] se não, não sei se era disso

E1 P11/L18: descarregava da maneira que ele achava melhor

E2 P7/L1: levei na corneta sem necessidade

E3 P7/L23: coisas sem jeito nenhum e pronto

E5 P4/L19: Às vezes não percebia porquê, o que tinha feito

E6 P4/L3: ou que ele implicasse

E6 P6/L15: se a gente estivesse a ver televisão ele apagava o quadro da luz para a gente ir para a cama, ele foi sempre uma peça, muito mau...

E7 P5/L16: Mas isso são as coisas da juventude em que a gente não compreende o quê e porque deles fazerem isso ou até determinadas situações

Pré-categoria D: Relações interpessoais

Categoria D1: Ambiente familiar

Sub-categoria D1.1: Negativo

E1 P3/L23: não era de nos chamar e ter uma conversa com as filhas

E1 P4/L15: [Lembra-se de algum acontecimento bom que nos possa contar?] Hum... não me lembro assim de nada acho eu... não tenho ideia, assim uma coisa que me marcasse não me lembro.

E1 P7/L22: [a minha mãe (...)] e é uma pessoa que sofreu um bocado com o meu pai, acho eu

E2 P3/L24: Discutíamos, passei a vida a discutir em casa!!! Uma diz uma coisa, a outra diz outra, “não, eu não acho que devia ser assim, eu acho que devia ser assim” “mas isso é o que tu vês, eu acho que devia ser assim”, pronto há aquelas... E depois choques às vezes de ideias diferentes, mas isso...

E2 P4/L7: Por exemplo eu menti-lhe quando comecei a trabalhar, na altura conseguia-se fazer isso

E2 P9/L26: [A sua mãe alguma vez lhe fez mal? (...)] Por exemplo, ela era uma pessoa que era assim, ela estava aí e ela quer esta coisa, “oh C. dá-me aí isso”, “oh você está aí” oh o carago, oh você está aí, é só pegar na mãe e pegar naquilo, mas se ela mo pediu é porque queria que eu lho desse. Era assim, mas, mas mal...

E2 P8/L7: mas depois... ah... cheguei a estar à meia-noite a mudar as palhas aos coelhos, “agora vais mesmo!”, e lá ia eu mudá-las, pronto.

E3 P4/L23: era assim, andávamos sempre à porra e à massa

E3 P5/L22: um acontecimento mau, um acontecimento mau...Sei lá...Olhe um acontecimento mau foi quando eu parti esta perna, na brincadeira com o meu irmão, ficaram os dedos virados para trás e o calcanhar para a frente, parti a tibia e o perónio, depois eu andava na escola primária, e tinha que andar assim com a perna, com as muletas e a mochila às costas quase 3 km, depois acabei por ficar em casa aqueles meses todos, mas consegui recuperar, consegui recuperar, não chumbei. Foi um acontecimento terrível.

E3 P9/L22: andávamos lá no mato, o que é que a gente tinha? A gente não tinha nada. É a história da nossa vida.

E4 P2/L16: tínhamos discussões, mas pronto, é aqueles raios... ”não sejas teimosa”... Mais nada.

E5 P2/L6: Um bocadinho mal...

E5 P3/L19: e andávamos sempre à turra as duas

E5 P3/L11: Uma coisa má? De ter caído no jardim e ter ido para o hospital ser cosida na virilha

E6 P3/L5: [mas ele batia na minha mãe,] nunca podia ser uma pessoa meiga né?

E6 P4/L5: [algum acontecimento mau?] Ah sim...tinha muitos

E6 P6/L10: O meu pai não tinha nada a ver nem com a minha avó, nem com a minha tia, era uma pessoa diferente

E7 P3/L9: É assim, o meu pai sempre foi uma pessoa rude

E7 P3/L14: Por isso a vivência com os meus pais nunca foi muito, muito... harmoniosa,

E7 P3/L19: Tínhamos guerras entre nós,

E7 P12/L11: Chegava, havia...então era, “tumba”, depois eu, se soubesse que não era eu o culpado, então pronto, ficava para as outras que não apanhaste.

E8 P5/L22: talvez por uma questão de ciúmes que o meu pai era muito ciumento, era uma pessoa muito, era uma pessoa ciumenta né?

E8 P5/L21: O meu pai foi sempre uma pessoa muito violenta né?

E8 P6/L7: por isso é que havia uma má sogra

E8 P6/L22: o meu pai era uma pessoa que era mesmo antiquado por natureza, e pronto não dava, não dava certas e determinadas hipóteses...

E9 P1/L3: O meu pai foi morto à nossa frente com o 25 de Abril, e eu tive que ajudar a minha mãe a criar os irmãos. Tiverem que fugir, como era regente agrícola estava numa província em cima de uma camioneta de batatas, tiveram que fugir eles todos se não...

E9 P3/L23: Tinham às vezes grandes guerras, ciúmes, que a minha mãe era muito ciumenta! Mas havia motivos para isso... Havia grandes guerras em casa... Entre as guerras é que eu fui descobrindo que não era filha...

E10 P1/L2: mas era complicado o ambiente em casa, o meu pai e a minha mãe eram muito rigorosos, muito rigorosos em tudo.

E10 P1/L22: É assim a minha mãe foi rigorosa até aos 12 anos, e depois... Não posso descrever como era a minha mãe...era má, era rigorosa.

E10 P2/L1: Ai tive muitos...muitos maus...alguns maus...Quando éramos castigadas mesmo, era mau mesmo...Isso eu lembro-me, das ruindades eu lembro-me...Dos castigos...

Sub-categoria D1.2: Positivo

E1 P2/L14: Com a minha mãe tínhamos mais à vontade

E1 P3/L4: [A minha mãe é uma (...)] muito amiga das filhas,

E1 P8/L22: A minha mãe cuidava

E2 P5/L13: A não ser quando comecei a trabalhar, ela realmente ajudou-me, fomos, ela não quis que eu ficasse a lavar escadas, mas ficou ela depois com essas senhoras de ir lavar as escadas, e coiso.

E2 P6/L8: Olhe foi com a minha mãe que eu aprendi

E3 P5/L2: A gente só sabia brincar no campo, no mato, depois quando veio uma bicicleta... sei lá...

E3 P5/L9: O que é que a gente tinha de bom antigamente, o que é que eu considerava bom? Foi quando ele me deu a bicicleta?

E3 P8/L9: Mas olhe digo-lhe já no 25 de Abril, a minha mãe tinha-nos sempre bem vestidos, sempre, sempre quando se começou a usar a Lois já a gente usava há muitos anos, a minha mãe comprava-nos roupinha ali à maneira, nunca vestimos calças dos ciganos.

E3 P8/L22: Mal como? Agora mal, mal, de querer coisas más para mim não, os meus pais sempre quiseram coisas boas para mim, acho eu...

E4 P2/L16: Era bom, era um ambiente bom... Dávamo-nos bem

E4 P3/L10: Ah... quer dizer... com a minha mãe dou-me bem.

E4 P4/L1: Pronto, levavam-me a passear muito, gostava de passear, levavam-me para a praia, íamos para o campo para a praia... Juntávamo-nos muito com a família... Depois, depois a família foi-se alargando, foram-se casando e depois começaram-se a apartar uns para cada lado, depois já não cabia tudo no mesmo sítio

E4 P6/L23: prontos, tive muito mais regalias que a minha prima, prontos, fui muito mais beneficiada com ela,

E4 P7/L9: [alguma vez lhe fizeram mal?] Não, não, não, nem pelo contrário, não eram pessoas disso.

E5 P3/L1: Sim quando nós morávamos em B. e depois viemos para a terra e a minha mãe começou a trabalhar para uma senhora. Foi uma coisa que me tocou, novo emprego, nova vida.

E6 P2/L16: Dávamo-nos bem,

E6 P2/L16: pelo menos os irmãos eram muito chegados.

E6 P2/L20: Foi uma grande mãe

E7 P3/L20: Mas sempre, sempre numa lógica de irmãos acho que até nos damos bem.

E7 P5/L8: vá lá eu não quero utilizar esta palavra, mas eu para ela sempre fui o filho querido. Também era aquele que estava sempre apto e disponível para lhe fazer tudo e mais alguma coisa, inclusivamente até se fosse preciso arrumar a casa

E7 P7/L6: Foi bom de uma certa maneira mas depois... esse lembro-me perfeitamente que foi essa situação que me... ganhar um casaco novo naquela altura era, era uma coisa indescritível, né?

E8 P8/L18: Mas pronto, isto para chegar aos vícios da família, a família prontos, somos os filhos queridos da mamã, e mamã encobre sempre os filhos não é?

E8 P9/L4: lá íamos à praia, depois o meu pai comprou uma carrinha ao Zé Águas, e começámos a ir à praia e tal... pronto, são coisas normais, que eram um luxo naquela altura, naquele tempo não havia muitos carros

E9 P1/L2: [Como era o seu ambiente em casa, como se davam todos?] Muito bem.

E9 P2/L8: Foi bom quando tive primos e quando já podia sair, porque era muito fechada, só podia ir a uma festa ou um baile, e ficava toda feliz

E10 P1/L3: Mas dávamo-nos muito bem todas, ainda hoje damos.

E10 P1/L29: O meu pai era bom, era uma relação boa com o meu pai

Categoria D2: Relações intrafamiliares

E1 P2/L16: [poucas vezes o via], porque ele como era maquinista andava muitas vezes com o comboio, portanto a trabalhar por turnos. Lembro-me de ele muitas vezes estar em casa, mas estar a dormir e não podermos fazer barulho, eu lembro-me desses episódios assim

E1 P3/L5: dá-me ideia que tem muita preocupação com o que os outros vão pensar de nós, das filhas e da família, e isso tudo.

E1 P3/L16: Dava-me bem, pronto.

E1 P6/L8: eu com a minha irmã, nós temos uma diferença de dois anos uma da outra, mas a minha irmã era muito extrovertida e muito amiga de brincar com os colegas, e tudo por fora

E2 P2/L19: não havia aquela... assim muitas conversas

E2 P3/L18: Ela também não era pessoa de proibir de ir para aqui ou ali, desde que eu dissesse onde eu estava, porque ela depois também era senhora de ir ver se eu estava, não me mostrava mas sabia se eu... ah... Nunca foi pessoa de fazer assim grande barreira, eu também comecei a sair já quase com dezoito anos.

E2 P9/L15: A minha mãe era... Às vezes assim em bairro... houve uma vez que uma vizinha se meteu e começou a insultar, [porque a minha mãe não me deixava brincar com algumas pessoas]

E3 P3/L2: Epá, o meu ambiente em casa... o meu ambiente em casa, o que é que a gente fazia, andava a brincar no meio do mato.

E3 P3/L5: [O meu pai vinha lá, às vezes vinha com um copo a mais] e depois era aquelas coisas de antigamente não é.

E3 P4/L11: E eu... naquele tempo... como é que a gente se dava com os pais... aquilo eram escudos, 20, 30 escudos, na altura éramos os três, naquela altura o que é que os pais diziam, não tinham dinheiro para dar a todos não era?

E3 P9/L1: mas a noção de serviço nunca a perdeu, mas pronto, lá andava umas fases melhor e outras pior, até que um dia deixou de tudo e pronto, acabou

E4 P3/L3: lá em casa havia regras que tínhamos que cumprir, obedecer....

E4 P3/L12: prontos, afastava-me mais para o lado da minha mãe que do meu pai.

E4 P6/L4: Não, eles nunca foram agressivos,

E5 P3/L8: E o meu avô, que era uma pessoa muito ligada a mim.

E5 P4/L9: Sim, a minha mãe cuidava de mim, tinha sempre um prato de sopa na mesa, e preocupava-se com a minha roupa, em andar sempre bem vestida e apresentada.

E6 P2/L19: A minha mãe... uma pessoa que sofreu muito com... também teve uma infância com muitas necessidades, lutou para nos dar um bocadinho de tudo...

E6 P4/L21: [A fazer croché, em casa, gostava muito de arrumar em casa,] gostava muito de tomar conta dos meus irmãos... era assim o meu tempo.

E7 P4/L8: Mas foi sempre uma pessoa com, com um carisma muito forte, a dizer, saber que nós filhos tínhamos que ter pelo menos a escolaridade obrigatória, quando naquele tempo se queria era que os filhos fossem trabalhar o mais cedo possível, sempre nos obrigou e nos apoiou nesse aspecto

E7 P4/L20: aliás eu não posso dizer que nunca vi o meu pai ir a um café, excepto agora quando a gente somos adultos e o arrastamos para ir tomar uma bica

E7 P4/L22: Por isso, a vida dele era trabalho-casa, casa-trabalho, e, e praticamente isso dele.

E8 P4/L15: O ambiente, o meu ambiente em casa era uma convivência de rotina

E8 P4/L16: eu tinha uma irmã mais nova do que eu 4 anos,

E8 P5/L11: Como posso descrever a minha mãe... A minha mãe era uma mulher que há muitos anos não se fabrica. A minha mulher, ah a minha mulher, a minha mãe foi doméstica,

E8 P11/L6: Cuidados... cuidados... a minha mãe tinha cuidados, andava sempre com os filhos limpos, arranjados, com os filhos limpos e tal, com boa apresentação, que não passassem fome e tal

E9 P1/L16: E além de nós ela também criou sobrinhos e tudo, eu ficava mais com a minha avó, eram uma casa de família enorme.

E9 P1/L23: Morávamos em Angola, depois do 25 de Abril, mataram o meu pai, ficou no chão, não foi enterrado nem nada, veio para cá a minha mãe e os meus irmão, só depois de uns anos, que eu já tinha marido, é que fiquei lá, só depois de uns anos é que vim para cá.

E10 P2/L33: Eu lembro-me que até aos 12 anos a minha mãe, além de rigorosa, que tinha...Ela tinha cuidado com a gente, isso tinha. Cuidadosa com a casa, com a gente, cuidava, não deixava sozinhos...Além da gente não ter muitas posses a minha mãe era uma pessoa que...a minha mãe e o meu pai, gostavam de manter tudo em ordem.

Categoria D3: Comportamento Social

Sub-categoria D3.1: Relações extra-familiares

E1 P6/L22: Nunca me lembro de ter assim atritos com ninguém nem nada, pronto dava-me bem.

E1 P6/L24: eu tinha só para aí duas ou três amigas, não era de fazer muitas amizades

E3 P4/L26: Agora a gente mora todos num bairro com amigos à volta e mesmo assim para nos darmos é uma gaita, às vezes entre familiares e tudo há pessoas que não gostamos, quanto mais não ter vizinhos ao redor de não sei quantos quilómetros.

E3 P7/L2: isso não, sempre gostei de me dar bem com toda a gente. Quando alguma coisa vai mal sou capaz de dizer, mas gosto mais de criar bom ambiente que andar a estragar o ambiente.

E4 P5/L9: Brincava com os meninos da rua.

E4 P5/L13: Mais ou menos, uns bem outros mal, depende dos feitios que a gente também apanhava. Tinha pessoas que me dava mais e tinha pessoas que me dava menos.

E5 P3/L21: Muito bem, gostavam todos muito de mim e eu era muito dada com eles

E6 P5/L1: Dava-me bem, que eu gosto muito de ser amiga, e eles também, dava-me bem.

E7 P5/L20: porque nós, e para ver o meu exemplo, na minha juventude nós éramos vinte e quatro jovens da mesma idade e só cinco é que escapou à malha da droga, porque o resto foi tudo. Viviam um bocado à restrição

E7 P8/L22: Ai eu dava-me, eu... É assim eu...eu quando era rapaz, e mesmo há cinco anos, eu era assim um bocado para o forte a nível do físico, e isso parece que não, principalmente em miúdo nós temos que criar auto defesas, entre aspas, quando a gente fisicamente é um bocado diferente... ah... não é diferente, mas inferiores, então em miúdos é quando a gente mais sofre as críticas e o gozo dos colegas

E8 P9/L20: Jogava à bola e jogava à carica.

E8 P10/L4: Com os meus colegas da escola? Ah dei-me sempre bem.

E9 P3/L9: Irmos para a rua sozinhos ou qualquer coisa não, tínhamos um grande quintal e brincávamos ali com as outras crianças

E10 P2/L8: Ui! Íamos brincar, íamos apanhar caracóis... Brincávamos...Brincávamos! Passávamos a brincar, não tínhamos mais nada para fazer, então brincávamos.

Sub-categoria D3.2: Isolamento

E1 P6/L8: Em casa a brincar, brincava mais sozinha

E1 P6/L14: eu inventava lá os meus jogos. Mas...praticamente só.

E6 P5/L1: Dava-me bem, que eu gosto muito de ser amiga, e eles também, dava-me bem.

E7 P8/L9: Eu chegava a estar até às duas da manhã a ler, com uma lanternzinha debaixo do cobertor a ler, adorava. E esse é um dos pontos que eu até me lembro bastante e que me deixava feliz, eu esquecer a vida que tinha e estar a viver a história.

E8 P9/L22: Depois havia os bonecos da bola, havia as colecções, depois havia da história de Portugal também, depois às vezes faltavam os cromos e a gente escrevia para a agência da revista para mandar vir o resto

E9 P2/L9: Eu era muito deprimida, muito triste, sempre no meu cantinho.

Pré-categoria E: Alvo dos maus-tratos

Categoria E1: O próprio

E4 P7/L5: Não, não, não. Acho que não, que eu não me lembro, só me lembro era mais em mim.

E5 P4/L12: [a sua mãe agredia alguém além de si?] Não, nunca.

E7 P6/L5: Qualquer coisa que acontecia era o A. que pagava, e eu é que levava sempre

E7 P12/L2: Eu era o, a preferência digamos, como eu costumo dizer o bobo da festa

E8 P11/L20: [E em casa, agredia a sua mãe ou a sua irmã?] Não.

Categoria E2: O próprio e outros

E1 P8/L16: Ele gritava connosco e [batia-nos] a nós

E3 P8/L20: Pois os meus irmãos né, éramos os três.

E6 P3/L5: [mas ele batia] na minha mãe

E6 P3/L6: e aos filhos também

E7 P12/L3:mas se eles também tinham que levar levavam

E8 P5/L21: [Dava muitas tarefas] à minha mãe

E9 P4/L8: [Sim, batiam] nos filhos quando se portavam mal.

E10 P3/L5: [Lembra-se se o seu (sua) pai (mãe) agredia alguém além de si?] Ah sim, ali era tudo a dito, quando uma fazia mal comiam todas por medida, ali não escapava nenhuma, nenhuma ficava a rir de ninguém...

Pré-categoria F: Figura de identificação reconhecida

Categoria F1: Agressor

E3 P7/L7: Epá, na questão do respeito, o meu pai

E5 P3/L24: A minha mãe

E9 P3/L21: A minha mãe.

Categoria F2: Outro

E1 P7/L17: A minha mãe, acho que sim. A minha mãe, da família... sim. Eu penso que sim, mais importante a minha mãe, acho eu... de certeza.

E3 P7/L7: depois há um tio da minha mãe que eu admiro porque se calhar tem um bocado a minha maneira de ser, é um bocado mais teimoso que eu, mas na questão de na profissão dele toda a gente o conhecer pelo bem, toda a gente se dá bem com ele, é uma pessoa que eu gosto muito, e gosto muito da maneira de ser dele, no meio da família, influências boas dava ele...

E4 P5/L24: Talvez mais para o lado da minha mãe

E6 P5/L8: A minha tia...

E7 P9/L10: Para mim, essencialmente a minha mãe

E7 P9/L17: E a outra pessoa foi o meu irmão mais velho

E8 P10/L10: Ah, talvez a parte da minha avó materna, da parte da minha mãe. Aquela que morreu há dois anos. Pois, é aquela pessoa que eu tinha problemas é com ela que discutia, é... Era ela que me conseguia fazer ver as coisas, para não levar as coisas a certos e determinados... era uma pessoa mais chegada.

E10 P2/L21: O meu pai, sem dúvida.

Pré-categoria G: Auto-percepção como agressor

Categoria G1: Existe auto-percepção como agressor

E1 P12/L1: Eu considero-me uma pessoa com falta de paciência. E é assim, à minha filha também já lhe tenho batido

E1 P12/L27: mas antigamente cheguei-lhe a bater ainda umas quantas vezes

E2 P10/L7: [Ela quando me batia depois ela arrependia-se, ficava assim, deixava de me falar...] eu já não sou assim

E5 P5/L2: Mas quando me faltam ao respeito levam uma palmada ou um estalo, isso não admito

E7 P14/L13: não posso dizer que sou calmo, tenho um quê de, [não é agressividade], aquele nervoso que às vezes expludo logo

E7 P14/L25: também esses, não entro muito no jogo que “ai os miúdos não se podem tocar, tem que ser por ordem...”, há coisas que não são para falar, por muito que me venham dizer que

sim e que não, tem que sentir que há um momento, em que ele ultrapassa aquele limite mesmo e que levam uma sapatada na hora

E8 P11/L15: De vez em quando aparecem uns artistas, como eu tive alguns aqui no hospital, que também lhes dei ali fora do hospital, saía sempre fora do portão para não haver festas, isso já se sabia, aqui ninguém deita em saco roto.

E8 P13/L16: Ah... Hoje essa pujança não tenho, eu não me sinto inferiorizado e não me sinto com medo, não tenho medo, enquanto eu tiver uma navalha aqui dentro da carteira, e uma faca dentro do carro, e uma pistola na cabeceira não tenho medo de ninguém, que eu sou um “ganda” campeão

E9 P4/L30: É como com o P “ou portas-te bem e não saís daqui!” ou sou logo capaz de derrubar alguma coisa, foi como com o Playstation, ele queria muito, foi com o dinheiro que tinha recebido fui logo comprar-lhe o Playstation, depois irritei-me escangalhei o móvel com Playstation e tudo, ele quase não o usou...fui eu que com os nervos vai não vai, deitei o móvel abaixo e aquilo estava em cima...eu própria mandei com aquilo ao chão...Tenho momentos...

Categoria G2: Não existe auto-percepção como agressor

E2 P12/L10: Não... acho que sou uma pessoa normal...não...

E3 P10/L3: Mas não sou capaz de andar à porrada com ninguém, quando vejo coisas de violência vou-me embora. Mas quando tenho que dar uns berros dou. È assim, no outro dia dei uma bolachada ao meu filho, porque se portou mal, mas depois pedi-lhe desculpa e expliquei-lhe, mas oiça, foi uma palmada, eu não lhe bato como alguns pais fazem, ou como eu levei. É assim, a minha vida

E4 P8/L3: só quando estou muito nervosa é que altero o meu timbre de voz, começo a gritar, é o meu sistema nervoso

E5 P5/L1: Perco a paciência com facilidade, e às vezes grito muito com os meus filhos, mas não sou violenta.

E6 P7/L4: Não... Não.

E7 P14/L13: Não. Eu não sou violento

E7 P14/L18: não é agressividade

E10 P3/L29: Nervosa, não agressiva... Grito muito, primeiro que levante a mão tenho que estar mesmo chateada, mas grito muito... Muito, muito, muito nervosa...

ANEXO G

Tabela de ocorrências das u.r. nas pré-categorias, categorias e sub-categorias

Entrevistas Categorias			E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	Total	
A	A1	A1.1	3	0	0	2	0	1	1	3	3	0	13	
		A1.2	14	5	9	2	3	2	3	3	1	3	45	
	A2	4	1	2	0	2	2	3	0	0	0	0	14	
	A3	4	2	0	0	1	4	0	0	0	0	3	14	
	A4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	
B	B1	B1.1	4	0	1	2	1	6	8	0	0	1	23	
		B1.2	0	0	7	0	1	0	5	0	2	0	15	
		B1.3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
		B1.4	9	7	12	9	1	1	7	0	2	0	0	48
	B2	7	1	2	5	1	1	2	2	2	2	3	26	
C	C1	0	0	10	0	0	2	0	2	0	0	1	15	
	C2	6	1	1	0	0	0	5	0	0	0	0	13	
	C3	3	5	1	0	2	1	6	0	0	0	2	20	
	C4	3	1	7	9	5	0	8	1	2	0	0	36	
	C5	6	4	1	0	1	5	4	2	0	0	0	23	
D	D1	D1.1	23	13	8	2	8	12	20	26	5	8	125	
		D1.2	15	8	10	20	1	7	14	5	8	5	93	
	D2	39	32	13	7	3	8	26	15	7	1	1	151	
	D3	D3.1	7	6	4	4	2	2	4	4	2	3	38	
		D3.2	5	3	0	0	0	2	3	2	2	0	0	17
E	E1	0	1	0	1	1	0	6	1	0	0	0	10	
	E2	3	0	2	0	0	7	3	3	3	1	1	20	
F	F1	0	1	1	0	1	0	0	0	0	1	0	4	
	F2	1	0	1	1	0	3	2	1	1	0	1	10	
G	G1	8	1	0	0	1	0	6	5	2	0	0	23	
	G2	0	2	3	1	1	1	6	0	0	0	1	15	
Total			164	94	95	65	36	67	142	75	42	33		